



Estado de Santa Catarina
MINISTÉRIO PÚBLICO

*Relatório
de Gestão
Institucional*
2011





Estado de Santa Catarina
MINISTÉRIO PÚBLICO

*Relatório
de Gestão
Institucional*
2011



Florianópolis

2012

Elaboração

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento à Portaria nº 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005.
(48) 3229.9001 | pgj@mp.sc.gov.br | www.mp.sc.gov.br | www.youtube.com/ministeriopicosoc

Projeto gráfico e editoração

Coordenadoria de Comunicação Social
(48) 3229.9011 | comso@mp.sc.gov.br

Revisão gramatical

Lucia Anilda Miguel - páginas 82 a 154
Tatiana Wippel Raimundo - páginas 5 a 81

Impressão

Gráfica e Editora Papelaria Olivieri Ltda.
Tiragem: 800 exemplares

Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
S222 Relatório de gestão institucional 2011. – Florianópolis :
Procuradoria-Geral de Justiça, 2012.
166 p.

1. Ministério Público – Santa Catarina - Relatório. 2. Ministério
Público – Santa Catarina - Gestão - 2011. I. Título.

CDD : 341.413

Catálogo: Clarice Martins Quint (CRB 14/384)



APRESENTAÇÃO

Atendendo ao disposto no art. 101 da Constituição catarinense, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) apresenta o Relatório de Gestão Institucional 2011, com destaque para os principais resultados e iniciativas que estão permitindo modernizar a Instituição, possibilitando a saída da teoria para a realidade, do aprender fazendo, e valorizando a inovação e a criatividade.

Estamos em uma nova era. Empresas voltadas ao lucro abordam problemas sociais e ambientais, entidades sem fins lucrativos criam modelos de negócios sustentáveis e governos concebem modelos de mercado para a prestação de serviço. Desse cruzamento de fronteiras tradicionais, surge um modelo distinto de empresa, capitaneado por empreendedores movidos por metas sociais, conforme afirma Heerad Sabeti, empreendedor social e cofundador da Fourth Sector Network¹.

Se a anatomia das organizações, dos mercados e da sociedade está mudando, existe um salto que precisa ser dado da tradição para o pioneirismo. O Ministério Público, alinhado ao mundo atual, em 2011, pavimentou e criou novos alicerces institucionais para em 2012 poder apresentar novos resultados sociais.

O desejo de exercer um impacto positivo na sociedade tem sido a razão

1 Harvard Business Review, novembro, 2011

do trabalho da Administração Superior da Instituição e para que isso ocorra o MPSC passa a olhar o mundo com novas lentes, muda as perguntas, o tempo, as interações, a percepção, as estruturas e a definição de valor, num processo de Planejamento Estratégico iniciado em 2011 para o período 2012 -2022.

A receita do pensamento integrador tem mostrado que as melhores decisões gerenciais devem ser estruturadas através de uma lógica condicional, de que não é mais o cidadão que deve correr atrás da ajuda do Estado. É o Estado que deve chegar aonde o cidadão está.

Superando a relutância a experimentar, no ano de 2011, o Ministério Público simplificou sua logística e focou a atuação em sua missão. Os resultados aqui registrados visam a dar prestação de contas à sociedade catarinense das atividades desenvolvidas.

LIO MARCOS MARIN

Procurador-Geral de Justiça



SUMÁRIO

I – ESTRUTURA	9
1 Considerações iniciais.....	9
2 Procuradoria-Geral de Justiça.....	10
3 Colégio de Procuradores de Justiça.....	11
4 Conselho Superior.....	12
5 Corregedoria-Geral	13
6 Procuradorias de Justiça	13
7 Coordenadoria de Recursos.....	14
8 Promotorias de Justiça.....	14
9 Órgãos Auxiliares	15
9.1 Secretaria-Geral	15
9.2 Ouvidoria.....	16
9.3 Centros de Apoio Operacional	16
9.4 Comissão de Concurso.....	18
9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.....	18
9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo	18
9.7 Estagiários	20
II – RECURSOS	21
1 As pessoas	21
2 Orçamento e Finanças.....	23
3 Patrimônio	27



III – RESULTADOS DAS ATIVIDADES.....	29
1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça	29
2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça.....	37
3 Atividades do Conselho Superior.....	38
4 Atividades da Corregedoria-Geral	39
5 Atividades da Coordenadoria de Recursos	40
6 Atividades dos Procuradores de Justiça	44
7 Atividades dos Promotores de Justiça	47
7.1 Na Área Criminal	47
7.2 Na Área Cível e Coletividade	61
7.3 Na área da Infância e Juventude	68
8 Atividades dos Órgãos Auxiliares.....	77
8.1 Secretaria-Geral	77
8.2 Ouvidoria	78
8.3 Centros de Apoio Operacional	81
8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA)	81
8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR).....	84
8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT).....	90
8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ).....	93
8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME)	112
8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO)	119
8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF)	128
8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON).....	134
8.3.9 Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP).....	137
8.4 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)	139
8.5 Comissão de Concurso.....	146
8.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo	147
IV COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	155





I – ESTRUTURA

1 Considerações iniciais

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tarefas que lhe foram outorgadas pela Constituição Federal de 1988.

Além de estabelecer as atribuições do Ministério Público, a Constituição Federal conferiu-lhe independência funcional e autonomia administrativa e orçamentária, com poderes de propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de cargos e serviços auxiliares do MPSC, assim como as regras sobre sua organização e funcionamento.

A Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, denominada Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, estabeleceu normas gerais sobre a organização do Ministério Público dos Estados e, de forma específica, a Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, instituiu o estatuto jurídico e definiu a estrutura do Ministério Público de Santa Catarina, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.



São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria- Geral do Ministério Público. São Órgãos de Administração do Ministério Público as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça. Para desempenhar as atribuições definidas constitucionalmente, o Ministério Público possui como Órgãos de Execução o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Coordenadoria de Recursos, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça. Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como Órgãos Auxiliares, a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

2 Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do Ministério Público. A chefia da Instituição cabe ao Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos Membros da Instituição, dentre Procuradores e Promotores de Justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

O Procurador-Geral de Justiça, em suas faltas, impedimentos, férias ou licenças, é substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais, os quais exercem suas atribuições por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem dentre suas principais funções a de exercer a coordenação dos Órgãos e Serviços Auxiliares de apoio técnico e administrativo e presidir o Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, criado pela Lei Federal n. 7.347, de 24 de julho de 1985, e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 1.047, de 10 de dezembro de 1987.



A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais tem dentre suas principais funções a de exercer a Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional e as atribuições processuais inerentes ao Procurador-Geral de Justiça, além de subsidiar e auxiliar na formulação e planejamento das políticas de atuação funcional e no implemento de planos e projetos de interesse da Instituição.

Além das funções de natureza administrativa, o Procurador-Geral de Justiça atua como Órgão de Execução. Nessa qualidade, age perante a segunda instância do Poder Judiciário Estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça; na revisão do arquivamento de inquérito policial; e nos casos de não formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos Juízos de Direito do Estado, dentre outros.

Para melhor exercício de suas atividades, pode o Procurador-Geral de Justiça designar Procuradores de Justiça ou Promotores de Justiça de entrância especial para exercerem funções de assessoramento em seu gabinete, tanto no que diz respeito às atribuições de Órgão de Administração Superior quanto às de Órgão de Execução.

Vinculam-se, ainda, ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar.

3 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, formado por todos os Procuradores de Justiça não afastados da carreira e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Colégio, dentre outras importantes atribuições, a convocação de eleições de Procurador-Geral de Justiça; a proposição ao Procurador-Geral de Justiça da criação de cargos e serviços auxiliares, de modificações na Lei Orgânica e de providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais; a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e de representantes

no Conselho Superior do Ministério Público; a aprovação da indicação do Subcorregedor-Geral do Ministério Público; a aprovação da proposta orçamentária anual; o julgamento de recurso contra decisão condenatória ou absolutória e pedido de revisão em procedimentos administrativos disciplinares; e a deliberação sobre proposta do Procurador-Geral de Justiça, que exclua, inclua ou modifique as atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que as integram.

Como Órgão de Execução, o Colégio de Procuradores de Justiça está incumbido da apreciação de recurso de revisão de arquivamento de inquérito policial ou de peça de informação promovido pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de atribuição originária.

4 Conselho Superior

O Conselho Superior do Ministério Público exerce atribuições como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, dentre outras importantes funções, aprova o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decide sobre as reclamações que a ele forem efetuadas a esse respeito; aprecia os pedidos de opção, remoção, promoção, reversão e afastamento dos Membros do Ministério Público; decide sobre o vitaliciamento, disponibilidade e aposentadoria compulsória de Membro do Ministério Público; elabora o regulamento dos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público e elege os Membros da respectiva comissão; e decide sobre exceções de suspeição ou impedimentos opostas contra Membros do Ministério Público.

Como Órgão de Execução do Ministério Público, incumbe ao Conselho Superior rever o arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação e julgar recurso interposto em face da decisão de indeferimento do requerimento de instauração de inquérito civil.

O Conselho Superior do Ministério Público é composto por nove integrantes e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, que, assim como o Corregedor-Geral do Ministério Público, ocupa assento como Membro

nato. Compõem, ainda, o Conselho Superior do Ministério Público cinco Procuradores de Justiça eleitos pelos Promotores de Justiça e dois pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

5 Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral do Ministério Público exerce atribuições como Órgão da Administração Superior, encarregando-se da orientação e da fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público. O Corregedor-Geral do Ministério Público é eleito, por voto obrigatório e secreto, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, e, nos seus impedimentos e nas suas faltas, ou por delegação, é substituído pelo Subcorregedor-Geral do Ministério Público. A Corregedoria-Geral possui, ainda, uma Secretaria que está a cargo de um Promotor de Justiça de entrância especial, a qual estão subordinadas a Coordenadoria de Serviços Administrativos e de Controle Disciplinar e a Coordenadoria de Acompanhamento Funcional, e é assessorada por Promotores de Justiça da mais elevada entrância.

6 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público e cabe-lhes, como tal, fixar teses jurídicas sem caráter vinculativo; propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala de férias; solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a convocação de Promotor de Justiça em substituição; definir critérios de presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento e estabelecer sistema de inspeção permanente dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiam. Existem duas Procuradorias de Justiça: uma com atuação cível (com 28 Procuradores de Justiça) e outra com atuação criminal (com 20 Procuradores de Justiça). Cada Procuradoria de Justiça é coordenada por um Procurador de Justiça.

A Procuradoria Cível é subdividida, ainda, em cinco áreas distintas,



de acordo com a matéria, a saber: Direito Administrativo; Direito Tributário ou Fiscal; Direito da Infância e Juventude, Família e Sucessões; Direitos Difusos e questões jurídicas em geral, de caráter residual.

Os Procuradores de Justiça são Órgãos de Execução e cabe-lhes exercer as atribuições do Ministério Público no Tribunal de Justiça, inclusive interpor recursos aos Tribunais Superiores, desde que tais atribuições não sejam privativas do Procurador-Geral de Justiça.

7 Coordenadorias de Recursos

As Coordenadorias de Recursos Cíveis e Criminais, chefiadas por Procuradores de Justiça, são Órgãos de Execução do Ministério Público encarregados, dentre outras atribuições, da interposição de recursos judiciais, inclusive nos Tribunais Superiores; da prestação de suporte técnico e operacional aos demais Órgãos de Execução, em matéria de recursos extraordinários e especiais; da defesa das teses jurídicas de interesse da Instituição; da articulação dos Órgãos de Execução, acerca das teses jurídicas com vistas a sua adequação às diretrizes e políticas institucionais; e do acompanhamento e controle das decisões judiciais e dos prazos recursais relativos aos feitos em que o Ministério Público haja oficiado, especialmente aqueles que versem sobre matéria objeto de tese defendida pela Instituição.

8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, e exercidas por Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do Ministério Público nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas afetas ao Ministério Público, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa,



da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos acidentes do trabalho, das falências e recuperações de empresas, dos Juizados Especiais Cíveis, do controle da constitucionalidade, dentre outras.

Havia, em dezembro de 2011, 348 Promotorias de Justiça distribuídas pelas Comarcas do Estado, das quais dezoito ainda não haviam sido instaladas, a saber: Promotoria de Justiça da Comarca de Três Barras (ainda não instalada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina), criada pela Lei Complementar n. 191, de 18 de abril de 2000; 20ª e 21ª Promotorias de Justiça da Comarca de Joinville, 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, 14ª e 15ª Promotorias de Justiça da Comarca de Criciúma e 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí, todas criadas pela Lei Complementar n. 399, de 19 de dezembro de 2007; 13ª e 14ª Promotorias de Justiça da Comarca de São José e 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú, todas criadas pela Lei Complementar n. 552, de 12 de dezembro de 2011; 9ª e 10ª Promotorias de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú, 5ª e 6ª Promotorias de Justiça da Comarca de Brusque, 5ª e 6ª Promotorias de Justiça da Comarca de Rio do Sul, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha e 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim, todas criadas pela Lei Complementar n. 553, de 12 de dezembro de 2011. Para atuarem nas Promotorias de Justiça, como Órgãos de Execução, o Ministério Público Catarinense dispunha, na mesma data, de 328 Promotores de Justiça.

9 Órgãos Auxiliares

São Órgãos Auxiliares do Ministério Público a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

9.1 Secretaria-Geral

À Secretaria-Geral do Ministério Público, exercida por um Procurador



de Justiça ou por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância, cabe a responsabilidade da supervisão e direção dos serviços afetos aos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Cabe, ainda, ao Secretário-Geral, além do exercício de atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça, elaborar a proposta orçamentária; autorizar adiantamentos de despesa; firmar contratos; gerenciar a execução orçamentária e conduzir os processos disciplinares e sindicâncias de Servidores.

9.2 Ouvidoria

A Ouvidoria, exercida por um Procurador de Justiça, foi criada pela Lei Complementar Estadual n. 298, de 4 de outubro de 2005, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos padrões de transparência e presteza das atividades desenvolvidas pelos Órgãos, Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Sua criação decorreu da exigência da Emenda Constitucional n. 45/2004, também conhecida como Reforma do Judiciário. Compete à Ouvidoria, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, denúncias, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público.

9.3 Centros de Apoio Operacional

Os Centros de Apoio Operacional são Órgãos Auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, vinculados ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhes, dentre outras atribuições, estimular a integração e o intercâmbio entre Órgãos de Execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns; estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções; receber representações e expedientes relacionados com suas áreas de atuação, encaminhando-os ao Órgão de Execução a quem incumba dar-lhe atendimento; remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo,



aos órgãos ligados à sua atividade; e prestar apoio aos Órgãos de Execução do Ministério Público, especialmente na instrução de inquéritos civis ou na preparação e propositura de medidas judiciais.

Centros de Apoio Operacional	
CMA - Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	Atua na área da moralidade administrativa e do patrimônio público, abrangendo as matérias cível e criminal.
CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Atua na área do meio ambiente, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor	Atua na área do consumidor, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCF - Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Atua na área da cidadania e fundações, abrangendo as matérias cíveis e criminais, relativas, especialmente, aos direitos humanos, à saúde, à educação especial, à educação para idosos, à discriminação, às pessoas portadoras de necessidades especiais, aos idosos, à previdência, às fundações, ao terceiro setor e ao regular funcionamento dos serviços públicos.
CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	Atua na área da infância e da juventude.
COT - Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	Atua na área da ordem tributária, especialmente nos crimes contra a ordem tributária, e na área cível, no que diz respeito à tributação ilegal e matéria correlata.
CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal	Atua na área criminal, especialmente no que diz respeito à execução penal, ao controle externo da atividade policial, à criminalidade organizada e de alta repercussão social e à segurança pública, e apoia o Promotor de Justiça que atua perante o Tribunal do Júri.
CECCON - Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade	Atua na área do controle de constitucionalidade das normas jurídicas.
CIP - Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas	Atua subsidiando os Órgãos de Execução, no assessoramento técnico e no repasse de informações coletadas, e, por determinação ou autorização do Procurador-Geral de Justiça, na área das investigações cíveis e criminais do âmbito do Ministério Público.



9.4 Comissão de Concurso

À Comissão de Concurso, como órgão auxiliar de natureza transitória, incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo constituída sempre que há necessidade de provimento dos cargos iniciais. É presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e composta por seis Membros vitalícios da Instituição, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, e de um representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é o Órgão Auxiliar do Ministério Público encarregado da realização e do apoio a cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, que visem ao aprimoramento profissional e cultural dos Membros da Instituição, de seus serviços auxiliares e Servidores, bem como à melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional possui como órgão de direção um conselho composto pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, por um Membro do Colégio de Procuradores de Justiça eleito por seus pares e por dois Membros do Ministério Público de Primeira Instância escolhidos pelo Conselho Superior do Ministério Público. Além disso, tem em sua estrutura organizacional uma diretoria que é exercida por Membro do Ministério Público, em exercício ou aposentado, nomeado por seu conselho diretivo.

9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Instituição estão organizados em Coordenadorias e Gerências, de modo que uma Coordenadoria é composta de uma ou mais Gerências. Em sua maioria, estão vinculados à



Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo, que, por sua vez, é subordinada diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público.

Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	
COGER – Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	Atua no gerenciamento de toda a área administrativa e financeira das Coordenadorias a ela subordinadas.
COFIN – Coordenadoria de Finanças e Contabilidade	Compreende a Gerência de Finanças e a Gerência de Contabilidade.
COAD – Coordenadoria de Operações Administrativas	Compreende a Gerência de Almoxarifado, a Gerência de Transportes e a Gerência de Compras.
COPIJ - Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas	Compreende a Gerência de Biblioteca, a Gerência de Arquivo e Documentação e a Gerência de Processos Jurídicos Digitais.
CORH - Coordenadoria de Recursos Humanos	Compreende a Gerência de Legislação de Pessoal.
COPAG - Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	Excepcionalmente não é dividida em Gerências.
COTEC - Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Compreende a Gerência de Rede e de Banco de Dados, a Gerência de Desenvolvimento e a Gerência de Suporte.
COPEO - Coordenadoria de Planejamento e Estratégia Organizacional	Compreende a Gerência de Informações e Projetos.
COENG – Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura	Compreende a Gerência de Patrimônio e a Gerência de Manutenção.

Há, ainda, a Coordenadoria de Auditoria e Controle, subordinada diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público.



9.7 Estagiários

Os estagiários, de graduação e pós-graduação, constituem Órgão Auxiliar do Ministério Público e são designados pelo Procurador-Geral de Justiça, após regular processo de seleção, para o exercício transitório de funções auxiliares relativas ao levantamento de dados e de conteúdos doutrinários e jurisprudenciais; à realização e ao acompanhamento de diligências de investigações para as quais forem incumbidos; ao estudo de matérias que lhe sejam confiadas; ao atendimento ao público; ao controle da movimentação processual e à execução de serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo de documentos, dentre outras atividades compatíveis com sua condição acadêmica.





II – RECURSOS

1 As Pessoas

O reconhecimento da importância cada vez maior das pessoas nas organizações tem sido o fator diferencial da excelência nas organizações bem sucedidas. As pessoas integram o ativo intangível pelo aporte de capital intelectual e moral de cada um dos integrantes, que acabam sendo incorporados na imagem da Instituição.

O Professor Idalberto Chiavenato² nos ensina que ao se falar em organizações, forçosamente se fala nas pessoas que as representam, que as vivenciam e que lhes dão personalidade própria. A maneira pela qual as pessoas se comportam, agem, trabalham, executam, melhoram suas atividades e cuidam de seus clientes varia em enormes dimensões. E essa variação depende, em grande parte, das políticas e diretrizes das organizações a respeito de como lidar com as pessoas em suas atividades.

A atual estrutura de pessoal do Ministério Público é composta por Membros, Servidores e colaboradores. Os números da tabela a seguir demonstram um crescimento de 11,01% no quadro de pessoal ativo no período 2010/2011.

2 CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. 3ª ed. 2008

Tabela 1. Evolução do Quadro de Pessoal

Membros em atividade	2008	2009	2010	2011	Evolução (11/10)
Procuradores de Justiça	40	40	42	48	14,29%
Promotores de Justiça de Entrância Especial	108	125	123	161	30,89%
Promotores de Justiça de Entrância Final	94	93	107	92	-14,02%
Promotores de Justiça de Entrância Inicial	79	70	72	54	-25,00%
Promotores de Justiça Substitutos	13	26	22	21	-4,55%
Subtotal	334	354	366	376	2,73%
Servidores em atividade	2008	2009	2010	2011	Evolução (11/10)
Servidores efetivos	331	398	397	439	10,58%
Servidores comissionados efetivos	40	43	44	43	-2,27%
Servidores comissionados não efetivos	371	379	395	420	6,33%
Servidores à disposição do MP (PC/PM/PRF)	36	49	65	93	43,08%
Subtotal	778	869	901	995	10,43%
Colaboradores	2008	2009	2010	2011	Evolução (11/10)
Postos de serviços de mão-de-obra terceirizada	226	231	240	254	5,83%
Estagiários da área jurídica	534	639	804	940	16,92%
Estagiários da área administrativa	98	140	159	177	11,32%
Subtotal	858	1.010	1.203	1.371	13,97%
Inativos	2008	2009	2010	2011	Evolução (11/10)
Membros	123	123	124	127	2,42%
Servidores	27	30	34	35	2,94%
Subtotal	150	153	158	162	2,53%
Total	2.120	2.386	2.628	2.904	10,50%

2 Orçamento e Finanças

No orçamento do Ministério Público, estão consignadas as dotações necessárias para que a área financeira possa realizar a despesa pública, previamente autorizada por autoridade competente, e processada nos termos da legislação vigente.

No Ministério Público, o orçamento aprovado está intrinsecamente ligado às fontes de receita. O fluxo financeiro autoriza a realização das despesas correntes e de capital, nos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no tocante ao repasse financeiro previsto no percentual de participação do conceito de Receita Líquida Disponível - RLD.

Em 2012, o orçamento da Instituição terá um crescimento de 22,55% (vinte e dois vírgula cinquenta e cinco por cento), em suas dotações, quando comparado com o de 2011. Esse incremento é produto do esforço da Administração Superior em criar uma correlação financeira entre o índice atual fixado em 3,23% (três vírgula vinte e três por centos) da RLD de 2011 e o novo percentual criado após a retirada do valor do FUNDEF e FUNDEB da base de cálculo da Receita Líquida Disponível – RLD, em 2012, passando o novo percentual para 3,91%, com redutor de 2,65% (Lei Estadual n. 15.530 de 08/08/2011, art.23, inc. IV; c/c art. 24).

Merece destaque a performance da execução orçamentária de 2011: superior ao valor orçado para 2011, na ordem de 25,93% (vinte e cinco vírgula noventa e três por cento), em razão do melhor aproveitamento do superávit financeiro vindo do período anterior.

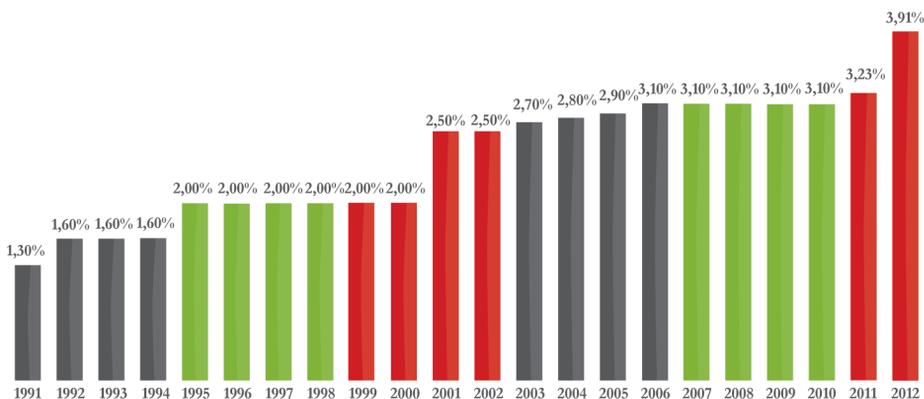
A programação orçamentária da Instituição é estruturada em quatro unidades orçamentárias, com dotações vinculadas a fontes de receitas, conforme segue na tabela a seguir:

Tabela 2. Estrutura orçamentária do MPSC

Unidades	2011 em R\$		2012 em R\$	Evolução 11/10
	Orçado	Realizado	Orçado	% Orçado
04001 – MPSC	327.444.279,00	399.516.273,46	367.195.248,00	12,14%
04091 - FRBL	2.322.228,00	575.322,06	3.749.305,00	61,45%
04092 - FECEAF	316.942,00	33.003,12	460.000,00	45,14%
04093 - FERMP	21.857.815,00	43.059.666,35	57.865.341,00	164,74%
Total	351.941.264,00	443.184.264,99	429.269.894,00	21,97%

Os recursos recebidos, em 2011, por conta da LDO/RLD, somaram R\$ 356.763.575,25 (trezentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos). O repasse desse valor ocorreu mensalmente, de acordo com o comportamento da receita efetivamente arrecadada. O gráfico abaixo demonstra a evolução da participação do Ministério Público, desde a adoção desse critério de repasse pelo Poder Executivo.

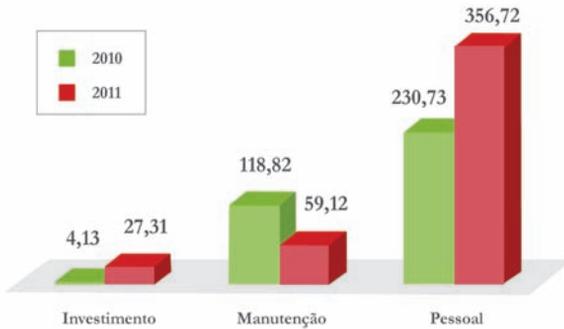
Gráfico 1. Evolução da participação do MPSC na RLD



(*) Em 2012, foi aplicado o redutor de 2,65% em razão da exclusão do FUNDEB da base de cálculo da RLD, conforme a Lei Estadual n. 15.530 de 08/08/2011, art.23, inc. IV; c/ c art. 24.

Na Unidade Orçamentária **04001 - Ministério Público**, são realizadas despesas com pagamento de pessoal ativo e inativo, assim como as necessárias ao funcionamento do aparato administrativo e à manutenção da Instituição. A distribuição da aplicação dos recursos orçamentários, em 2011, é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2. Distribuição dos recursos orçamentários por Grupo de Despesa



Na Unidade Orçamentária **04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados**, são realizadas despesas com a contratação de perícias e projetos destinados à reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos e paisagísticos em todo o território catarinense. Os recursos, em 2011, foram aplicados conforme a tabela a seguir:

Tabela 3. Recursos do FRBL liberados

Recursos liberados	2010		2011	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
Perícias deferidas	22	204.978,54	29	240.498,92
Projetos aprovados	3	107.636,00	7	605.005,87
Total		312.614,54		845.504,79

Observação: valores liquidados até 31.12.2011

Na Unidade Orçamentária **04092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**, são realizadas atividades relacionadas à capacitação e formação de Membros, Servidores e colaboradores do Ministério Público, conforme detalha a tabela abaixo:

Tabela 4. Atividades realizadas pelo CEAF

Atividades	2007	2008	2009	2010	2011
Eventos	22	49	10	33	48
Participantes	1.253	2.360	345	1.052	4.637
Carga-horária	6.565	1.000	641	762	1.248
Bolsa de Estudo Graduação	22	0	0	0	0
Bolsa de Estudo Pós-Graduação	6	43	18	27	52
Custo das atividades realizadas (R\$)	71.633,06	243.441,00	43.980,09	546.411,50	528.615,16

Na Unidade Orçamentária **04093 – Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do MPSC**, os recursos aplicados são aprovados pelo Conselho de Administração do Fundo, composto por três Membros do Ministério Público, um representante do Poder Judiciário e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil. As receitas desse Fundo decorrem de transferência financeira, correspondente a 20% (vinte por cento) das taxas judiciais e extrajudiciais do Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ) do Poder Judiciário. Os valores são aplicados na modernização da Instituição e parte retorna ao Poder Judiciário a título de ressarcimento das despesas de manutenção dos Fóruns, na proporção das áreas ocupadas pelo Ministério Público.

Os recursos do FERMP foram utilizados para atender projetos de modernização e desenvolvimento institucional em 2011. Merecem destaque os investimentos realizados na aquisição do Ed. Campos Salles, na atualização da rede de transmissão de dados, na aquisição de equipamentos para a renovação

de rede *wireless* das 111 Comarcas, na aquisição de novos Servidores de rede e *storage* para armazenamento de dados de última geração, com redundância em dois *datacenters* a fim de dar segurança plena à produção institucional, na aquisição de 1.200 microcomputadores para a renovação de equipamentos com mais de quatro anos de uso, na aquisição de mobiliário e veículos e em consultoria para o Planejamento Estratégico 2012/2022.

Gráfico 3. Evolução da Aplicação dos Recursos do FERMP.



3 Patrimônio

A evolução do patrimônio imobiliário e mobiliário do Ministério Público, demonstrado na tabela a seguir, evidencia o incremento dos recursos materiais e tecnológicos à disposição da Instituição.

**Tabela 5. Patrimônio móvel do MPSC**

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Veículos	35	37	39	42	50	75	83
Máquinas e Equipamentos de Informática	8.171	9.116	11.475	13.705	15.073	18.058	19.645
Mobília em Geral	10.864	13.141	14.028	15.409	16.307	17.685	16.790
Utensílios em Geral	1.845	1.986	2.243	2.428	2.511	2.622	2.754
Livros e Softwares	8.397	8.956	8.905	9.149	13.555	19.157	22.659





III - RESULTADOS DAS ATIVIDADES

1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça, como Órgão da Administração Superior, diretamente ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais de Justiça ou a outros Órgãos do Ministério Público, realizou no ano de 2011 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Audiências realizadas	165
Reuniões realizadas	141
Reuniões no CNPG e no CNMP	24
Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça presididas	14
Sessões do Conselho Superior do Ministério Público presididas	26
Sessões especiais do Tribunal de Justiça	38
Reuniões da Comissão de Concurso	15
Projetos de Lei elaborados	3
Atos	873
Portarias	1.802



Resoluções	1
Convênios	47
Consultas de remoção dos Procuradorias de Justiça	5

O Procurador-Geral de Justiça, como Órgão de Execução, diretamente ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais de Justiça ou a outros Órgãos do Ministério Público, realizou no ano de 2011 as seguintes atividades:

Na área criminal	
Espécie	Quantidade
Procedimentos Administrativos	
Remanescentes do período anterior	109
Procedimentos de Investigação Criminal - PIC/Notícias Criminais/PROT	163
Inquérito Policial/TC recebidos	34
Inquérito Policial/TC arquivados	12
Remetidos a outros órgãos	82
Arquivamento PIC/PROT/NC	69
Requisição de Inquérito Policial/Baixa Delegacia	9
Portarias de instauração de PIC	93
Despachos motivados	172
Denúncias	25
Passam para o período seguinte	114
Precatórias expedidas	32
Processos Judiciais	
Remanescentes do período anterior	7
Recebidos	37
Outras manifestações	47
Alegações Finais	5



Proposta de Transação	3
Proposta de Suspensão	2
Recursos	2
Passam para o período seguinte	0
Sessão TJ: Admissibilidade de denúncia	10
Sessão TJ: Julgamento	4
Atribuições Processuais Penais	
Apelações criminais (Art. 600, § 4º, CPP)	729
Contrarrazões e manifestações exaradas	547
Art. 28 do CPP	54

No controle de constitucionalidade	
Espécie	Quantidade
Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas	29
Representações encaminhadas ao Procurador-Geral da República	1
Processos distribuídos	146
Pareceres exarados como <i>custos legis</i>	146
Representações recebidas	122

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Outras atividades	
Espécie	Quantidade
Conflitos de atribuição (suscitações)	24
Consultas de atribuição	9
Conflito de competência	3
TACs celebrados	2
Manifestações em procedimentos do regime especial de precatórios	34
Audiência com Ministros de Tribunais Superiores	1



Participação em audiências públicas	1
Manifestações em mandados de segurança	3
Manifestações diversas	22
Recurso Extraordinário interposto	1
Agravo Regimental interposto	1
Contestações	2
Inquéritos civis instaurados	6
Procedimentos preliminares instaurados	1
Avocação de autos	1

Registram-se, ainda, as atividades referentes ao Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Ministério Público (FERMP) e ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL):

Atividades do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Ministério Público	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	6
Pedidos encaminhados	86
Pedidos deferidos	86
Certidões expedidas	6
Correspondências expedidas	20
Correspondências recebidas	8
Acompanhamento de receitas e despesas do FERMP	12

Os principais investimentos dos recursos do FERMP, em 2011, foram na área de informática, envolvendo a aquisição de serviços, sistemas e equipamentos, e na implementação de novas instalações físicas destinadas a abrigar os órgãos institucionais.



Atividades do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	2
Correspondências expedidas	140
Correspondências recebidas	63
Portarias expedidas	2
Acompanhamento de receitas e despesas do FRBL	12
Projetos encaminhados	18
Processos deferidos	5
Processos indeferidos	4
Pareceres técnicos	7
Acompanhamento dos processos deferidos	5
Minutas de convênios dos processos deferidos	7
Cadastros de peritos aprovados	36
Perícias solicitadas	31
Perícias deferidas	29
Perícias pagas	19

No ano de 2011, a demanda do FRBL aprovou projetos contemplando os interesses coletivos e difusos, bem como subsidiou os Promotores de Justiça nas perícias solicitadas para instruir procedimentos e ações.

Aspectos Qualitativos

Em termos qualitativos, merecem destaque as seguintes atividades da Procuradoria-Geral de Justiça:



Criação de Promotorias de Justiça e de cargos na carreira

Pela Lei Complementar n. 552, de 12 de dezembro de 2011, foram criados, na estrutura de primeiro grau do Ministério Público, três Promotorias de Justiça, com os respectivos cargos de Promotor de Justiça, a saber: 13ª e 14ª Promotorias de Justiça da Comarca de São José e 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú. Além disso, foram criados, pela Lei Complementar n. 553, de 12 de dezembro de 2011, oito Promotorias de Justiça, com os respectivos cargos de Promotor de Justiça, a saber: 9ª e 10ª Promotorias de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú; 5ª e 6ª Promotorias de Justiça da Comarca de Brusque; 5ª e 6ª Promotorias de Justiça da Comarca de Rio do Sul; 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha; e 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim.

Instalação de Promotorias de Justiça

Instalação, no ano de 2011, de onze Promotorias de Justiça em várias Comarcas do Estado, a saber: 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, criada pela Lei Complementar n. 399/2007; 6ª, 7ª e 8ª Promotorias de Justiça da Comarca de Palhoça, criadas pela Lei Complementar n. 498/2010; 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Braço do Norte, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Navegantes, 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador, 6ª e 7ª Promotorias de Justiça da Comarca de Jaraguá do Sul e 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Tubarão, todas criadas pela Lei Complementar n. 514/2010. Além disso, também foram instalados oito cargos de Promotor de Justiça Especial da Comarca da Capital, criados pela Lei Complementar n. 514/2010.

Atribuições das Promotorias de Justiça

Formulação de proposta ao Colégio de Procuradores de Justiça para redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça das Comarcas de Criciúma, Navegantes, Tubarão, Jaraguá do Sul, Capital, Chapecó, São Miguel



do Oeste, Braço do Norte, Joinville, Caçador, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, Blumenau, Itajaí e Mafra.

Reajustes salariais

Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar n. 431/2008, foi reajustado o piso salarial dos Servidores do Ministério Público de Santa Catarina, a partir de 1º de junho de 2011, o qual passou a corresponder ao valor de R\$ 700,64 (setecentos reais e sessenta e quatro centavos), conforme Lei Complementar n. 535, de 20 de junho de 2011. Além disso, pelo mesmo diploma legal, foram os coeficientes dos cargos de Assistente de Procuradorias e Promotorias de Justiça majorados para 5,20 (cinco inteiros e vinte centésimos).

Nomeação de aprovados em concurso

Nomeação dos candidatos aprovados no XXXV Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público de Santa Catarina para provimento de 16 cargos de Promotor de Justiça Substituto. Também, em 2011, foi ampliado o quadro de Servidores da Instituição, com a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público aberto pelo Edital n. 001/2009/PJ para provimento de 110 cargos efetivos.

Jornada de trabalho

Fixação da jornada de trabalho dos Servidores efetivos do Ministério Público em sete horas diárias ininterruptas, cumpridas no turno-padrão das 12h às 19h, exceto para os cargos em comissão, que cumprem expediente das 9h30min às 11h30min e das 13h às 19h.



Coordenadoria de Recursos

Reestruturação da Coordenadoria de Recursos, com a criação da Coordenadoria de Recursos Cíveis e da Coordenadoria de Recursos Criminais para atuação especializada em cada uma das referidas áreas.

Política de Comunicação Institucional

Criação e instituição da Política de Comunicação Institucional do Ministério Público de Santa Catarina, com o objetivo de orientar as ações e os serviços de comunicação pública referentes ao exercício das funções institucionais a fim de garantir a transparência da gestão e das ações desenvolvidas pelo Ministério Público.

Teses Jurídicas Institucionais

Criação do Conselho de Consolidação de Teses Institucionais, com o fim de consolidar, em face de questões controvertidas de reconhecida relevância institucional, a definição de teses jurídicas que reflitam o entendimento majoritário dos Membros do Ministério Público catarinense e sirvam de paradigma orientador da atuação ministerial. Além disso, caberá ao referido colegiado propor a criação e contribuir para a manutenção de mecanismos que estimulem a defesa e a atualização permanente das teses jurídicas consolidadas no âmbito da atuação funcional do MPSC.

Defesa dos Animais

Criação do Grupo Especial de Defesa dos Direitos dos Animais - GEDDA, no âmbito do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com a finalidade de subsidiar a definição de estratégias de atuação e de complementar, quando necessário, a prestação de apoio técnico e jurídico aos Órgãos de Execução, colimando a efetiva defesa dos direitos dos animais no Estado de Santa Catarina.



2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou no ano de 2011 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias	8
Sessões extraordinárias	6
Sessões solenes de posse	4
Homologação de lista tríplice ao cargo de Procurador-Geral de Justiça	1
Acórdãos relatados e apreciados em autos de procedimentos e representações	5
Ato de redistribuição de atribuições das Promotorias de Justiça	15
Eleições realizadas	2
Aprovação de proposta orçamentária	1
Feitos recebidos	31
Feitos distribuídos	8
Feitos – pedidos de vista	1
Publicações Oficiais (Diário Oficial Eletrônico do MPSC)	34
Editais de Convocação	18
Editais diversos	3
Súmulas	13
Atas	14
Aprovação de Anteprojeto de Lei Complementar	2
Aprovação de proposta de alteração de Ato	1

3 Atividades do Conselho Superior

O Conselho Superior do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou no ano de 2011 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias	22
Sessões extraordinárias	4
Sessões realizadas – 1ª Turma Revisora	20
Sessões realizadas – 2ª Turma Revisora	20
Súmulas	26
Atas	26
Convocações (Pleno + Turmas Revisoras)	46
Formação de comissão de concurso de ingresso na carreira	1
Feitos recebidos	3.365
Feitos distribuídos	3.351
Feitos julgados	3.248
Acompanhamento de feitos baixados em diligência	228
Editais de remoção	228
Editais de promoção	111
Movimentação no quadro – permutas	4
Movimentação no quadro – opções	102
Movimentação no quadro – remoções	69
Movimentação no quadro – promoções	100
Vitalicamento de Membros do MPSC	22
Pedidos para residir fora da Comarca de lotação recebidos	20
Pedidos para residir fora da Comarca de lotação aprovados	14
Afastamentos autorizados	2

Aprovação do quadro de antiguidade dos Membros do MPSC	1
Sorteios do critério de provimento	2
Resoluções	4
Publicações Oficiais (Diário Oficial Eletrônico do MPSC)	684

Em 2011, foram recebidos 3.365 feitos, o que resulta na média de 280,4 feitos por mês. Dos recebidos, 3.351 foram distribuídos aos Conselheiros, dos quais 96,62% (3.248) foram julgados. Em relação ao ano de 2010, houve aumento na ordem de: a) 16,03% no número de feitos recebidos na Secretaria do Conselho Superior, passando de 2.900 para 3.365; e b) 19,12% no número de feitos distribuídos aos Conselheiros, passando de 2.813 para 3.351.

4 Atividades da Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior, realizou no ano de 2011 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Processos de acompanhamento de Promotores de Justiça em Estágio Probatório	60
Relatórios trimestrais de estágio probatório	1.700
Processos de vitaliciamento, concluídos e arquivados, de Promotores de Justiça	24*
Consultas respondidas	11
Pedidos de explicações instaurados	3
Correições realizadas	107
Visitas de inspeção realizadas	7
Sindicâncias instauradas	3
Processos administrativos instaurados	9
Procedimentos Administrativos Preliminares	70



Atos	5
Recomendações	2
Portarias expedidas	49
Expedição de certificados de estágio	45
Procedimentos de anotação em ficha funcional	21
Participação em sessões do Conselho da Magistratura	10
Participação, como Membro nato, de Sessões do CSMP	27
Participação de sessões do Colégio de Procuradores	10

**Desse total, houve um caso de arquivamento em decorrência de pedido de exoneração.*

5 Atividades da Coordenadoria de Recursos

As Coordenadorias de Recursos Cíveis e Criminais, como Órgãos de Execução, realizaram no ano de 2011 as seguintes atividades:

Coordenadoria de Recursos Criminais - Aspectos quantitativos	
Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	10.745
Processos requisitados para estudo	562
Recursos interpostos	200
Recursos Extraordinários	19
Recursos Especiais	91
Agravos (art. 544, CPC)	14
Embargos de Declaração	68
Agravos de Decisão do Relator	8
Contrarrazões de recursos e pareceres sobre admissibilidade de recursos	1.194
Processos sem manifestação de mérito	33



Coordenadoria de Recursos Criminais - Aspectos qualitativos	
Situação Processual – Recursos interpostos em 2011 – Tribunais Superiores	Quantidade
Recursos Extraordinários	19
Admitidos e pendentes de julgamento no STF	1
Não admitidos no TJSC	1
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	17
Recursos Especiais	91
Admitidos e pendentes de julgamento no STJ	19
Não admitidos no TJSC	6
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	66
Agravos (art. 544, CPC)	14
Conhecidos com provimento no Recurso Especial	1
Não conhecidos	1
Pendentes de julgamento	12
Recursos interpostos em anos anteriores e julgados em 2011	Quantidade
Recursos Extraordinários, Recursos Especiais e Agravos de Instrumento	91
Providos	68
Desprovidos	23
Situação Processual – Recursos interpostos em 2011 – Tribunal de Justiça	Quantidade
Embargos de Declaração	68
Acolhidos	13
Parcialmente acolhidos	4
Não acolhidos	48
Não conhecidos	1
Pendentes de julgamento	2
Agravos de Decisão do Relator	8
Providos	1
Desprovidos	7



Coordenadoria de Recursos Cíveis - Aspectos quantitativos

Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	35.213
Processos requisitados para estudo	540
Recursos interpostos	217
Recursos Extraordinários	21
Recursos Especiais	34
Agravos (art. 544, CPC)	51
Embargos de Declaração	86
Embargos Infringentes	6
Agravos de Decisão do Relator	8
Agravos Regimentais	5
Mandado de Segurança	1
Medidas Cautelares	4
Reclamação	1
Contrarrazões de recursos	333
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	18
Processos sem manifestação de mérito	3.128

Coordenadoria de Recursos Cíveis – Aspectos qualitativos

Situação Processual – Recursos interpostos em 2011 – Tribunais Superiores	Quantidade
Recursos Extraordinários	21
Admitidos e pendentes de julgamento no STF	3
Não admitidos no TJSC	6
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	12
Recursos Especiais	34
Admitidos e pendentes de julgamento no STJ	10
Não admitidos no TJSC	5



Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	19
Agravos (art. 544, CPC)	51
Providos	3
Desprovidos	2
Pendentes de julgamento	46
Recursos interpostos em anos anteriores e julgados em 2011	Quantidade
Recursos Extraordinários, Recursos Especiais e Agravos de Instrumento	65
Providos	19
Desprovidos	40
Prejudicados	3
Não conhecidos	3
Situação Processual – Recursos interpostos em 2011 – Tribunal de Justiça	Quantidade
Embargos de Declaração	86
Acolhidos	10
Parcialmente acolhidos	5
Não acolhidos	48
Pendentes de julgamento	23
Embargos Infringentes	6
Acolhidos	4
Pendentes de julgamento	2
Agravos de Decisão do Relator	8
Providos	2
Desprovidos	4
Pendentes de julgamento	2
Agravos Regimentais	5
Providos	1
Desprovidos	3



Pendentes de julgamento	1
Mandados de Segurança	1
Pendentes de julgamento	1
Medidas Cautelares	6
Indeferidas	4
Reclamações	1
Arquivadas liminarmente	1

6 Atividades dos Procuradores de Justiça

As Procuradorias de Justiça, subdivididas em Coordenadorias Cível e Criminal, desenvolveram no ano de 2011 as seguintes atividades:

Coordenadoria Administrativa da Procuradoria de Justiça Cível	
Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias	11
Sessões extraordinárias	3
Atas	14
Sessões na CERC/Chapecó	20
Elaboração da escala de férias dos Procuradores	1
Eleição de Coordenador e Subcoordenador	1
Editais de Convocação para Sessões	14
Elaboração da planilha de substituições	12
Confecção de requerimentos referentes a afastamentos	42
Requerimentos para pagamentos de diárias	20



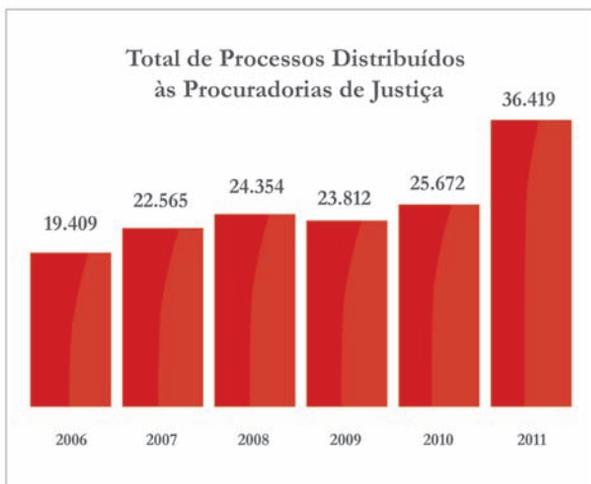
Coordenadoria Administrativa da Procuradoria de Justiça Criminal	
Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias	8
Atas	8
Elaboração da escala de férias dos Procuradores	1
Ofícios expedidos	30
Ofícios recebidos	2
Editais de Convocação para substituição de Procuradores	4
Editais de Convocação para Sessões	8
Eleição para Coordenador e Subcoordenador	1
Elaboração de planilha de substituições	12
Confecção de requerimentos referentes a afastamentos	48

Além das atividades antes referidas, os Procuradores de Justiça também atuaram, como Órgãos de Execução, em diversos feitos, conforme tabela abaixo:

Período	Área	Vindos do ano anterior	Distribuídos	Pareceres exarados	Saldo
2010	Criminal	361	11.710	11.622	460
	Cível	365	13.962	13.784	608
	TOTAL	756	25.672	25.406	1.068
2011	Criminal	460	14.253	13.474	779
	Cível	608	22.166	21.181	985
	TOTAL	1.068	36.419	34.656	1.764

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Os gráficos que seguem demonstram o histórico da atuação dos Procuradores de Justiça nos últimos anos, como Órgãos de Execução:

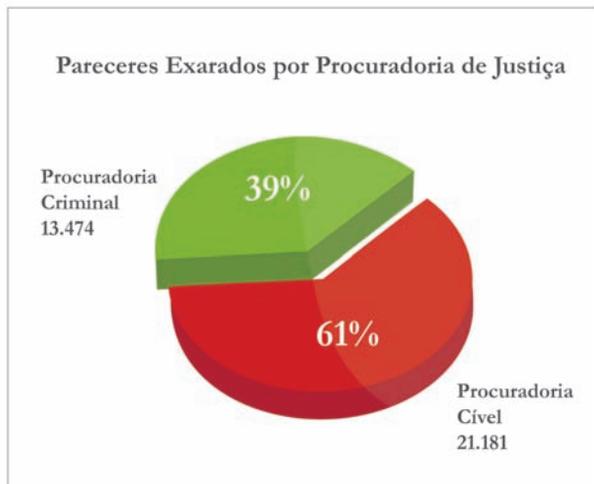


Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina



Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina





Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

7 Atividades dos Promotores de Justiça

Os Promotores de Justiça, como Órgãos de Execução, realizaram no ano de 2011 as seguintes atividades:

7.1 Na Área Criminal

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
1. INQUÉRITOS/NOTÍCIAS CRIMINAIS/PROCEDIMENTOS/TERMOS			
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	20.700	22.680	9,57%
1.2. Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)	107.676	140.261	30,26%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
1.3. Recebidos/instaurados no período (somente os novos):	136.261	144.372	5,95%
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	509	517	1,57%
b) meio ambiente	3.149	3.328	5,68%
c) consumidor	311	469	50,80%
d) moralidade administrativa	149	171	14,77%
e) idosos	146	181	23,97%
f) pessoas portadoras de deficiência	1	11	1000,00%
g) violência doméstica e relação familiar ¹	3.630	17.778	389,75%
h) preconceito racial	5	7	40,00%
i) ordem tributária	806	1.145	42,06%
j) Código Penal Militar	1.905	2.413	26,67%
k) outras infrações de menor potencial ofensivo	48.168	47.523	-1,34%
l) área comum/outras	77.482	70.829	-8,59%
1.4. TRANSAÇÕES PENAIS	17.279	20.055	16,07%
a) meio ambiente	994	1.032	3,82%
b) consumidor	38	39	2,63%
c) moralidade administrativa	2	6	200,00%
d) idosos	15	18	20,00%
e) pessoas portadoras de deficiência	4	3	-25,00%
f) ordem tributária	11	12	9,09%
g) Código Penal Militar	0	115	-
h) Código de Transito Brasileiro ¹	288	1.529	430,90%
i) abuso de autoridade ¹	14	172	1128,57%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	12.857	14.234	10,71%
k) área comum/outras	3.056	2.895	-5,27%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
1.5. Arquivados:	51.115	57.339	12,18%
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs)	92	75	-18,48%
b) meio ambiente	555	461	-16,94%
c) consumidor	58	71	22,41%
d) moralidade administrativa	52	76	46,15%
e) idosos	74	107	44,59%
f) pessoas portadoras de deficiência	0	6	-
g) violência doméstica e relação familiar ¹	1.750	6.594	276,80%
h) preconceito racial	3	5	66,67%
i) ordem tributária	232	392	68,97%
j) Código Penal Militar	609	482	-20,85%
k) Código de Trânsito Brasileiro ¹	615	3.179	416,91%
l) abuso de autoridade ¹	67	345	414,93%
m) outras infrações de menor potencial ofensivo	19.815	19.127	-3,47%
n) área comum/outros	27.193	26.419	-2,85%
1.6. Baixados para diligência	34.407	34.213	-0,56%
1.7. Extinção da punibilidade pelo cumprimento da transação (formalizada)	12.536	11.462	-8,57%
1.8. Remetidos a outra Promotoria e outras situações de baixa estatística	77.726	58.107	-25,24%
1.9 Intimações diversas ¹	15.746	71.764	355,76%
1.10. Denúncias oferecidas:	33.148	33.575	1,29%
a) meio ambiente	1.079	994	-7,88%
b) consumidor	136	184	35,29%
c) moralidade administrativa	48	49	2,08%
d) idosos	47	56	19,15%
e) pessoas portadoras de deficiência	4	2	-50,00%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
f) violência doméstica e relação familiar (Lei n. 11.340/2006) ¹	856	2.712	216,82%
g) preconceito racial	9	13	44,44%
h) ordem tributária	519	578	11,37%
h.1) valor nominal sonegado (desprezar frações de milhares)	95.830	75.734	-20,97%
i) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	2	3	50,00%
j) Código Penal Militar	262	178	-32,06%
k) Código de Trânsito Brasileiro ¹	807	3.389	319,95%
l) outras infrações de menor potencial ofensivo	5.021	4.935	-1,71%
m) área comum/outros	24.358	20.482	-15,91%
1.11. Passam para o período seguinte	22.680	20.798	-8,30%
2. TIPOS PENAS DENUNCIADOS			
2.1. Área da Coletividade/Código Penal Militar	2.279	1.969	-13,60%
a) meio ambiente	1.092	980	-10,26%
b) consumidor	162	185	14,20%
c) moralidade administrativa	136	23	-83,09%
d) pessoas portadoras de deficiência	0	2	-
e) preconceito racial	6	17	183,33%
f) ordem tributária	621	585	-5,80%
f.1) art. 1º da Lei n. 8.137/1980	131	171	30,53%
f.2) art. 2º da Lei n. 8.137/1980	439	403	-8,20%
f.3) outros contra a ordem tributária	51	11	-78,43%
g) Código Penal Militar	262	177	-32,44%
2.2 Código Penal			
2.2.1. Contra a Pessoa	5.056	3.345	-33,84%
a) Homicídio ²	882	1.094	24,04%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
a.1) homicídio simples ¹	66	256	287,88%
a.2) homicídio qualificado ¹	198	789	298,48%
a.3) homicídio culposo ¹	18	49	172,22%
b) Aborto ¹	5	3	-40,00%
c) Lesão corporal ²	2.182	1.227	-43,77%
c.1) lesão corporal dolosa ¹	428	1.141	166,59%
c.2) lesão corporal culposa ¹	54	68	25,93%
c.3) lesão corporal seguida de morte ¹	3	18	500,00%
d) Sequestro e cárcere privado ¹	6	21	250,00%
e) Outros tipos contra a pessoa	1.981	1.000	-49,52%
2.2.2. Contra o patrimônio	10.313	10.547	2,27%
a) furto	5.474	5.405	-1,26%
b) roubo e extorsão	1.636	1.793	9,60%
c) latrocínio	80	70	-12,50%
d) extorsão com restrição à liberdade (“sequestro relâmpago”) ³⁾¹	9	50	455,56%
e) extorsão mediante sequestro ¹	19	40	110,53%
d) estelionato e outras fraudes	1.473	1.315	-10,73%
e) outros tipos contra o patrimônio	1.622	1.874	15,54%
2.2.3 Contra a dignidade sexual	751	685	-8,79%
a) estupro	587	394	-32,88%
a.1) conjunção carnal	384	231	-39,84%
a.2) outro ato libidinoso	203	163	-19,70%
b) violação sexual mediante fraude ¹	2	5	150,00%
c) estupro contra vulnerável (exceto vítima menor de 14 anos) ¹	44	181	311,36%
d) outros contra a dignidade sexual	118	105	-11,02%
2.2.4. Contra a Administração Pública	1.525	1.511	-0,92%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
a) peculato	40	58	45,00%
b) emprego irregular de verbas ou rendas públicas	0	0	-
c) concussão	18	18	0,00%
d) corrupção passiva	21	21	0,00%
e) corrupção ativa ¹	17	35	105,88%
f) prevaricação	7	9	28,57%
g) desacato e resistência	793	790	-0,38%
h) outros contra a Administração Pública	629	580	-7,79%
2.2.5. Outros tipos do Código Penal	1.354	1.518	12,11%
2.3. Tipos previstos em leis especiais:	12.324	12.780	3,70%
2.3.1. Lei de Drogas	3.511	3.949	12,48%
a) posse	878	1.238	41,00%
b) tráfico	2.351	2.326	-1,06%
c) associação para o tráfico ¹	96	330	243,75%
d) outros da Lei de Drogas	186	55	-70,43%
2.3.2. Abuso de autoridade	74	58	-21,62%
2.3.3. Tortura	26	15	-42,31%
2.3.4. Crimes da Lei de Armas	1.725	2.016	16,87%
2.3.5. Crimes do Código de Trânsito Brasileiro ²	4.904	4.693	-4,30%
a) homicídio culposo ¹	124	430	246,77%
b) lesão corporal culposa ¹	133	380	185,71%
c) embriaguez ¹	806	2.442	202,98%
d) racha ¹	7	6	-14,29%
e) outros crimes do Código de Trânsito Brasileiro ¹	399	1.435	259,65%
2.3.6. Crimes eleitorais	59	70	18,64%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
2.3.7. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	8	11	37,50%
2.3.8. Outros	2.017	1.968	-2,43%
3. CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
3.1. Contra a vida	12	3	-75,00%
3.2. Lesão corporal e maus tratos	70	101	44,29%
3.3. Abandono e omissão de socorro	35	42	20,00%
3.4. Contra a dignidade sexual	536	535	-0,19%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso) contra vulnerável ³	486	468	-3,70%
b) outros contra a dignidade sexual	50	67	34,00%
3.5. Crimes previstos na Lei n. 8.069/1980 (ECA)	207	305	47,34%
a) privação de liberdade - art. 230	1	2	100,00%
b) constrangimento ilegal - art. 232	8	7	-12,50%
c) produção artística pornográfica - art. 240	3	5	66,67%
d) uso de imagem pornográfica - art. 241	6	16	166,67%
e) submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	13	12	-7,69%
f) corrupção de menor de 18 anos - art. 244-B ¹	52	195	275,00%
g) outros previstos na Lei n. 8.069/1980 (ECA)	124	68	-45,16%
3.6. Abuso de autoridade	2	5	150,00%
3.7. Tortura	13	6	-53,85%
3.8. Outros contra criança e adolescente	70	52	-25,71%
4. CRIMES CONTRA IDOSOS			
4.1. Contra a vida	3	0	-100,00%
4.2. Lesão corporal e maus tratos	25	17	-32,00%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
4.3. Abandono e omissão de socorro	4	0	-100,00%
4.4. Contra a dignidade sexual	10	9	-10,00%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso) contra vulnerável ³	10	9	-10,00%
b) outros crimes contra a dignidade sexual	0	0	-
4.5. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003)	37	43	16,22%
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	17	25	47,06%
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	1	2	100,00%
c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	0	0	-
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	0	0	-
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor ao idoso	0	1	-
f) outros previstos na Lei n. 10.741/2003	19	15	-21,05%
4.6 Abuso de autoridade	1	0	-100,00%
4.7 Tortura	0	1	-
5. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÃO FAMILIAR¹			
5.1. Contra a vida	-	24	-
5.2. Lesão corporal	437	1.231	181,69%
5.3. Ameaça	536	1.550	189,18%
5.4. Contra a dignidade sexual	52	68	30,77%
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso)	35	56	60,00%
b) outros contra a dignidade sexual	17	12	-29,41%
5.5. Contra a honra	2	11	450,00%
5.6. Outros	87	296	240,23%
6. PROCESSOS			

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
6.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	5.354	6.274	17,18%
6.2. Recebidos no período:	361.648	362.963	0,36%
a) meio ambiente	6.930	6.664	-3,84%
b) consumidor	607	729	20,10%
c) moralidade administrativa	526	568	7,98%
d) idosos	194	137	-29,38%
e) pessoas portadoras de deficiência	4	2	-50,00%
f) violência doméstica e relações familiares ¹	2.711	13.735	406,64%
g) preconceito racial	2	5	150,00%
h) área tributária	2.561	2.420	-5,51%
i) Código Penal Militar	1.676	1.778	6,09%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	26.449	25.193	-4,75%
k) área comum/outras	319.988	311.732	-2,58%
6.3. Manifestações:	360.751	359.612	-0,32%
a) alegações finais	19.977	18.593	-6,93%
b) medidas cautelares e/ou protetivas ²	6.596	5.074	-23,07%
b.1) representação de autoridade policial pela prisão preventiva ¹	430	656	52,56%
b.2) medidas protetivas de urgência ¹	1.521	4.418	190,47%
c) propostas de suspensão condicional do processo	2.727	2.718	-0,33%
d) execução penal	78.663	74.687	-5,05%
e) razões de recursos	2.093	2.271	8,50%
f) contrarrazões de recursos	5.942	6.217	4,63%
g) pareceres perante a Turma de Recursos	333	509	52,85%
h) outras	90.856	98.787	8,73%
i) intimações diversas	153.541	150.756	-1,81%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
6.4. Passam para o período seguinte	6.274	9.625	53,41%
7. INTIMAÇÕES DE SENTENÇAS			
7.1. Absolutórias	4.396	4.228	-3,82%
7.2. Condenatórias	10.740	10.935	1,82%
7.3. Pronúncia	580	587	1,21%
7.4. Impronúncia	92	99	7,61%
7.5. Desclassificação para o juízo comum	80	82	2,50%
7.6. Absolvição sumária	324	314	-3,09%
7.7. Extinção da punibilidade	30.927	25.323	-18,12%
7.8. Outras	31.741	32.190	1,41%
8. TRIBUNAL DO JÚRI - PLENÁRIO			
8.1. Sessões de julgamento	765	678	-11,37%
8.2. Réus condenados	605	516	-14,71%
8.3. Réus absolvidos	243	202	-16,87%
8.4. Decisões desclassificadoras	121	87	-28,10%
9. PEDIDOS DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, TELEFÔNICO E OUTROS			
9.1. Quebra de sigilo bancário	219	164	-25,11%
9.2. Intercepção telefônica:			
9.2.1. Procedimentos remanescentes do período anterior	304	722	137,50%
9.2.2. Procedimentos iniciados no período	1.238	1.212	-2,10%
9.2.3. Procedimentos findos no período	820	1.007	22,80%
9.2.4. Procedimentos que permanecem em trâmite	722	927	28,39%
9.2.5. Telefones monitorados em procedimentos remanescentes do período anterior ⁴	-	504	-
9.2.6. Telefones monitorados em procedimentos iniciados no período ⁴	-	4.314	-

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
9.2.7. Telefones monitorados em procedimentos findos no período ⁴	-	3.096	-
9.2.8. Telefones monitorados em procedimentos que permanecem em trâmite	504	1.722	241,67%
9.3. Interceptação em sistemas de informação (telemática ou informática):			
9.3.1. Procedimentos remanescentes do período anterior	22	44	100,00%
9.3.2. Procedimentos iniciados no período	92	56	-39,13%
9.3.3. Procedimentos findos no período	70	33	-52,86%
9.3.4. Procedimentos que permanecem em trâmite	44	67	52,27%
9.3.5. <i>E-mails</i> monitorados em procedimentos remanescentes do período anterior ⁴	-	0	-
9.3.6. <i>E-mails</i> monitorados em procedimentos iniciados no período ⁴	-	52	-
9.3.7. <i>E-mails</i> monitorados em procedimentos findos no período ⁴	-	18	-
9.3.8. <i>E-mails</i> monitorados em procedimentos que permanecem em trâmite ⁴	-	34	-
9.4. Número de pessoas investigadas			
9.4.1. Total de investigados	1.409	4.141	193,90%
9.4.2. Total de pessoas sob investigação ao fim do período	298	2.901	873,49%
10. OUTRAS ATIVIDADES			
10.1. Audiências judiciais	99.999	97.362	-2,64%
10.2. Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	85	94	10,59%
10.3. Sessões da Turma de Recursos	113	80	-29,20%
10.4. Requerimentos de prisão preventiva	724	582	-19,61%
10.5. Atos de controle externo da atividade policial	465	129	-72,26%
10.6. Visitas a delegacias de polícia ¹	54	135	150,00%
10.7. Visitas a estabelecimentos penais	306	452	47,71%

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
10.8. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	3.620	2.811	-22,35%
10.9. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	27.062	21.006	-22,38%
11. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
11.1. Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	11.272	10.086	-10,52%
11.2. Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	42	49	16,67%
11.3. Processos	2.021	2.491	23,26%
11.4. Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	10.832	11.756	8,53%
Os parâmetros abaixo, referentes ao modelo de relatório instituído pelo Ato n. 23/2009/CGMP, vigente até 12/2010, não subsistiram no modelo instituído pelo Ato n. 29/2010/CGMP, vigente a partir de 12/2010, nem possuem parâmetros equivalentes.			
9. PEDIDOS DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, TELEFÔNICO E OUTROS			
9.2. Procedimentos de interceptação telefônica:			
9.3. Quantidade de telefones/prefixos interceptados no período	2.020	-	-
9.4. Total de procedimentos instaurados no período	1.330	-	-
9.5. Total de procedimentos de interceptação que tramitaram no período	1.656	-	-
Os parâmetros abaixo, referentes ao modelo instituído pelo Ato n. 20/2006/CGMP, vigente até 8/2010, não subsistiram no modelo instituído pelo Ato n. 28/2010/CGMP, vigente a partir de 9/2010, nem possuem parâmetros equivalentes.			
3. CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
3.4. Contra os costumes			
b) atentado violento ao pudor	125	-	-
4. CRIMES CONTRA IDOSOS			
4.4. Contra os costumes			
b) atentado violento ao pudor	5	-	-

Atividades da área Criminal	2010	2011	%
5. PROCESSOS			
5.3. Manifestações:			
5.3.5. libelos	23	-	-
<p>¹Incluído a partir de 9/2010, pelo Ato n. 28/2010/CGMP. ²O valor deste item, relativo à coluna 2010, corresponde à totalização do período de 1 a 8/2010, somado ao total dos subitens, incluídos pelo Ato n. 28/2010/CGMP, vigente a partir do mês 9/2010, referentes ao período de 9 a 12/2010 ³O valor deste item, relativo à coluna 2010, corresponde à soma dos itens a) estupro e b) atentado violento ao pudor dos crimes contra Criança e Adolescente (3.4.) ou contra Idosos (4.4.), de acordo com o Ato n. 20/2006/CGMP, no que diz respeito ao período dos meses 1 a 8/2010, acrescido da totalização dos valores do item a) estupro nos meses 9 a 12/2010. Essa medida se justifica, nos casos mencionados, em virtude do Ato 28/2010/CGMP, vigente a partir do mês 9/2010, manter apenas os itens relativos a estupro, excluindo os itens relativos a atentado violento ao pudor, tendo em vista a alteração da tipificação do crime de estupro, pela Lei n. 12.015/2009, que passou a abranger as duas condutas. ⁴Incluído a partir de 12/2010, pelo Ato n. 29/2010/CGMP, e não possui parâmetro equivalente nos modelos de relatórios anteriores.</p>			

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Os dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça na área criminal demonstram que a atuação do Ministério Público de primeiro grau continua em curva ascendente, fato já constatado nos últimos tempos.

No ano de 2011, as Promotorias de Justiça receberam para análise 284.633 procedimentos, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros procedimentos investigatórios, o que representa um aumento de 16,68% em relação ao total recebido no ano de 2010, quando o número registrado foi de 243.937.

As Promotorias de Justiça, em face da carga recebida, ofertaram 35.575 denúncias, ultrapassando o volume do ano anterior em 427 peças, o que representa um aumento de 1,29% nas ações penais deflagradas, quando feita a comparação com o ano de 2010, correspondendo a um acréscimo de 35,58 denúncias por mês.

Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados, tem-se que a maior incidência continua a ser no campo dos crimes contra o patrimônio, com 10.547 ocorrências, seguidos dos crimes do Código de Trânsito Brasileiro, com 4.693, dos crimes da Lei de Drogas, com 3.949 ocorrências e dos crimes contra a pessoa, com 3.345 ocorrências. Em relação aos crimes contra a pessoa, houve um decréscimo de 33,84% em relação aos números obtidos no ano de 2010, quando se alcançou 5.056 ocorrências.



Na área dos crimes contra a ordem tributária, os dados estatísticos revelam um acréscimo de 18,17% no número de denúncia oferecidas, em comparação com o ano de 2010, totalizando 1.201 denúncias, das quais 662 foram propostas pelas Promotorias de Justiça Regionais, isoladas ou em conjunto com as Promotorias de Justiça das Comarcas abrangidas. Também houve aumento de 31,49% dos valores nominalmente sonegados que foram objetos das denúncias. Em 2010, os valores sonegados alcançaram o montante de R\$ 232.605.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões e seiscentos e cinco mil reais); em 2011, de R\$305.844,00 (trezentos e cinco milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil reais).

Dos 284.633 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos para exame em 2011, 144.372 eram novos. Destes, 57.339 foram arquivados e 34.213 retornaram à origem para a realização de novas diligências.

Foram realizadas em 2011, ainda, 20.055 transações penais, o que representa um acréscimo na ordem de 16,07% em relação ao ano de 2010, quando somaram 17.279. A maior incidência de transações penais foi verificada nas práticas delituosas relativas ao Código de Trânsito Brasileiro, com 1.529 registros, seguidas das referentes à área de defesa do meio ambiente, com 1.032 transações, e às relativas ao abuso de autoridade, com 172 registros.

No campo processual, anotou-se o recebimento pelas Promotorias de Justiça de 362.963 processos, verificando-se um aumento de 0,36% em relação ao número de novas entradas registradas no ano de 2010, que foi de 361.648 feitos. Deste total, foram despachados 359.612 processos, o que equivale a uma redução de 0,32% em relação ao ano de 2010, quando 360.751 processos foram analisados.

Os Promotores de Justiça participaram, em 2011, de 678 sessões do Tribunal do Júri, o que representa uma diminuição de 11,37% em relação ao ano de 2010, quando foram registrados 765 julgamentos. Houve também redução de 2,64% na participação dos Promotores de Justiça em audiências judiciais: 97.362 participações em 2011, frente a 99.999 em 2010.



7.2 Na Área Cível e Coletividade

Atividades da área Cível e Coletividade	2010	2011	%
1. INQUÉRITOS CIVIS/PROCED. PREP./PEÇAS INFORMATIVAS			
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	7.721	9.204	19,21%
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo CSMP para diligências/outras	672	437	-34,97%
1.3. Instaurados/recebidos no período:	11.410	13.515	18,45%
a) meio ambiente	2.204	2.779	26,09%
b) consumidor	1.388	1.838	32,42%
c) moralidade administrativa	3.225	3.979	23,38%
d) idosos	691	819	18,52%
e) pessoas portadoras de deficiência	226	228	0,88%
f) saúde	1.056	1.370	29,73%
g) fundações	51	68	33,33%
h) outros	2.569	2.434	-5,25%
1.4. Arquivados	5.931	5.995	1,08%
1.4.1. Sem ajustamento de conduta:	5.204	5.159	-0,86%
a) meio ambiente	755	744	-1,46%
b) consumidor	458	565	23,36%
c) moralidade administrativa	1.079	1.099	1,85%
d) idosos	358	295	-17,60%
e) pessoas portadoras de deficiência	72	84	16,67%
f) saúde	580	586	1,03%
g) direitos humanos, cidadania e fundações	202	184	-8,91%
h) outros	907	707	-22,05%

Atividades da área Cível e Coletividade	2010	2011	%
i) remessa ao MPF ou outro órgão do MPE	793	895	12,86%
1.4.2. Com ajustamento de conduta:	727	836	14,99%
a) meio ambiente	353	240	-32,01%
b) consumidor	196	270	37,76%
c) moralidade administrativa	60	115	91,67%
d) idosos	23	21	-8,70%
e) pessoas portadoras de deficiência	7	62	785,71%
f) saúde	13	11	-15,38%
g) fundações	4	1	-75,00%
h) outros	71	116	63,38%
1.5. Concluídos/anexados à petição inicial	824	839	1,82%
1.6 Representações indeferidas (art. 8, do Ato n. 81/2008/PGJ)	1.267	1.629	28,57%
1.7. Outras situações de baixa estatística	2.577	2.777	7,76%
1.8. Ajustamentos de conduta em execução	434	493	13,59%
1.9. Passam para o período seguinte	9.204	11.916	29,47%
2. AÇÕES CIVIS AJUIZADAS			
2.1. Ações civis públicas:	1.010	1.065	5,45%
a) meio ambiente	235	236	0,43%
b) consumidor	75	54	-28,00%
c) moralidade administrativa	238	259	8,82%
d) idosos	77	82	6,49%
e) pessoas portadoras de deficiência	29	47	62,07%
f) saúde	285	339	18,95%
g) fundações	0	2	-
h) outras	71	46	-35,21%
2.2. Ações diretas de inconstitucionalidade	16	13	-18,75%

Atividades da área Cível e Coletividade	2010	2011	%
2.3. No Juízo da Família	112	133	18,75%
2.4. No Juízo Eleitoral	361	14	-96,12%
2.5. Outras ações	407	111	-72,73%
3. PROCESSOS			
3.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	4.131	6.026	45,87%
3.2. Recebidos no período:	294.420	302.304	2,68%
a) meio ambiente	2.301	3.241	40,85%
b) consumidor	834	623	-25,30%
c) moralidade administrativa	2.224	2.556	14,93%
d) idosos	302	356	17,88%
e) pessoas portadoras de deficiência	194	374	92,78%
f) saúde	2.981	4.918	64,98%
g) fundações	191	36	-81,15%
h) área comum/outras	285.393	290.200	1,68%
3.3. Manifestações:	292.525	302.594	3,44%
a) Ação civil pública:	5.232	6.078	16,17%
a.1) meio ambiente	1.398	1.362	-2,58%
a.2) consumidor	504	335	-33,53%
a.3) moralidade administrativa	1.477	1.701	15,17%
a.4) idosos	183	162	-11,48%
a.5) pessoas portadoras de deficiência	71	119	67,61%
a.6) saúde	1.191	1.786	49,96%
a.7) fundações	41	10	-75,61%
a.8) outras	367	603	64,31%
b) Direito de família	81.089	79.318	-2,18%
c) Inventário/arrolamento (direito das sucessões)	6.748	5.940	-11,97%



Atividades da área Cível e Coletividade	2010	2011	%
d) Falência/recuperação judicial	1.565	1.400	-10,54%
e) Fazenda pública	2.753	2.089	-24,12%
f) Mandado de segurança	2.642	2.612	-1,14%
g) Ação popular	256	208	-18,75%
h) Registros públicos	6.314	6.103	-3,34%
i) Acidente de trabalho/previdenciário	2.956	3.155	6,73%
j) Ações indenizatórias	1.268	1.240	-2,21%
k) Ações possessórias/usucapião	4.204	4.017	-4,45%
l) Direito eleitoral	6.297	5.775	-8,29%
m) Recurso - razões	311	279	-10,29%
n) Recurso - contrarrazões	348	406	16,67%
o) Recurso - pareceres	127	89	-29,92%
p) Recurso - manifestações (art 1º do Ato PGJ/CGMP/n. 178/2001)	2.416	2.341	-3,10%
q) Pareceres perante a Turma de Recursos	225	196	-12,89%
r) Manifestações formais (art 1º do Ato PGJ n. 103/2004)	19.472	20.670	6,15%
s) Outras manifestações	19.705	22.956	16,50%
t) Cotas	15.301	13.308	-13,03%
u) Intimações	113.296	124.414	9,81%
3.4. Passam para o período seguinte	6.026	5.736	-4,81%
4. OUTRAS ATIVIDADES			
4.1. Audiências judiciais	36.769	33.556	-8,74%
4.2. Sessões da Turma de Recursos	196	77	-60,71%
4.3. Assistência em rescisões de contrato de trabalho	11.773	10.459	-11,16%
4.4. Atos de fiscalização de fundações	335	254	-24,18%
4.5. Manifestações em habilitações de casamento	27.378	26.005	-5,01%



Atividades da área Cível e Coletividade	2010	2011	%
4.6. Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	3.905	3.324	-14,88%
4.7. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	10.544	14.621	38,67%
4.8. Reuniões/audiências extrajudiciais	3.450	3.522	2,09%
4.9. Visitas/inspeções em cartórios	10	12	20,00%
4.10. Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	55	49	-10,91%
4.11. Visitas a estabelecimentos que abriguem pessoas portadoras de deficiência	16	12	-25,00%
4.12. Visitas a estabelecimentos de saúde	26	42	61,54%
4.13. Visitas a comunidades terapêuticas	18	13	-27,78%
4.14. Visitas a fundações	7	5	-28,57%
4.15. Palestras sobre assuntos institucionais	186	139	-25,27%
4.16. Atos de Instrução ICP/PP	52.506	56.807	8,19%
a) Audiências públicas realizadas	380	143	-62,37%
b) Audiências instrutórias de ICP/PP	1.536	1.839	19,73%
c) Pessoas inquiridas	2.947	2.386	-19,04%
d) Requisições e ofícios expedidos	47.401	51.694	9,06%
e) Cartas Precatórias expedidas	86	279	224,42%
f) Cartas Precatórias cumpridas	156	466	198,72%
4.17. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	58.200	55.055	-5,40%
5. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
5.1. Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/peças informativas	1.870	2.142	14,55%
5.2. Processos	1.276	1.404	10,03%
5.3. Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	2.389	2.561	7,20%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina



Na área cível, os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça revelam que houve aumento na demanda processual. Foram recebidos 302.304 processos cíveis para exame, o que representa um acréscimo de 2,68% em relação àqueles recebidos no ano de 2010, quando totalizaram 294.420.

A quantidade de intervenções nos processos cíveis também registrou um aumento na ordem de 3,44% em relação ao ano anterior. Enquanto no ano de 2010 foram totalizados 292.525 pareceres, em 2011 houve registro de 302.594, o que equivale a um acréscimo de 10.069 manifestações processuais. Vale destacar que, do total verificado, 13.308 foram cotas de impulso processual simplificado e 124.414 foram intimações diversas. Conclui-se daí que, da totalidade, 144.202 manifestações enfrentaram efetivamente o mérito do pedido posto em discussão, porquanto, além das cotas e intimações referidas, há de se considerar que 20.670 intervenções foram sustentadas nas disposições do Ato n. 103/MP/2004, que faculta a “intervenção meramente formal”.

Dentre as manifestações processuais de mérito, permanece representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família – 55% do total, correspondendo a 79.318 pareceres, vindo, após, os relativos à área de registros públicos, com 6.103 pareceres, representando 4,23% do total, seguidos de 5.940 manifestações relativas à área de inventários e arrolamentos (direito das sucessões) e 5.775 na área de direito eleitoral.

No exercício do dever legal de atender ao cidadão diariamente, 55.055 pessoas foram recebidas nos gabinetes pelos Promotores de Justiça, número 5,40% inferior aos 58.200 atendimentos realizados em 2010.

Dentre as atividades extrajudiciais desenvolvidas pelos Membros do Ministério Público, merece registro o número de rescisões de contrato de trabalho que contaram com a assistência do Promotor de Justiça, que alcançou o número de 10.459 ocorrências no ano de 2011, enquanto que no ano de 2010 haviam sido registradas 11.773, o que representa uma diminuição da ordem de 11,16%. Também as manifestações em habilitações de casamento apresentaram um decréscimo de 5,01% em relação ao ano anterior, totalizando 26.005 pareceres em 2011, frente a 27.378 em 2010.



Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos, foram recebidos e/ou instaurados 13.515 inquéritos civis, procedimentos preparatórios e peças informativas. Em comparação com o ano de 2010, período em que foram recebidos 11.410 procedimentos, constata-se um incremento de 2.105 unidades em 2011, representando um percentual de acréscimo de 18,45%. A movimentação de procedimentos foi mais intensa nas áreas da moralidade administrativa, do meio ambiente e do consumidor, com 3.979, 2.779 e 1.838 procedimentos novos instaurados/recebidos no decorrer do exercício, respectivamente.

A área da defesa da moralidade administrativa, com 23,38% a mais de procedimentos em relação a 2010, promoveu 1.099 arquivamentos sem ajustamento de conduta, 115 arquivamentos com ajustamento de conduta e deflagrou 259 ações civis públicas.

A área de defesa do meio ambiente aforou 236 ações civis públicas e promoveu 240 arquivamentos com ajustamento de conduta e outros 744 sem ajustamento de conduta.

Por sua vez, a área de defesa do consumidor concretizou 565 arquivamentos sem ajustamento de conduta e 270 com ajustamento de conduta, além de ter ajuizado, ainda, 54 ações civis públicas.

Não passam despercebidas as atuações na área de defesa da saúde, que apresentou o maior volume de ações civis públicas ajuizadas em 2011, totalizando 339 aforamentos, o que corresponde a 18,95% a mais do que as ajuizadas no período anterior (285, ao todo).

Mister faz-se também ressaltar o incremento percentual das atividades nas áreas de defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Apesar de contribuírem com uma parcela ainda modesta no volume de procedimentos extrajudiciais (1,69%) e ações civis públicas demandadas (4,41%), o crescimento dessa área em relação ao período anterior desponta em relação às demais, apresentando um acréscimo de 62,07% no número de ações ajuizadas e de 785,71% no número de termos de ajustamento de condutas firmados.

Ao todo, foram ajuizadas, no ano de 2011, pelos Promotores de Justiça 1.065 ações civis públicas, o que representa 5,45% a mais do que no ano de

2010, quando restaram aforadas 1.010 ações dessa natureza.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações, devem ser registradas as visitas realizadas por Promotores de Justiça, as quais, ao longo de 2011, estiveram presentes em 49 abrigos de idosos, a 12 abrigos de portadores de deficiência, a 42 estabelecimentos de saúde, a 13 comunidades terapêuticas e a 5 fundações.

Foram realizadas, ainda, 143 audiências públicas, além da inquirição de 2.386 pessoas nas 1.839 audiências para instrução de inquéritos civis e procedimentos preparatórios no âmbito das Promotorias de Justiça do Estado.

7.3 Na área da Infância e Juventude

Atividades da área de Infância e Juventude	2010	2011	%
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS			
1. NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS			
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	1.081	1.339	23,87%
1.2 Autos de apreensão/boletins circunstanciados/ outros recebidos	22.840	23.347	2,22%
1.3 Ajustes de relatório			
a) ajuste pelo número de adolescentes infratores em AApr/BC	592	691	16,72%
b) ajuste por AApr/BC reunidos	273	59	-78,39%
1.4. Arquivamentos promovidos	1.993	1.853	-7,02%
1.5. Remissões concedidas:	6.363	6.594	3,63%
a) simples	757	629	-16,91%
b) com medida socioeducativa	5.606	5.965	6,40%
b.1) advertência	3.076	3.253	5,75%
b.2) obrigação de reparar o dano	211	257	21,80%
b.3) prestação de serviços à comunidade	2.479	2.709	9,28%

Atividades da área de Infância e Juventude	2010	2011	%
b.4) liberdade assistida	543	579	6,63%
1.6. Outras medidas (art. 101, inc. VII, ECA) ¹	19	111	484,21%
1.7. Representações de atos infracionais oferecidas	2.802	3.195	14,03%
1.8. Requerimento de internação provisória ¹	119	311	161,34%
1.9. Baixados para diligência ¹	319	1.348	322,57%
1.10. Outras situações de baixa estatística	11.286	10.639	-5,73%
1.11. Passam para o período seguinte	1.339	1.267	-5,38%
2. ATOS INFRACIONAIS REPRESENTADOS			
2.1. Contra a Pessoa	548	582	6,20%
a) homicídio	169	194	14,79%
b) lesão corporal	210	175	-16,67%
c) ameaça	117	142	21,37%
d) outros	52	71	36,54%
2.2. Contra o Patrimônio	1.309	1.410	7,72%
a) furto	794	773	-2,64%
b) roubo e extorsão	338	431	27,51%
c) latrocínio	17	20	17,65%
d) estelionato e outras fraudes	15	12	-20,00%
e) outros	145	174	20,00%
2.3. Contra a Dignidade Sexual	151	120	-20,53%
a) estupro ³	82	101	23,17%
b) outros contra a dignidade sexual	15	19	26,67%
2.4. Tóxicos	632	850	34,49%
a) tráfico	477	695	45,70%
b) posse	138	125	-9,42%
c) outros	17	30	76,47%
2.5. Estatuto do Desarmamento	104	134	28,85%

Atividades da área de Infância e Juventude	2010	2011	%
2.6. Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	0	0	-
2.7. Trânsito	88	144	63,64%
2.8. Outros	149	155	4,03%
3. ATOS INFRACIONAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
3.1. Homicídio	6	4	-33,33%
3.2. Contra a dignidade sexual	33	66	100,00%
3.3. Tortura	1	0	-100,00%
3.4. Outros	19	37	94,74%
4. PROCESSOS/AUDIÊNCIAS			
4.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	481	622	29,31%
4.2. Recebidos no período	33.161	34.361	3,62%
4.3. Manifestações/audiências	18.718	18.064	-3,49%
a) alegações finais	1.280	1.244	-2,81%
b) razões de recurso	51	108	111,76%
c) contrarrazões de recurso	225	343	52,44%
d) pareceres em execução de medidas	10.685	9.517	-10,93%
e) outras promoções	6.477	6.852	5,79%
4.4. Intimações ²	14.302	16.428	14,87%
a) intimações de sentença - homologação de remissão e extinção ¹	1.853	6.011	224,39%
b) intimações diversas ¹	2.542	10.417	309,80%
4.5. Passam para o período seguinte	622	491	-21,06%
II - DA ÁREA CÍVEL			
5. INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIVAS/REPRESENTAÇÕES			
5.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	1.535	2.185	42,35%
5.2. Notícias/inquéritos civis/procedimentos prep./peças inform./representações ²	3.372	3.603	6,85%

Atividades da área de Infância e Juventude	2010	2011	%
a) direito individual (art. 201, ECA) ¹	640	2.863	347,34%
b) direitos difusos ou coletivos ¹	219	740	237,90%
5.3. Avisos por infrequência escolar	1.222	1.406	15,06%
5.4. Avisos por maus-tratos	465	377	-18,92%
5.5. Disque 100 ¹	220	1.174	433,64%
5.6. Outros ¹	413	1.578	282,08%
5.7. Arquivados/indeferidos	4.865	6.857	40,95%
a) inquéritos civis/procedimentos administrativos/representações	1.538	2.355	53,12%
a.1) sem ajustamento de conduta	1.203	1.535	27,60%
a.2) com ajustamento de conduta	17	70	311,76%
a.3) indeferidos	318	750	135,85%
b) avisos por infrequência escolar	842	762	-9,50%
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	623	586	-5,94%
b.2) crianças ou adolescente que não retornaram à escola	219	176	-19,63%
b.3) em acompanhamento ¹	138	56	-59,42%
c) Avisos por maus-tratos	469	586	24,95%
c.1) violência física/psicológica	193	283	46,63%
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	91	158	73,63%
c.3) outras situações de maus-tratos	185	145	-21,62%
c.4) em acompanhamento ¹	39	4	-89,74%
d) outros ¹	124	543	337,90%
5.8. Inquérito civil/procedimentos preparat. concluído/anexado à inicial/outros ²	845	1.765	108,88%
a) direito individual (art. 201, ECA)	439	1.539	250,57%
a.1) destituição/suspensão do poder familiar ¹	95	425	347,37%
a.2) guarda ¹	23	72	213,04%

Atividades da área de Infância e Juventude	2010	2011	%
a.3) medidas de proteção ¹	174	546	213,79%
a.4) ação civil pública ¹	32	97	203,13%
a.5) ação cautelar ¹	29	96	231,03%
a.6) outras ¹	86	303	252,33%
b) direitos difusos ou coletivos	68	226	232,35%
b.1) ação civil pública ¹	17	54	217,65%
b.2) ADIN ¹	0	0	-
b.3) mandado de segurança ¹	4	8	100,00%
b.4) apuração de infração administrativa ¹	34	94	176,47%
b.5) outras ¹	13	70	438,46%
5.9. Ajustam. de conduta em execução/aguardando resposta/decurso de prazo	3	29	866,67%
5.10. Atos instrutórios	4.491	20.567	357,96%
a) despachos ¹	1.260	5.768	357,78%
b) recomendações ¹	41	179	336,59%
c) ofícios expedidos ¹	1.734	9.630	455,36%
d) notificações ¹	419	1.315	213,84%
e) reuniões ¹	129	433	235,66%
f) atendimentos ¹	575	1.903	230,96%
g) encaminhados ao Serviço Social do Ministério Público ¹	333	1.339	302,10%
5.11. Remetidos ao CSMP ¹	18	82	355,56%
5.12. Outras situações de baixa estatística	1.047	846	-19,20%
5.13. Passam para o período seguinte	2.185	5.231	139,41%
6. PROCESSOS			
6.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	643	770	19,75%
6.2. Recebidos	43.144	42.054	-2,53%
6.3. Manifestações/pareceres:	29.434	28.967	-1,59%

Atividades da área de Infância e Juventude	2010	2011	%
a) adoção	1.565	1.670	6,71%
a.1) por brasileiros	1.485	1.607	8,22%
a.2) por estrangeiros	80	63	-21,25%
b) alegações finais	838	649	-22,55%
c) alimentos	2.169	1.948	-10,19%
d) cadastro de adotantes	1.345	1.627	20,97%
e) cautelares	677	515	-23,93%
f) infrações administrativas	1.032	929	-9,98%
g) mandado de segurança	44	17	-61,36%
h) recursos	157	159	1,27%
h.1) razões de recurso	18	27	50,00%
h.2) contrarrazões de recurso	122	118	-3,28%
h.3) pareceres em recurso	17	14	-17,65%
i) outros pareceres	8.150	6.842	-16,05%
j) outras manifestações	13.457	14.611	8,58%
k) intimações diversas	13.583	13.224	-2,64%
6.4. Passam para o período seguinte	770	633	-17,79%
7. OUTRAS ATIVIDADES			
7.1. Audiências judiciais	9.329	9.737	4,37%
7.2. Audiências de apresentação (n. de adolescentes)	9.099	9.688	6,47%
7.3. Audiências/reuniões ICP/PP	383	395	3,13%
a) pessoas inquiridas ¹	86	350	306,98%
7.4. Requisições e ofícios expedidos ¹	948	8.293	774,79%
7.5. Reuniões/audiências extrajudiciais	1.113	1.193	7,19%
7.6. Palestras sobre assuntos institucionais	217	213	-1,84%
7.7. Visitas a entidades de atendimento ao autor de ato infracional	79	133	68,35%

Atividades da área de Infância e Juventude	2010	2011	%
7.8. Visitas a instituições de acolhimento e outras entidades de atendimento	213	262	23,00%
7.9. Atendimento ao público (número de pessoas)	14.777	14.002	-5,24%
7.10. Cartas precatórias expedidas	347	447	28,82%
7.11. Cartas precatórias cumpridas ¹	115	404	251,30%
8. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
8.1. Procedimentos de apuração de ato infracional	288	237	-17,71%
8.2. Notícias de atos infracionais	166	296	78,31%
8.3. Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/representações	369	835	126,29%
8.4. Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	0	0	-
8.5. Processos	339	292	-13,86%
8.6. Vencidos há mais de 30 dias	802	1.003	25,06%
Os parâmetros abaixo, referentes ao modelo instituído pelo Ato n. 20/2006/CGMP, vigente até 8-2010, não subsistiram no modelo instituído pelo Ato n. 28/2010/CGMP, vigente a partir de 9-2010, nem possuem parâmetros equivalentes.			
2. ATOS INFRACIONAIS REPRESENTADOS			
2.3. Contra os costumes			
b) atentado violento ao pudor	24	-	-
4. PROCESSOS/AUDIÊNCIAS			
4.6. Cartas precatórias (Ato CGMP 03/01)			
b) recebidas para cumprimento	262	-	-
6. AÇÕES CIVIS AJUIZADAS			
6.1. Ações civis públicas	1.137		
6.2. Ações diretas de inconstitucionalidade	98	-	-
6.3. Apuração de infração administrativa	0	-	-
6.4. Cautelares	74	-	-
6.4. Cautelares	48	-	-
6.5. Destituição/suspensão do poder familiar	305	-	-

Atividades da área de Infância e Juventude	2010	2011	%
6.6. Mandado de Segurança	17	-	-
6.7. Medidas de proteção	403	-	-
6.8. Outras	192	-	-
8. OUTRAS ATIVIDADES			
8.4. Recomendações e orientações	357	-	-

¹Incluído a partir de 9/2010, pelo Ato n. 28/2010/CGMP.
² O valor deste item, relativo à coluna 2010, corresponde à totalização do período de 1 a 8/2010, somado ao total dos subitens, incluídos pelo Ato n. 28/2010/CGMP, vigente a partir do mês 9/2010, referentes ao período de 9 a 12/2010.
³O valor deste item, relativo à coluna 2010, corresponde à soma dos itens a) estupro e b) atentado violento ao pudor do Capítulo 2. Atos Infracionais Representados (2.3. Contra a Dignidade Sexual), de acordo com modelo do Ato n. 20/2006/CGMP, no que diz respeito ao período dos meses 1 a 8/2010, acrescido da totalização dos valores do item a) estupro nos meses 9 a 12/2010. Esta medida se justifica, nos casos mencionados, em virtude do Ato n. 28/2010/CGMP, vigente a partir do mês 9/2010, manter apenas os itens relativos a estupro, excluindo os itens relativos a atentado violento ao pudor, tendo em vista a alteração da tipificação do estupro, pela Lei n. 12.015/2009, que passou a abranger as duas condutas.

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

As Promotorias de Justiça da área da infância e juventude atuaram no ano de 2011, em 23.347 notícias de atos infracionais, número 2,22% maior em relação ao verificado no ano de 2010, que foi de 22.840 comunicações dessa espécie.

Por conta dessas notícias foram apresentados em audiência aos Promotores de Justiça 9.688 adolescentes indicados como autores de atos infracionais, decorrendo daí o oferecimento de 3.195 representações, número que demonstra um aumento de 14,03% em relação ao ano de 2010, quando foram oferecidas 2.802 representações.

As remissões concedidas no ano de 2011 aos adolescentes indicados como autores de atos infracionais beneficiaram 6.594 adolescentes – número que é 3,63% superior àquelas concedidas em 2010, quando alcançaram 6.363. Das remissões concedidas no ano de 2011, verificam-se que 629 foram simples, ou seja, sem a cumulação de qualquer medida socioeducativa, enquanto que as remissões que cumularam com medida socioeducativa totalizaram 5.965, das quais 3.253 foram cumuladas com medida socioeducativa de advertência, 257 cumuladas com medida socioeducativa de reparação do dano, 2.709 cumuladas com medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade e 579



cumuladas com medida socioeducativa de liberdade assistida.

Dentre os atos infracionais representados, a maior incidência continuou sendo pela prática de furto, com 773 ocorrências, número, contudo, inferior em 2,64% em relação ao apresentado em 2010, em que foram registradas 794 ocorrências dessa natureza..

A prática infracional por tráfico de drogas constitui o segundo tipo mais praticado, somando 695 atos infracionais representados, seguido pela prática de roubo e extorsão, que totalizaram 431 ocorrências. Os homicídios com autoria atribuída a adolescentes apresentaram um aumento de 14,79%, totalizando 194 ocorrências no ano de 2011, enquanto que ano de 2010 haviam sido registrados 169 casos.

Na área cível, as Promotorias de Justiça com atuação na área da infância e juventude receberam 1.406 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar – APÓIA. Desses casos avisados ao Ministério Público, com a intervenção dos Promotores de Justiça, através de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 586 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 41,68% do total de situações comunicadas. Comparado com os resultados de 2010, constata-se que as comunicações de evasão escolar aumentaram em 15,06%.

Além disso, foram ajuizadas, ainda, 1.765 ações civis, sendo 1.539 afetas a direitos individuais (art. 201, ECA) e 226 ações em defesa de direitos difusos e coletivos. Em relação aos processos cíveis da área da infância e juventude, as Promotorias de Justiça receberam 42.054 deles, representando uma redução de 2,53% em relação ao ano de 2010, quando foram recebidos 43.144 feitos e emitidas 28.967 manifestações de mérito, além de outras 13.224 intimações diversas.

Além dessas atividades, merece também registro o número de 14.002 pessoas atendidas no ano de 2011 e 262 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.



8 Atividades dos Órgãos Auxiliares

8.1 Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral do Ministério Público, como Órgão Auxiliar de apoio administrativo e logístico, realizou no ano de 2011 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Ofícios recebidos	17.696
Ofícios expedidos	3.392
<i>E-mails</i> recebidos e respondidos	19.162
Portarias	3.036
Atos Normativos	52
Autuações de procedimentos administrativos	573
Despachos	3.167

Dentre as atividades desenvolvidas, merecem destaque o registro e o trâmite, por meio do Protocolo Eletrônico, de toda a documentação remetida à Procuradoria-Geral de Justiça e a posterior distribuição aos setores competentes; a redação de ofícios e expedientes; a elaboração de despachos, comunicações eletrônicas, declarações, certidões, portarias e atos normativos; a autenticação de documentos; o registro, autuação e análise de procedimentos administrativos; a remessa dos atos oficiais para publicação na imprensa oficial; a realização de intimações de decisões administrativas; a condução de processos administrativos e sindicâncias de Servidores do Ministério Público; a emissão de pareceres técnico-administrativos; o atendimento a consultas formuladas pelos Órgãos da Administração; o agendamento de compromissos institucionais; o atendimento aos Membros e Servidores acerca de diárias, viagens, férias, licenças, fornecimento de móveis e de equipamentos; e o apoio administrativo ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a seus assessores, à Comissão de Concurso de Ingresso na Carreira e às demais comissões e grupos de trabalho instituídos pela Chefia Institucional.

8.2 Ouvidoria

A Ouvidoria, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2011 as seguintes atividades:

Classificação	Quantidade
MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS	
Contato pessoal	107
Contato telefônico	100
E-mail	404
Formulário eletrônico	4.956
Via postal	0
Outros	17
TIPO DE MANIFESTAÇÃO	
Crítica ou Reclamação	321
Retardamento de atos de ofício	83
Omissão ou desídia	107
Recusa de atendimento ou trato descortês	8
Deficiência técnica no exercício da função	6
Conduta funcional ou social inconveniente	8
Inadimplência de obrigações civis	1
Parcialidade	13
Excesso de rigor ou de zelo	23
Outros	72
Denúncia	4.572
Retardamento de atos de ofício	5
Omissão ou desídia	4
Deficiência técnica no exercício da função	4
Conduta funcional ou social inconveniente	1

Excesso de rigor ou de zelo	3
Abuso dos poderes do cargo	57
Infrações às normas eleitorais	4
Atos de improbidade administrativa	1.959
Infrações ambientais	696
Violações a direitos do consumidor	414
Violações a direitos da cidadania	273
Violações a direitos relacionados à saúde	166
Violações a direitos dos idosos	58
Violações a direitos das crianças e dos adolescentes	270
Infrações à ordem tributária	35
Infrações penais diversas	296
Infrações à Lei de Execuções Penais	27
Direito do Trabalho (CLT)	101
Direito Previdenciário	8
Direito Administrativo	103
Direito de família e sucessões	4
Outros	84
Elogio	21
Desempenho funcional	1
Presteza no atendimento	13
Iniciativas judiciais	4
Iniciativa administrativa ou extrajudicial	2
Posicionamentos político-institucionais	1
Pedido de informação	559
Iniciativas e procedimentos	21
Situação de processos	28
Órgãos e serviços do Ministério Público	227
Órgãos e serviços externos	181

Consultoria jurídica de interesse pessoal	78
Consultoria jurídica de interesse coletivo	21
Outros	3
Sugestão e comentário	64
Posicionamento político-institucional	2
Adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais	37
Alteração de rotinas e procedimentos	15
Outros	10
Outros	47
ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES	
Parlamentares	19
Administradores Públicos	1
Integrantes do Ministério Público	3
Profissionais liberais	650
Estudantes	249
Entidades civis ou sindicais	24
Servidores públicos	945
Imprensa	22
Empresários	155
Aposentados	109
Qualificação não informada	1.187
Fontes anônimas	1.154
Outras	1.066
SETORES-ALVO DAS MANIFESTAÇÕES	
Procuradoria-Geral de Justiça	3
Colégio de Procuradores de Justiça e CSMP	1
Procuradorias de Justiça	1
Ouvidoria	284

Promotorias de Justiça	135
Comissão de concurso de ingresso na carreira do MPSC	3
Centros de Apoio	13
Outros órgãos do MPSC	40
Órgãos Federais	259
Órgãos Estaduais	1.005
Órgãos Municipais	2.125
Pessoas jurídicas privadas	1.057
Pessoas físicas	574
Outros	84
ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES	
Solucionada pela Ouvidoria	784
Remetida ao Procurador-Geral de Justiça	10
Remetida ao Corregedor-Geral do Ministério Público	27
Remetidas a outros órgãos do MPSC	2.375
Arquivada por impertinente	2.226
Devolvida para envio a outros órgãos externos	163

8.3 Centros de Apoio Operacional

8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA)

O Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:



Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	640
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	58
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	488
Pesquisas realizadas	61
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	33
Palestras ministradas	4
Participações em reuniões	74
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	8
Participação em órgãos ou entidades externos representando a Instituição	14
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	13
Pessoas atendidas (do público externo)	32
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	4
Outras atividades de apoio	3

8.3.1.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da moralidade administrativa ocorreu, prioritariamente, nos campos da prevenção e repressão dos atos de improbidade administrativa.

8.3.1.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades descritas, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se as seguintes:

a) ações:



a.1) instrução do Inquérito Civil n. 001/2009/CMA: no mês de março de 2011, foram remetidas às respectivas Promotorias de Justiça minutas de peças processuais e peças extraprocessuais, além de relatórios sobre as irregularidades constatadas no Inquérito Civil n. 001/2009/CMA, instaurado, em dezembro de 2009, com o escopo de apurar a prática de eventuais ilegalidades na contratação e no exercício das atividades de Servidores temporários e terceirizados na administração direta e indireta dos Municípios e do Estado de Santa Catarina, encerrando-se as atividades do CMA em relação ao respectivo procedimento.

a.2) licitações e contratos administrativos: elaboração e distribuição eletrônica de cartilha sobre dispensa e inexigibilidade de licitações. Além disso, procedeu-se à análise das informações remetidas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina acerca das irregularidades constatadas na contratação de empresas que atuam na coleta e destinação de lixo e sobre possível descumprimento dos respectivos contratos. Os exames das informações e dos diversos relatórios técnicos do TCE/SC, solicitados, posteriormente, ainda não foram concluídos.

a.3) bens públicos: foram dirigidos expedientes aos Municípios solicitando informações sobre a existência de lei ou outro ato normativo municipal que regulamente a utilização de bens públicos por particulares. O material colhido encontra-se, atualmente, sob análise do CMA.

a.4) atividades de apoio: foi destacada equipe técnica para atuar com primazia na realização de estudos e elaboração de minutas de peças processuais e extraprocessuais pertinentes a inquéritos civis, procedimentos preparatórios e representações ainda pendentes de análise no CMA, os quais já foram concluídos e restituídos às respectivas Promotorias de Justiça.

a.5) atividades de Órgão de Execução: por delegação do Procurador-Geral de Justiça, o CMA exerce também atribuições processuais de Órgão de Execução, no que diz respeito a crimes de responsabilidade praticados por Prefeitos Municipais.



8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR)

O Centro de Apoio Operacional Criminal, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	439
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	11
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	428
Pesquisas realizadas	445
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	277
Palestras ministradas	5
Eventos promovidos	2
Participações em reuniões	61
Participações em audiências públicas	2
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	14
Participações em órgãos ou entidades externos representando a Instituição	19
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	16
Pessoas atendidas (do público externo)	25
Outras atividades de apoio	23
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	17
Apelações criminais recebidas (art. 600, § 4º, do CPP)	276

8.3.2.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A política de atuação do Ministério Público na área criminal, sustentada



pelo Centro de Apoio Operacional Criminal, em 2011, manteve como prioridade a orientação e o subsídio técnico e operacional aos Promotores de Justiça, conforme delineado no Plano Geral de Atuação, com ênfase nos casos específicos encaminhados pelas Promotorias Criminais.

8.3.2.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades descritas, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se as seguintes:

a) repressão ao crime organizado: durante esse período, foi dada continuidade às ações de combate ao crime organizado, com foco nas atividades ligadas ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro, de forma integrada, entre as Procuradorias de Justiça, as Promotorias, o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas de Santa Catarina (GECOC-SC) e os Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECOS), além dos demais organismos policiais, técnicos e fiscalizatórios, a fim de identificar situações potenciais ou concretas da prática criminosa e promover as medidas necessárias para sua coibição.

b) programas e ações:

b.1) Programa de Combate ao Tráfico de Drogas: o presente Programa nasceu da necessidade da eleição de uma prioridade no âmbito da persecução penal, diante do agigantamento da criminalidade em contraste com a formalidade da estrutura estatal de defesa da segurança pública. A prática do tráfico de entorpecentes induz ao cometimento de vários outros crimes que dele são oriundos, afrontando não só a saúde pública mas também a vida, o patrimônio alheio, a Administração Pública, o sistema financeiro e econômico e a correção da atividade policial, o que se constituiu num mal que atinge a cidadania, leva à marginalização e compromete o desenvolvimento social. Ademais, o tráfico de entorpecentes se alastra de maneira estrutural e organizada pelo Estado, de modo que não deve a atuação do Ministério Público resumir-se às ações isoladas. Tal problema exige coleta e tratamento centralizado de informações, além de metodologia específica de promoção e acompanhamento das ações

penais sobre a questão, para uma melhor eficiência, o que está em fase de implantação. Não bastasse isso, a eficácia da atuação institucional depende da participação conjunta, organizada, harmônica e metodológica dos Promotores de Justiça, a fim de compartilhar informações e trocar experiências de inteligência. Em suma, dessas premissas nasceu a necessidade de um programa específico, com o objetivo de proporcionar ações mais efetivas no combate ao tráfico de drogas.

b.1.1) ações: aos Promotores de Justiça que acionaram o CCR foi propiciado suporte técnico e prático relacionado à Lei de Drogas. Além disso, foram encaminhados ao GECOC-SC casos concretos específicos envolvendo macrocriminalidade, os quais foram investigados pelo Grupo, que planejou estrategicamente operações, com apoio das estruturas institucionais internas e policiais do nosso Estado, que resultaram em prisões, apreensões e desmantelamento de quadrilhas criminosas especializadas. A esse respeito, registre-se que os Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECOs) realizaram, no ano de 2011, 16 operações de combate ao tráfico de drogas.

Com o intuito de aperfeiçoar o apoio aos Promotores de Justiça e a atuação da Instituição para o combate ao tráfico de drogas, o CCR participou, dentre outros eventos, do Congresso Criminal do Ministério Público do Estado de São Paulo, realizado, nos dias 26 a 28 de maio de 2011, na cidade de São Paulo (SP).

b.2) Programa de Combate à Exploração dos Jogos de Azar: várias investigações encetadas pelo Ministério Público têm revelado, infelizmente, a proteção e o auxílio que agentes policiais têm dado à exploração ilegal dos jogos de azar, em várias das suas modalidades. Juntamente com a prática desse tipo de contravenção penal, não raras vezes, estão presentes os crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, prevaricação e lavagem de dinheiro, disseminados pelas várias regiões do nosso Estado. Tal circunstância exige atenção do Ministério Público e adoção de programa específico, com foco no desenvolvimento de ações que estimulem a criação de uma verdadeira força-tarefa liderada pela Instituição, com o objetivo de realizar, depois de diagnóstico estadual, operações que visem ao combate ao jogo ilegal e a suas nefastas consequências ligadas à corrupção de agentes públicos.

b.2.1) ações: além de dar continuidade às ações já iniciadas, os GAECOs, com o apoio do CCR, desencadearam a operação Jogo Duplo, pela qual foram cumpridos nove mandados de prisão temporária, expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Balneário Camboriú, em atendimento a pleitos formulados pelos Promotores de Justiça daquela Comarca. As investigações, que duraram nove meses, voltaram-se para a exploração ilegal de jogo de azar conexas com a prática de crimes contra a administração pública, cometidos por organização criminosa que contava com a participação de agentes públicos.

b.3) Programa Execução Regular da Pena: o Programa visa a propiciar o desencadeamento de ações integradas entre os Membros do Ministério Público com atribuição na área da execução penal, a fim de permitir um melhor acompanhamento do cumprimento das penas, padronizando a sua fiscalização, além do conhecimento completo da verdadeira situação carcerária do nosso Estado, para detectar situações de risco e proporcionar as medidas necessárias a sua solução.

b.3.1) ações: foram atendidas 24 solicitações de apoio a Promotores de Justiça no que diz respeito à Execução da Pena e realizadas, pelo Coordenador do CCR, visitas às Penitenciárias de Joinville e Itajaí, juntamente com o Secretário de Estado da Segurança Pública e o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional. O CCR também participou de Reunião de Trabalho do Grupo Nacional de Efetivação de Controle Externo da Atividade Policial, em Maceió (AL). Por fim, é importante registrar que todos os estabelecimentos prisionais do Estado foram fiscalizados pelos Promotores de Justiça e foram dados os devidos encaminhamentos a todas as irregularidades encontradas.

b.4) Programa de Execução do Controle Externo da Atividade Policial: objetiva implementar ações ordenadas no sentido de dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no controle externo da atividade policial, bem como buscar uma maior integração entre a Instituição e os órgãos policiais encarregados do controle interno, com o propósito de melhorar os níveis de cooperação e solidariedade funcional e potencializar a efetividade da Justiça.

b.4.1) ações: foram atendidas sete solicitações de apoio a Promotores de

Justiça, no que concerne ao controle externo da atividade policial, e realizadas 135 visitas a Delegacias de Polícia do Estado, com o encaminhamento de todas as irregularidades constatadas. Além disso, visando ao aperfeiçoamento da atuação institucional, o CCR realizou visita técnica ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento do sistema de controle externo da atividade policial.

b.5) Programa de Proteção à Vida: o objetivo desse Programa, além da ação preventiva nos organismos sociais, é atentar os Órgãos do Ministério Público quanto às formas de repressão aos crimes dolosos contra a vida. Diante da especialização que a atuação no Tribunal do Júri requer, impõe-se oferecer aos Promotores de Justiça formas cada vez mais eficazes de capacitação profissional. A especialização possibilitará maior eficácia na busca da punição de quem insiste em retirar a vida de outrem, fazendo com que a condenação sirva para inibir o sentimento de impunidade e contribuir para a diminuição do número de homicídios, além de aumentar a sensação de segurança pública dos habitantes do nosso Estado.

b.5.1) ações: o CCR, por meio dos integrantes do Núcleo do Júri, deu apoio de pessoal, durante o ano de 2011, às Comarcas que, por motivos diversos, não tinham Promotores de Justiça para atuarem nas Sessões do Tribunal do Júri de maior destaque e repercussão social. Além disso, o CCR também prestou auxílio logístico ao mutirão do Júri realizado na Comarca da Capital pelo Tribunal de Justiça catarinense e atendeu a 26 solicitações de apoio técnico-jurídico formuladas pelos Promotores de Justiça com atribuição para atuar nos processos do Tribunal do Júri.

O CCR, por intermédio de seu Coordenador e Gestor estadual da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), participou ainda de reuniões no ano de 2011, para, juntamente com a Polícia Civil de Santa Catarina, realizar o levantamento dos inquéritos sobre homicídios instaurados até 31 de dezembro de 2007 e que ainda se encontram inconclusos. O objetivo é identificar os procedimentos existentes, para garantir a conclusão de todos até abril de 2012, conforme prorrogação da Meta 2 estabelecida pela ENASP. A partir da informação da Polícia Civil, foram realizados contatos com os Promotores de

Justiça que atuam perante o Tribunal do Júri, para cumprimento da referida Meta. Esse trabalho continuará a ser realizado no ano de 2012.

Também merece destaque o fato de o CCR ter prestado auxílio a vítimas e testemunhas ameaçadas de morte, por meio de contatos realizados entre as Promotorias de Justiça e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/SC), tendo sido providenciados suportes técnicos e logísticos para a realização de determinadas atividades atinentes ao referido Programa.

c) campanhas:

c.1) Campanha DIREÇÃO +ÁLCOOL É CRIME: um Alerta em Defesa da Vida: a edição da Lei n. 11.705, de 19 de junho de 2008, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, trouxe a imposição de novas regras, administrativas e penais, para o condutor que dirigir veículo automotor sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência. E mais, essa legislação trouxe consigo salutar debate social a respeito do tema, pois não se pode esquecer que a embriaguez ao volante é uma das mais graves causas dos milhares de acidentes de trânsito ocorridos neste País, reconhecidamente. De fato, a sociedade brasileira tem testemunhado, atônita, a ação irresponsável e, não raras vezes, sem punição, de motoristas alcoolizados que insistem em fazer dos seus veículos verdadeiras armas, usando-as para retirar a vida de um incontável número de pessoas indefesas. No nosso Estado, a situação não é diferente. Sabidamente, já há algum tempo, Santa Catarina vem figurando como um dos entes federativos líderes do vergonhoso *ranking* nacional dos acidentes com mortes nas estradas, provocados pelo consumo indiscriminado de bebida alcoólica, infelizmente. Nesse contexto, compete ao Ministério Público não apenas o papel de repressor, que busca a punição dos motoristas infratores, mas também o de orientador, que conscientiza a população em geral dos efeitos nefastos do casamento entre o álcool e a direção de veículo automotor.

c.1.1) ações: durante o ano de 2011, várias foram as Promotorias de Justiça participantes da Campanha, as quais receberam do CCR apoio técnico relativo ao tema, para desenvolver atividades repressivas no combate à embriaguez ao volante.



d) atividades de Órgão de Execução: por delegação do Procurador-Geral de Justiça, até 31 de maio de 2011, foram realizadas atividades de Órgãos de Execução (contrarrazões de recursos e manifestações), na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal.

Espécie	Quantidade
Apelações criminais (art. 600, § 4º, CPP)	276
Contrarrazões e manifestações exaradas	281

8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT)

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	887
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	88
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	809
Pesquisas realizadas	1.208
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	487
Participação em reuniões	68
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	5
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	158
Pessoas atendidas (do público externo)	3
Outras atividades de apoio	35
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisiva	35



8.3.3.1 Estratégias estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da ordem tributária ocorreu, prioritariamente, na continuidade da articulação entre o Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária e as Promotorias de Justiça com os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária do Estado e a Secretaria da Receita Federal, objetivando uma efetiva repressão às infrações penais tributárias.

8.3.3.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se as seguintes:

a) ações:

a.1) monitoramento de julgamentos de processos contenciosos administrativos para identificação dos créditos tributários mantidos, o que resultou na análise de aproximadamente 586 notificações fiscais, as quais, após a identificação das dívidas ativas, foram remetidas às Promotorias de Justiça Regionais de combate aos crimes contra a ordem tributária. Além disso, foram analisadas e instruídas pelo COT mais de 120 notificações fiscais emitidas a contribuintes sediados em Comarcas não abrangidas por Promotorias de Justiça Regionais, tendo sido remetidas 75 minutas de denúncia às Promotorias de Justiça para participação no Dia Nacional de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária.

a.2) estudos, pareceres e outros materiais de apoio: o COT encaminhou às Procuradorias e Promotorias de Justiça com atribuição na área na ordem tributária inúmeros materiais de apoio envolvendo o combate aos crimes contra a ordem tributária, tais como: pareceres, estudos jurisprudenciais e doutrinários, esboços de denúncias, entre outros. Relativamente aos pareceres, destacam-se: a análise de solicitação de isenção de ITBI; o posicionamento relativo à identificação da configuração de crime material ou continuado em crimes contra a ordem tributária; a incidência do ISS nas prestações de serviços

cartorários e notariais; o reconhecimento da possibilidade de constituição definitiva de crédito tributário no curso da ação penal; a impossibilidade de tipificação penal da falta de recolhimento do IPTU; a inclusão de multa e juros na denúncia, responsabilização de sócio “laranja” e absorção do crime de falsidade como crime meio para a sonegação fiscal; a possibilidade de compensação da dívida ativa com precatórios, dentre outros. Os estudos, por sua vez, tiveram por fim o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho adotados pelas Promotorias de Justiça da Ordem Tributária e resultaram na elaboração de Fluxo de Trabalho e material informativo.

a.3) ações penais: em 2011, foram propostas pelos Órgãos de Execução 1.021 ações penais relativas à ordem tributária, de acordo com os dados da Corregedoria-Geral e das Promotorias de Justiça Regionais da Ordem Tributária de Lages, Chapecó, Joinville, Criciúma, Blumenau e Itajaí, envolvendo um total sonegado de R\$ 305.844.000,00 (trezentos e cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil reais), das quais 305 são referentes ao art. 1º da Lei n. 8.137/90, 731 referentes ao art. 2º do mesmo diploma legal e 11 relativas a outros crimes da ordem tributária. No mesmo período, foram realizadas 16 transações penais. Além disso, vale destacar que a atuação da Promotoria de Justiça Regional da Ordem Tributária de Chapecó na Operação VIAGEM 81, cuja investigação teve início após medidas judiciais requeridas pela Promotoria de Justiça Regional, teve como alvo três empresas distribuidoras de bebidas (todas do mesmo grupo de empresários). A partir das informações colhidas, constatou-se a sonegação fiscal de outras 9.422 empresas, com repercussão em todo o Estado de Santa Catarina, especialmente no interior, com estimativa de lançamento tributário na ordem de R\$ 60 milhões. Por conta das ações decorrentes da intervenção das Promotorias de Justiça Regionais com atribuições na ordem tributária e da Especializada da Capital, com o apoio do COT, foram efetuados pagamentos aos cofres públicos no valor de R\$ 46.607.636,87 (quarenta e seis milhões, seiscentos e sete mil seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos) e realizado o parcelamento de dívidas tributárias no montante de R\$ 47.304.928,39 (quarenta e sete milhões, trezentos e quatro mil novecentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos). Ainda, em operação comemorativa ao Dia Nacional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, realizada em 9 de novembro de 2011, foram apresentadas 136 denúncias, envolvendo um total sonegado de R\$ 124.275.257,60 (cento e

vinte e quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos). A operação foi resultado de dedicação conjunta de 40 Promotores de Justiça.

a.4) outras atividades de apoio: dentre as atividades desenvolvidas pelo COT, destacam-se, ainda: I) fornecimento de atos constitutivos de empresas, devidamente autenticados, para fins de instrução de procedimentos investigatórios, mediante atendimento de 824 solicitações de apoio das Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça Criminais com atribuições na ordem tributária, que resultou na extração de 851 contratos sociais e extratos cadastrais de empresas situadas no Estado e de, aproximadamente 134 informações de endereços de pessoas físicas e jurídicas; II) suporte técnico-jurídico à Coordenadoria de Recursos, com a análise de 78 acórdãos relativos à área tributária; e III) apoio técnico aos Órgãos de Execução por meio do Sistema de Informação e Gestão do Ministério Público de Santa Catarina (SIG/MPSC)

8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ)

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	952
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	4
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	349
Pesquisas realizadas	394
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	167
Palestras ministradas	6
Eventos promovidos	5
Participação em reuniões	46



Participação em audiências públicas	2
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	36
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	89
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	45.721
Pessoas atendidas (do público externo)	102
Outras atividades de apoio	874
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	45

8.3.4.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da Infância e Juventude ocorreu nos três eixos que constituem o Sistema de Garantias de Direitos da Infância e Juventude, ou seja, em campos que contemplam a promoção, o controle social e a defesa e responsabilização. O CIJ priorizou a promoção da saúde de crianças e adolescentes, visando a desenvolver diversas ações na rede de atendimento, combatendo assim o consumo de álcool, cigarros e drogas pelo público infantojuvenil.

Entretanto, também, deu-se continuidade às Políticas Sociais Básicas voltadas à garantia do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, assim como às Políticas de Proteção Especial e Socioeducativas, por meio da implantação ou operacionalização e avaliação dos programas, das ações, dos projetos e das atividades já existentes.

8.3.4.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades descritas, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se as seguintes:



a) programas:

a.1) Programa de Combate à Evasão Escolar (APÓIA): visa a garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, para que conclua o ensino fundamental, além de promover o regresso à escola dos que a abandonaram sem concluir o ensino fundamental. A manutenção do Programa é contemplada na segunda etapa, avaliação e reformulação, com ênfase no aspecto qualitativo do ensino. No ano de 2011, foram mantidas as ações operacionais já desencadeadas para o Programa, inclusive atendendo às solicitações de apoio recebidas. Deu-se também cumprimento às deliberações do Conselho Consultivo para as propostas de reformulação do Programa, conforme reuniões realizadas em 2010. Ainda com relação ao Programa, vale destacar que, das atividades extrajudiciais desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, no ano de 2011, foram registrados 1.406 Avisos por Infrequência Escolar, desses, 586 retornaram à escola; 176 não retornaram; e 301 encontram-se em acompanhamento, conforme dados da Corregedoria-Geral de Justiça. Já o resultado das atividades desenvolvidas pelos Conselhos Tutelares registram 6.347 Avisos por Infrequência Escolar, desses, 5.408 retornaram à escola; 897 não retornaram; e 42 estão em acompanhamento.

a.2) Programa de Aviso por Maus-Tratos contra Criança ou Adolescente (APOMT): visa a implantar em todo o Estado de Santa Catarina um Sistema Unificado de Aviso Compulsório de Maus-tratos contra Criança e Adolescente, por meio do uso de um formulário padronizado de notificação, expedido pelos parceiros executores, que garanta o atendimento e o encaminhamento da vítima aos programas protetivos que se fizerem necessários, conforme preconiza a Lei n. 8.069/1990. No ano de 2011, foram mantidas as ações operacionais já desencadeadas, com destaque para o levantamento das últimas atividades de planejamento e gestão do Programa realizadas para apreciação e deliberação do Conselho Consultivo. Durante o ano, foram registrados 116 Avisos por Maus-Tratos, não incluídos aqueles que ainda se encontram em tramitação nos Conselhos Tutelares, num total de 3.336 avisos desde o seu início.

a.3) Programa FIAR – Cidadania: visa a estimular e a facilitar as contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) no Estado de Santa Catarina. No segundo semestre de 2011, o Ministério Público de Santa



Catarina colocou à disposição, em seu portal, na *Internet*, uma página especial contendo todas as informações sobre o Fundo para a Infância e Adolescência. O objetivo é orientar e incentivar a sociedade a realizar doações ao FIA, dedutíveis do Imposto de Renda e importantes para as ações em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A página sobre o FIA, no Portal do MPSC, foi criada em apoio às campanhas de incentivo à doação desenvolvida pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Governo do Estado de Santa Catarina e entidades não governamentais.

a.4) Programa Família - O Melhor Acolhimento: visa a efetivar a doutrina da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere às crianças e aos adolescentes abrigados, garantindo-lhes prioridade absoluta, de modo que nenhum direito venha a ser ameaçado ou violado por ação ou omissão do poder público, reexaminando e fiscalizando as entidades e os programas de acolhimento no sentido de propiciar e assegurar o direito à convivência familiar. Durante o ano de 2011, o CIJ remeteu senhas e prestou o suporte necessário aos Promotores de Justiça para acesso ao Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – Módulo Ministério Público (CUIDA-MP), sistema disponibilizado, em 2008, por meio de parceria com a Corregedoria do Tribunal de Justiça (CGJ/TJSC). Além disso, disponibilizou-se aos Membros do MPSC, por Ofícios Circulares, o acesso ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA/CNJ). O CIJ também participou do Seminário Direito à Convivência Familiar e Comunitária em Foco, realizado pelo CNMP, em Brasília, no qual: a) discutiu-se a situação de crianças acolhidas e as formas de garantir a elas o direito à convivência familiar; b) capacitaram-se Membros e Servidores ao uso do Sistema CNA; e c) revisou-se a minuta de regulamentação das inspeções em entidades de acolhimento, a serem realizadas periodicamente por Membros do Ministério Público, a qual foi posteriormente publicada na forma da Resolução n. 71/2011/CNMP. Em subsequente articulação com a Corregedoria-Geral do MPSC, o CIJ também deu suporte necessário aos Promotores de Justiça no que tange ao preenchimento e encaminhamento do formulário de vistoria de entidades de acolhimento instituído pela Resolução n. 71/2011/CNMP. Outrossim, a partir de novembro, iniciou-se o cadastramento de todos os Membros da Instituição para acesso ao Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) e ao Cadastro Nacional de



Crianças Acolhidas (CNCA), com previsão de disponibilização dos sistemas em fevereiro de 2012. Por fim, vale destacar, ainda, a remessa de pesquisas e subsídios aos Promotores de Justiça, especialmente sobre instalação, regularização e consórcios de instituições de acolhimento, com destaque ao Ofício Circular n. 65, no qual o CIJ se posicionou contrário à transferência de crianças entre entidades de acolhimento em razão de sua conduta, orientando a atuação dos Órgãos de Execução em tais situações.

a.5) Programa de Assessoria Psicológica nos Procedimentos Judiciais e Extrajudiciais de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco (PAPSI): criado em 2004, o Programa consiste na prestação de assessoria em ciência psicológica para os Promotores de Justiça da Infância e Juventude com finalidades diversas, tais como: a) subsidiar a definição de medida socioeducativa mais adequada para adolescentes autores de ato infracional; b) avaliar situação de risco em crianças vítimas de violência; c) mediar criança ou adolescente, pais e escola para resolver evasão ou dificuldades escolares; d) mediar situação de conflito familiar inter-geracional; e) integrar equipe de atendimento em projetos de Justiça Restaurativa ou Terapêutica, entre outras.

Em 2009, considerando a recente legislação sobre estágios (Lei n. 11.788/2008), que exige a manutenção de um supervisor local na instituição concedente, o Programa passou a restringir sua atuação nas Comarcas onde há profissional que possa efetivamente atuar como supervisor. O Programa também foi inserido como modalidade do Programa de Estágio do MPSC (instituído pelo Ato n. 087/2009/PJ), ficando o gerenciamento sob responsabilidade da Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH). No ano de 2011, apenas as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e da Cidadania da Comarca de Lages continuaram tendo acesso ao Programa, tendo em vista a atuação de professora psicóloga da UNIPLAC como supervisora dos estágios.

a.6) Programa de DNA em audiência de Santa Catarina (PRODNASC): iniciado, em 2007, em parceria com o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça (TJSC), a Secretaria de Estado da Saúde (SES), o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Santa Catarina (COSEMS/SC), a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o Instituto Paternidade Responsável, visa a possibilitar às partes hipossuficientes, beneficiárias

da assistência judiciária gratuita, a realização do exame de DNA para o reconhecimento de paternidade nos procedimentos administrativos e judiciais. O Programa prevê a disponibilização inicial de 1.500 *kits* por ano, a partir de um sistema de requisição e controle da quantidade. Em 2011, foram mantidas as ações já desencadeadas, como o acompanhamento das informações prestadas pela Corregedoria-Geral de Justiça, o atendimento às solicitações de apoio dos Promotores de Justiça e a intermediação dos pedidos de DNA decorrentes das Promotorias de Justiça especializadas na infância e juventude. Além disso, participou-se, ainda, de reunião com o Tribunal de Justiça, na qual foi apresentado, por parte do corpo técnico da UDESC, o relatório de atividades do Laboratório DNA/UDESC no ano anterior. Na ocasião, a Coordenadora do CIJ solicitou a ampliação da distribuição dos *kits* às Promotorias de Justiça e Varas especializadas na infância e juventude, haja vista que, hoje, o PRODNASC atende, exclusivamente, às Varas de Família, pedido que ficou de ser discutido em reunião futura. Diante da publicação do Provimento n. 12 do Conselho Nacional de Justiça, que determina a adoção de medidas no sentido de investigar a paternidade dos estudantes, matriculados na rede de ensino formal, em cujo registro não conste o nome do pai, foi formado um grupo de estudos, do qual participa a Coordenadora-Geral do CIJ, para definir os procedimentos que passarão a ser adotados no seu cumprimento.

a.7) Programa de Inclusão Digital – Rede Digital Pró-Infância e Adolescência (Rede Piá): desenvolvido em parceria com o Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR), o Estado de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), a Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC), visa a revitalizar as máquinas caça-níqueis apreendidas, transformando-as em equipamentos de informática para uso didático-pedagógico nas Escolas de Ensino Básico e Médio, das Redes Públicas Municipais e Estadual, e de organizações governamentais e não governamentais de atendimento a comunidades carentes. A utilização desses equipamentos é exclusiva a alunos matriculados nas referidas escolas e a pessoas carentes. Para tanto, aos Promotores de Justiça compete, em especial, proceder ao encaminhamento jurídico da liberação dessas máquinas e ao acompanhamento de sua distribuição às instituições na Comarca. No ano

de 2011, três Promotorias de Justiça aderentes encerraram as atividades do Programa em suas Comarcas, firmando e enviando ao CIJ o Termo Aditivo de Cancelamento. Diante dessa baixa, foi realizado um levantamento das últimas atividades de planejamento e gestão do Programa, além do andamento das ações nas Comarcas. As informações colhidas serão remetidas para a apreciação e deliberação das últimas atividades de planejamento e gestão do Programa. Ademais, foram mantidas as ações já desencadeadas, prestando orientações aos Promotores de Justiça solicitantes e atos de apoio para a adesão e operacionalização das Comarcas, principalmente na de São José.

b) ações:

b.1) disque-Denúncia 100: serviço nacional unificado de notificação anônima e gratuita de violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes. Além da recepção, o serviço pretende acompanhar, monitorar, avaliar e remeter as denúncias para que sejam apuradas e sejam feitos os atendimentos das vítimas. O serviço está amparado legalmente pelo Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público de Santa Catarina e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), em 4 de fevereiro de 2004. Em 2011, o CIJ reorientou os fluxos de encaminhamento, conforme informado aos Promotores de Justiça por meio do Ofício Circular n. 007. Considerando o aumento constante da recepção de denúncias e as limitações do Centro em recursos humanos, o CIJ passou a remetê-las somente às Promotorias de Justiça, ficando estas responsáveis pela remessa aos demais órgãos da Comarca. Outrossim, a partir de novembro, todas as denúncias passaram a ser recebidas e reencaminhadas por meio do endereço eletrônico cij-disque100@mp.sc.gov.br. Durante o ano, foram enviadas pelo CIJ 1883 denúncias, sendo 25,4% de abuso sexual; 42,2% de violência física ou psicológica; 10,4% de exploração sexual; 21,9% de negligência infantojuvenil; e 0,1% de outra natureza. Registre-se o aumento de 43% no número de denúncias em relação ao ano de 2010 (1.316).

b.2) sistema de vigilância alimentar e nutricional para notificação compulsória da desnutrição grave em crianças (SISVAN): atividade decorrente do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde (SES), em 17 de junho de 1998, que originou o termo de convênio n. 22/2003, também

assinado naquele ano e renovado em 2009 (Termo de Cooperação n. 015/2009). O SISVAN objetiva monitorar o número de notificações e óbitos registrados por desnutrição grave de crianças de 28 dias até 59 meses, em Santa Catarina, e desenvolver ações articuladas por meio das Promotorias de Justiça para identificar e aplicar as medidas de proteção necessárias aos casos respectivos, além de auxiliar na formulação de políticas públicas adequadas para a atenção à saúde e ao direito à vida da população infantojuvenil e de gestantes.

A tabela abaixo indica o total de casos confirmados no primeiro semestre de 2011, os quais foram devidamente informados às Promotorias de Justiça responsáveis.

Desnutrição grave em Santa Catarina em 2011	
Município notificante	Número de notificações
Abelardo Luz	1
Araranguá	2
Ascurra	2
Bela Vista do Toldo	1
Blumenau	2
Concórdia	2
Criciúma	1
Doutor Pedrinho	2
Florianópolis	2
Indaial	1
Ipuaçú	1
Itapoá	1
Ponte Serrada	1
Rio dos Cedros	1
Xanxerê	1
Total	21

b.3) a oferta de medicamentos e suplementos alimentares para portadores de mucoviscidose ou fibrose cística está legitimada pelo Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 12 de março de 1997. O referido Termo obriga a Secretaria a fornecer, por sua Diretoria de Medicamentos Básicos, as exatas quantidades de medicamentos prescritas pelo médico da criança ou do adolescente portador da doença, observando, impreterivelmente, a continuidade do fornecimento. O CIJ acompanha a execução do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, prestando apoio operacional aos Órgãos de Execução, como o encaminhamento de subsídios para ajuizamento das providências judiciais necessárias, nas hipóteses de descumprimento do pactuado, e a outros órgãos ou instituições.

b.4) Projeto Jovem Aprendiz, em parceria com a CELESC Distribuição S/A, mediante assinatura do Termo de Cooperação Técnica n. 05/2008-MPSC/42656-CELESC, visa a atender adolescentes, com idades entre 14 e 16 anos, em situação de vulnerabilidade social e que se encontrem, preferencialmente, acolhidos institucionalmente. O Projeto é estruturado considerando não somente os aspectos legais, mas a possibilidade de promover oportunidades aos jovens em situação de vulnerabilidade social por meio do contrato de aprendizagem e, assim, contribuir para a construção de conhecimento visando à inclusão no mercado de trabalho. Segundo previsão do § 2º da Cláusula Primeira do Termo de Cooperação Técnica, o adolescente, para ser inserido no Projeto, deverá preencher, cumulativamente, os seguintes critérios: a) ter no mínimo 14 (quatorze) anos e no máximo 16 (dezesseis) anos completos; b) não possuir renda per capita superior a meio salário mínimo; c) estar matriculado ou cursando o ensino fundamental ou médio; e, d) encontrar-se em situação de vulnerabilidade social, dentre aqueles residentes em entidades de acolhimento institucional (Instituições Abrigo, Famílias Acolhedoras ou Casas-Lares). No ano de 2011, foi firmado Termo Aditivo tendo por objeto a ampliação do alcance do Termo de Cooperação Técnica n. 05/2008, de forma que o Projeto passa a atender, também, às Agências Regionais da CELESC localizadas nos Municípios de Concórdia, Joaçaba, Mafra, São Bento do Sul e Videira. Além disso, o CIJ manteve as ações operacionais do Projeto, prestando apoio às solicitações das Promotorias de Justiça, da equipe da própria CELESC e mesmo de terceiros interessados.

b.5) portal Experiências das Promotorias de Justiça: é destinado à contribuição dos Promotores de Justiça que desejam expor suas experiências exitosas à frente das Curadorias da Infância e Juventude nas Comarcas em que atuam ou atuaram, de maneira a fazer conhecer seu trabalho em prol dessa temática e servir como exemplo para que outros colegas, de outras Comarcas, possam utilizá-los para o eventual enfrentamento de situações semelhantes.

b.6) portal Banco de Programas e Projetos Sociais na área da Infância e Juventude: disponível na *Intranet* do CIJ, o portal contém projetos idealizados e desenvolvidos por órgãos municipais e organizações não-governamentais para atendimento de demandas diversas do público infantojuvenil, com destaque para os seguintes temas: acolhimento, atenção à família, atendimento e prevenção ao uso de drogas, escolarização, medidas socioeducativas, erradicação do trabalho infantil, profissionalização, enfrentamento à violência sexual e à mortalidade infantil. É um recurso à disposição das Promotorias de Justiça que desejem elaborar ou sugerir modelos de programas de atendimento aos CMDCA, Secretarias Municipais e Organizações Não Governamentais, no sentido de fortalecer e organizar as redes municipais de atendimento da criança e do adolescente. Constitui-se em base de dados de permanente atualização, a qual conta, também, com a contribuição das Promotorias de Justiça.

b.7) portal Adoção: lançado em 2008 no sítio institucional e atualizado de acordo com as alterações previstas na Lei n. 12.010/2009 (Lei Nacional de Adoção), o portal contém informações básicas para subsidiar aqueles que desejam adotar uma criança ou um adolescente. São elas: “Adoção - uma medida excepcional e irrevogável”; “Quem pode adotar?”; “Estatísticas”; “Estou apto para adotar. O que fazer agora? Sou Brasileiro / Sou Estrangeiro”; “Dúvidas frequentes sobre adoção”; “Para refletir: ‘A maioria das crianças fica à espera de pais, e os pais à espera de bebês...’”; “Grupos de apoio à adoção” e “Links de Apoio”. Em 2011, o Portal foi atualizado com as informações pertinentes à Campanha Adoção, Laços de Amor, realizada em parceria entre ALESC, MPSC, TJSC e OAB-SC.

b.8) portal Desaparecidos: lançado em 2008 no sítio institucional, em parceria com outros órgãos e entidades, o portal objetiva: a) contribuir para a localização de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de Santa

Catarina; b) fortalecer uma rede de investigação imediata e célere; e c) obedecer ao dever de assegurar os direitos fundamentais da criança e do adolescente, tal como estabelecido pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). No local, além de disponibilizar a relação das crianças e adolescentes desaparecidos (Lista da Polícia Civil de Santa Catarina, Lista do Ministério da Justiça – Rede ReDESAP, Lista da ONG Portal da Esperança e Lista da Assembleia Legislativa de Santa Catarina) e de encontrados (Sítio do Ministério da Justiça Rede – ReDESAP), bem como os procedimentos em caso de desaparecimento, estão disponíveis também a relação dos parceiros estaduais, estatísticas e dicas de prevenção aos pais e filhos. Em 2011, o Portal foi atualizado, incluindo-se novos *links* de órgãos parceiros e estatísticas recentes a respeito dos casos de desaparecimento de crianças e adolescentes no País.

b.9) portal Trabalho Infantil? Não!: lançado em 2009, no sítio institucional, o portal visa a apoiar as ações de mobilização e fortalecimento da luta por um futuro sem crianças e adolescentes trabalhadores. No primeiro semestre de 2011, o Portal foi atualizado com a campanha anual promovida pela OIT e FNPETI. No segundo semestre, elaboraram-se novas informações para o Portal, tais como: definição de trabalho infantil, razões para se combater o trabalho infantil, informações aos pais e métodos de prevenção e combate ao problema. Essas atualizações serão colocadas à disposição no início de 2012.

b.10) Campanha Navegação Segura na *Internet* e Combate à Pedofilia em Meio Virtual: lançada em fevereiro de 2009, a Campanha objetiva orientar crianças, adolescentes, pais e responsáveis sobre a necessidade de utilizar a *Internet* com segurança, evitando-se riscos que incluem, cada vez mais, o aliciamento infantojuvenil por pedófilos que agem no meio virtual. A Campanha conta com um portal publicado no sítio institucional, assim como cartaz e *folder*. No *website* são disponibilizadas informações sobre a pedofilia, orientações preventivas, *links* para denunciar atividades suspeitas e para encontrar órgãos parceiros. No primeiro semestre de 2011, o CIJ organizou, em parceria com o CEAJ, o Seminário de Investigação e Prevenção à Pornografia Infantil na *Internet*, realizado nos dias 11 e 12 de abril, no auditório da PGJ. Na ocasião do evento, foi também assinado o Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional n. 006/2011 entre o MPSC e a Safenet Brasil, com

a finalidade de unir esforços para prevenir e combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes por meio da *Internet* no Brasil. No segundo semestre, a citada cooperação técnica ensejou a realização de dois encontros regionais sobre o tema Navegação Segura na *Internet* e Combate à Pornografia Infantil, sob organização do CIJ e da Escola do Legislativo, respectivamente, nos Municípios de Criciúma e Joinville. Tratou-se de palestra ministrada em período integral pelo Diretor de Prevenção da Safernet Brasil, com participação da Coordenadora-Geral do CIJ. Também em 2011, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica n. 007/2011, entre o MPSC e a Assembleia Legislativa, com a impressão de 400.000 cartilhas, 100.000 cartazes e 750.000 *folders* da Campanha. Esses foram endereçados pelo CIJ a todas as escolas públicas municipais do Estado, em moldes semelhantes às ações de 2010 do Programa *Bullying*, isso não é brincadeira.

b.11) Campanha *Bullying*: isso não é brincadeira: objetiva prevenir e combater a prática do *bullying* nas escolas, ou seja, todas as atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que, no ambiente escolar, são adotadas por um aluno ou grupo de alunos contra outro aluno ou grupo, sem motivação evidente, causando dor, angústia, sofrimento. Com o lema “Seja amigo: respeite as diferenças. Somos todos diferentes, mas com direitos iguais”, pretende-se fomentar no público infantojuvenil o respeito às diferenças entre as pessoas, sejam quais forem: de pensamento, valores, culturas, cor, raça, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, etc. Lançada no dia 1º de março de 2010, tendo como base a Lei Estadual n. 14.651/2009, a Campanha, desenvolvida pelo MPSC, contou com o apoio da Assembleia Legislativa, Secretaria de Estado da Educação - SED, Secretaria do Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - SSP e Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino de Santa Catarina (SINEPE). Além do Portal no sítio institucional, a Campanha contemplou a produção de um vídeo e a distribuição de gibis, cartazes, *folders* e marcadores de livros para a rede pública municipal de ensino, que desenvolve ações locais de mobilização. Com a parceria da Secretaria Estadual de Educação e o SINEPE, a Campanha visou também a impressão e a distribuição do material produzido pelos parceiros para a rede pública estadual de ensino e a rede privada. Em 2011, deu-se continuidade às ações da Campanha, especialmente com a distribuição dos materiais de divulgação e prestação de informações sobre a problemática do *bullying* à imprensa. Outrossim, a pedido das Promotorias de

Justiça da Infância e Juventude da Capital, solicitou-se à Escola do Legislativo a organização de um seminário sobre o tema em Florianópolis, o qual se realizou no mês de novembro.

b.12) elaboração do Terceiro Volume do Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude, cujo tema é “O papel do Ministério Público na implementação e fiscalização do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e das medidas socioeducativas”. Em fevereiro de 2011, o CIJ promoveu a primeira reunião com as 13 Assistentes Sociais do MPSC, visando a iniciar a elaboração colaborativa do documento. Em abril, foi realizada a segunda reunião, dessa vez, para análise da primeira versão preliminar do manual produzido pelas Assistentes Sociais em duas partes, respectivamente, sobre o SUAS e sobre as medidas socioeducativas. Em maio, no bojo do 2º Encontro das Assistentes Sociais do MPSC, foi realizada a terceira reunião, com o fito de análise e correção da segunda versão preliminar do manual. Nova revisão integral do manual foi entregue ao CIJ em agosto, ao passo que a última parte, a respeito das entidades de acolhimento, foi elaborada em outubro. Ao longo de todo o segundo semestre, o CIJ trabalhou na revisão e nos pertinentes acréscimos ao manual, com o fito de publicá-lo no primeiro semestre de 2012.

b.13) Campanha Promoção da Saúde e Prevenção ao Consumo de Drogas, Bebidas e Cigarros por Crianças e Adolescentes: objetiva prevenir o consumo de álcool, cigarro e drogas pela população infantojuvenil catarinense e promover hábitos saudáveis, para a garantia do direito à saúde, por meio de diversas ações na rede de atendimento e também contando com algumas parcerias. Em 2011, o CIJ estabeleceu parceria com o CCR e o CCF para definir ações conjuntas a respeito do assunto. Dando cumprimento às deliberações, foi desenvolvido um questionário concernente às áreas de atuação dos três Centros de Apoio, remetido aos Promotores de Justiça via ofício-circular. As respostas das Promotorias subsidiarão, em 2012, um diagnóstico estadual sobre a temática das políticas públicas de prevenção, atendimento e repressão ao uso de drogas por crianças, adolescentes e adultos, assim como fundamentarão a definição de ações a serem desenvolvidas. Também restou definido que as ações do MPSC não contemplarão a criação de uma campanha de prevenção antidrogas estadual, visto que o Conselho Nacional de Procuradores Gerais sugere a adoção nacional de única campanha – especificamente a já desenvolvida pelo Ministério



Público do Distrito Federal e Territórios. Dessa forma, diversos contatos foram estabelecidos no sentido de aderir à Campanha do CNPG e do MPDFT. Os materiais serão impressos e veiculados na mídia a partir de março de 2012.

c) atividades:

c.1) aproximação do Centro de Apoio aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude e da Família, com a implementação de estratégias que focalizam o atendimento prioritário às Promotorias de Justiça em suas atividades-fim. No âmbito das pesquisas jurídicas, além de manter constante alimentação do seu acervo de pesquisa e o aprimoramento de sua produção, em 2011, o CIJ priorizou os pedidos de aquisição de livros especializados na área da infância e juventude e família para incremento da Biblioteca. Além disso, o CIJ também renovou sua associação ao Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) para melhor acompanhamento da matéria, além de dar início a um diretório eletrônico específico.

c.2) participação e apoio ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA), com destaque para o acompanhamento das discussões no grupo eletrônico.

c.3) participação em Sessões da Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA e elaboração de pareceres nos Procedimentos de Habilitação para Adoção Internacional, como atividade de assessoramento do Coordenador ao Procurador-Geral de Justiça, com o registro de participação em cinco sessões e a emissão de 24 pareceres. O CIJ também prestou amplo apoio na divulgação, entre os Membros da Instituição, do 8º Encontro Estadual dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, realizado em Joinville, nos dias 30 e 31 de agosto de 2011. Outrossim, o CIJ estabeleceu contato com a PGJ para que os Membros do Ministério Público fossem convocados a participar do Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina, realizado em 1º e 2 de setembro. Todo o suporte pertinente à realização do encontro foi feito pelo CIJ.

c.4) apoio ao Fórum Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, com o acompanhamento das comunicações eletrônicas do grupo de discussão.



c.5) acompanhamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em consulta periódica às suas principais ações, especialmente as Resoluções, que têm sido remetidas aos Promotores de Justiça, por meio de Ofício-Circular, e o recebimento das comunicações eletrônicas. Destaca-se, em 2011, o encaminhamento aos Promotores de informações relativas às Resoluções n. 67 e 71, assim como a resposta a diversas consultas a respeito dessas normativas.

c.6) participação na Comissão Permanente de Defesa da Infância e Juventude (COPEIJE), integrante do Grupo Nacional de Direitos Humanos, representando o Procurador-Geral de Justiça, por meio da presença em quatro reuniões ordinárias e uma extraordinária em 2011. Outrossim, também foi realizado o acompanhamento das comunicações eletrônicas da Comissão.

c.7) parceria com a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP), acompanhando as comunicações eletrônicas e os boletins informativos. Participação do servidor psicólogo do CIJ no I Colóquio sobre Direitos Sexuais Infantojuvenis no Marco dos Direitos Humanos, promovido pela ABMP, em 28 e 29 de junho, na cidade do Rio de Janeiro, com o fito de elaboração de portal na *Internet* sobre o tema, assim como novas ações subsequentes no âmbito do enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.

c.8) participação no Conselho Nacional do Ministério Público, com a indicação de dois Servidores do CIJ para acesso ao Cadastro Nacional de Adoção, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em decorrência do Termo de Cooperação Técnica n. 08/2008. Trata-se de um banco de dados nacional contendo informações sobre crianças e adolescente aptos a serem adotados e pretendentes habilitados à adoção, cujo principal objetivo é agilizar os processos de adoção no País. Em 2011, a Coordenadora participou, como membro colaborador, em nove reuniões da Comissão de Infância e Juventude do CNMP, com o fito de desenvolver sistema informatizado para a inspeção das unidades de internação, semi-liberdade e acolhimento institucional. Também foi realizado o cadastramento dos Membros do MPSC para acesso ao Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL) e Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), ambos do CNJ, com



previsão de disponibilização de senhas em fevereiro de 2012.

c.9) apoio às atividades da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares (ACCT), por meio de acompanhamento das comunicações eletrônicas.

c.10) participação no Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina. No primeiro semestre de 2011, o CIJ acompanhou as comunicações eletrônicas e participou das Assembleias Ordinárias, quando possível. O CIJ prestou apoio, inclusive, na divulgação, para o Seminário sobre Trabalho Precoce em Santa Catarina, promovido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Santa Catarina (SRTE/SC), e Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina (FETI/SC), com o objetivo de discutir a implementação de políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil, especialmente nas suas piores formas. O evento ocorreu no dia 9 de junho de 2011, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça.

c.11) Cooperação Técnica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, por meio do Termo de Cooperação Técnica n. 028/2009, assinado em 7 de maio de 2009. Trata-se de renovação do Convênio de Cooperação Técnica n. 012/2002. Cabe ao Ministério Público: a) realizar, ou determinar, a apuração dos fatos comunicados pelo FNDE e que, em tese, constituam ilícito; b) remeter ao FNDE uma cópia do procedimento de apuração, acompanhado de manifestação do órgão do Ministério Público sobre a existência ou não de ilícito e, se possível, com os prejuízos quantificados e a autoria identificada; c) enviar, ainda, ao FNDE o resultado das apurações próprias realizadas sobre a execução de programas ou projetos educacionais de sua competência executados de forma descentralizada por órgãos ou entidade estadual, municipal ou não governamental no Estado de Santa Catarina; e d) prestar, tanto quanto julgar possível, outras informações solicitadas pelo FNDE e que sejam necessárias ao fiel cumprimento do instrumento.

c.12) apoio ao Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil, destacando-se as seguintes ações: a) acompanhamento das comunicações eletrônicas e divulgação de eventos promovidos; b) encaminhamento de material de campanha a Promotores de Justiça, alguns



Conselhos Tutelares e CRAS para atuação no dia 18 de maio, reconhecido como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

c.13) apoio às atividades da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho – Grupo RBS, com o acompanhamento das comunicações eletrônicas.

c.14) participação na Campanha Criança Não é de Rua - Campanha Nacional de Enfrentamento à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes, por meio de seminários estaduais, do sítio institucional, de fóruns de discussão e da cobertura da imprensa. No ano de 2011, o CIJ permaneceu acompanhando as comunicações eletrônicas.

c.15) acesso ao sistema SUASweb, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a fim de colocar à disposição dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude o acesso via *Internet* dos valores transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Estadual (FEAS) e Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), com vistas ao financiamento de Ações e Programas nas seguintes áreas: a) Proteção Social Básica, que inclui o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); b) Proteção Social Especial de Média Complexidade, que inclui o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e os Serviços de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual (Programa Sentinela) dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); e c) Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que inclui serviços oferecidos na forma de albergues, acolhimento institucional, acolhimento familiar, repúblicas, moradias provisórias e casas de passagem.

c.16) participação no Grupo de Trabalho do SIPIA CT-WEB, composto também pela ACCT, CEDCA e SST/SC. O SIPIA CT-WEB é um sistema de registro e tratamento de informações sobre a garantia dos direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, funcionando como um instrumento subsidiário e facilitador para a ação dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos. O CIJ participou das reuniões realizadas durante o ano de 2011, com a presença do psicólogo da equipe. O CIJ teve papel crucial nas ações do GT em 2011, remetendo Ofícios-Circulares (n. 008, 057

e 058) aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude com modelos de Recomendações aos Conselhos Tutelares e de Direitos, com o objetivo de fomentar o uso do sistema SIPIA-CT-WEB. Em julho de 2011, por exemplo, um total de 52 Conselhos Tutelares já utilizavam o sistema e alimentaram ao todo 6.164 fatos. O total de fatos registrados, em 4 de abril, era de 3.787. O CIJ também convidou os Membros do MPSC a obterem acesso direto ao Sistema SIPIA-CT-WEB, via Ofícios-Circulares n. 018 e 021. Cerca de 15 Promotores de Justiça responderam ao ofício e obtiveram suas senhas de acesso.

c.17) participação do servidor psicólogo do Centro de Apoio no Encontro Estadual das Assistentes Sociais do MPSC, no dia 18 de maio, como palestrante sobre o tema Saúde Mental Infantojuvenil: Rede de Atendimento, Desafios e Propostas para Atuação dos Técnicos do MPSC.

c.18) proposição e apoio do CIJ à criação do Serviço Disque Denúncia Estadual de violência contra crianças e adolescentes à ALESC: o CIJ realizou tratativas e reuniões com o fito de solicitar a apresentação de Projeto de Lei para a criação de disque denúncia estadual de violência contra crianças e adolescentes. Em 2011, o referido Projeto, PL 0405.7/2010, foi enviado à Comissão de Justiça e Cidadania. No segundo semestre, a Coordenadora do CIJ fez contatos com a Comissão e solicitou voz em Plenário no sentido de defender a aprovação do projeto. Tendo em vista que os deputados decidiram pela necessidade de iniciativa do executivo em relação ao PL, a ALESC enviará o projeto ao Governador do Estado em 2012.

c.19) proposição do CIJ para a edição de lei que discipline o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em *Lan Houses*, visto que a Lei Estadual n. 14.890/2009 se limita a prever a exigência de sistema de monitoramento por câmeras de vigilância e de manutenção de cadastro contendo dados de todos os usuários, sem fazer qualquer menção acerca do acesso e da permanência de crianças e adolescentes. Nesse sentido, obteve-se a aprovação da Lei n. 15.577 de 28 de setembro de 2011, a qual faz as emendas pertinentes na Lei n. 14.890/09.

c.20) Cooperação Técnica entre o MPSC, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Federação Catarinense dos Municípios, firmado em 2010, por ocasião do encontro regional promovido pelo CIJ Itinerante,

em Florianópolis, com a participação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude na elaboração. Essa parceria visa a assegurar que crianças e adolescentes tenham prioridade absoluta nos orçamentos públicos. Em 2011, o CIJ realizou uma reunião com os demais parceiros para discutir as estratégias de implementação das fiscalizações por parte do Tribunal de Contas do Estado e, ainda, promoveu a assinatura do Termo Aditivo prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2015.

c.21) elaboração de Subsídio de Atuação aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, com o encaminhamento de Parecer Psicológico e modelo de Recomendação visando à proibição da prática de implantação de um Projeto de Hipnose Condicionativa nas escolas públicas e particulares catarinenses, conforme formulado e divulgado na mídia pelo Instituto Brasileiro de Hipnologia. Posteriormente, foi realizada uma consulta às Promotorias de Justiça acerca da ação empreendida, tendo obtido retorno de 34 Promotores de Justiça informando não terem tomado conhecimento da proposição desse projeto em sua Comarca. Não obstante, destas respostas, 17 (50%) responderam ter expedido a referida Recomendação ou tomado outras medidas extrajudiciais pertinentes.

c.22) parceria na Campanha Estadual Adoção – Laços de Amor composta pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina (OAB/SC) e Tribunal de Justiça, elaborado com objetivo de reduzir o número de crianças abrigadas em instituições de acolhimento do Estado. As informações sobre a Campanha estão disponíveis no endereço: <http://www.portaladoacao.com.br/>. No primeiro semestre de 2011, dentre as ações da Campanha, o CIJ prestou apoio respondendo aos questionamentos externos apresentados via *Internet*, e enviou *kit* da Campanha aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude. O *kit* foi composto por camiseta, Estatuto da Criança e do Adolescente, Manual do PJ - Vol. II, dois adesivos e um *botton*. No segundo semestre, o CIJ permaneceu divulgando os eventos da Campanha aos Promotores de Justiça, como o Seminário com Grupos de Apoio à Adoção, realizado em julho, as audiências públicas sobre As Condições dos Processos de Adoção no Estado, realizadas em outubro e novembro, e o encontro natalino da Campanha.

c.23) articulação com a PGJ para encaminhamento de ofícios ao Governo do Estado solicitando a criação de lei com o fito de proibir a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes nos estabelecimentos comerciais. Em outubro, duas minutas de ofícios foram elaboradas pelo Centro, nos quais se incluíram justificativas para o pedido e, especialmente, a minuta sugerida de lei estadual com base em Projeto de Lei do Estado de São Paulo.

8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME)

O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	701
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	27
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	656
Pesquisas realizadas	106
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	158
Palestras ministradas	11
Eventos promovidos	3
Participação em reuniões	107
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	14
Participação em órgãos ou entidades externos representando a Instituição	26
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	26
Pessoas atendidas (do público externo)	291
Outras atividades de apoio (processos FRBL/CSMP/ pareceres técnicos)	36
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	9

8.3.5.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do meio ambiente ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção aos recursos hídricos, da prevenção e repressão à poluição por resíduos sólidos, do saneamento básico e da ordem urbanística.

8.3.5.1.1 Ordem Urbanística

Implementação de ações tendo em vista a cooperação dos órgãos que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos na questão da organização dos espaços urbanos habitáveis, como pressuposto essencial para uma convivência social saudável e democrática, visando a minimizar as ocupações irregulares onde se desenvolvem focos de práticas ilícitas, tal como tráfico de drogas, e, ainda, ter por fim o desenvolvimento de ações voltadas para a regularização de áreas habitadas, compatibilizando-as com os princípios e as normas da Lei do Parcelamento do Solo, Estatuto da Cidade e demais legislações aplicáveis à habitação no perímetro urbano.

8.3.5.1.2 Saneamento básico

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, no que diz respeito à inadequação da destinação dos resíduos sólidos domiciliares, minimizada pela implementação do Programa Lixo Nosso de Cada Dia. No mesmo norte, em face dos baixos índices de saneamento básico no Estado de Santa Catarina, deu-se prosseguimento aos propósitos do Inquérito Civil Público, com ações voltadas à elaboração dos Planos Municipais e Estadual de Saneamento Básico, além da estruturação das vigilâncias sanitárias e à instalação de sistemas individuais ou coletivos de recolhimento e tratamento e à superação dos problemas originários da destinação inadequada de esgotos sanitários, prevenindo eventuais danos à saúde da população e ao meio ambiente em todos os municípios de Santa Catarina.



8.3.5.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades descritas, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se as seguintes:

a) programas:

a.1) manejo de Resíduos Sólidos - Programa Lixo Nosso de Cada Dia: articulação entre o Ministério Público e os órgãos de proteção ambiental visando a acompanhar a sustentabilidade das ações já desencadeadas no decorrer do Programa Lixo Nosso de Cada Dia, tais como: os objetivos delineados nos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta e nas Ações Cíveis Públicas.

a.2) atuação para o Incremento do Esgotamento Sanitário: articulação entre o Ministério Público e os órgãos de proteção ambiental, que tem como objetivo elevar o atual índice de atendimento à população urbana do Estado de Santa Catarina com serviços adequados de esgoto. Pretende-se que os Municípios elaborem políticas e planos de saneamento básico e capacitem as vigilâncias sanitárias municipais para o trato da questão, além de iniciarem as obras de implantação da rede e de tratamento do esgoto sanitário doméstico.

a.3) atuação para a Regularização Fundiária: esse Programa volta-se ao cumprimento de uma das metas previstas no PGA 2010/2011 e que se projeta como meta para o PGA 2012/2013. Foram elaborados, pelo CME, em auxílio à atuação dos Promotores de Justiça, estudos comparativos entre a Lei n. 6.766/79 e a Lei n. 11.977/09 (Programa Minha Casa Minha Vida), além de minutas de Recomendação, TAC e ACP. Nos dias 18 e 19 de agosto de 2011, em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, foi realizado um seminário e um curso de capacitação afeto ao tema da regularização fundiária urbana e ações de prevenção de desastres (Seminário Ações de Regularização Fundiária Urbana e de Redução de Riscos de Desastres – uma Abordagem Interdisciplinar). Também foi realizada reunião de trabalho para discussão, dentre outros assuntos, de ajustes no lançamento do edital para credenciamento dos prestadores de serviço que poderão se habilitar na Secretaria da Assistência Social, visando à prestação dos serviços nos



municípios interessados, conforme metas elencadas no Termo de Cooperação Institucional e Plano Estadual de Regularização Fundiária.

b) ações:

b.1) na área do Programa Lixo Nosso de Cada Dia: buscou-se avaliar o andamento das próximas ações a serem implementadas no âmbito do Programa Lixo Nosso de Cada Dia e debater acerca da aprovação, no Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados, de projeto apresentado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental (ABES), intitulado Atualização do Projeto de Verificação da Sustentabilidade das Ações do Programa Lixo Nosso de Cada Dia, realizado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina. O objetivo desse Projeto é apoiar o desenvolvimento de ações integradas na área de resíduos sólidos urbanos, visando a contribuir para o monitoramento da qualidade ambiental da gestão de resíduos no Estado de Santa Catarina. Além disso, o projeto busca averiguar o necessário engajamento de instituições voltadas à proteção ambiental, a fim de estabelecer ações que possibilitem assegurar os resultados e as metas estabelecidas no Programa Lixo Nosso de Cada Dia.

b.2) na área do Programa de Saneamento Básico: com o intuito de avaliar o cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas firmados com o Estado e os Municípios, foram realizadas reuniões de trabalho, nos dias 7 de junho e 12 de julho, com o fim específico de acompanhar e avaliar o andamento das ações relacionadas ao Plano Estadual de Saneamento Básico, Planos Regionais e Planos Municipais de Saneamento Básico no Estado de Santa Catarina, em vista do programa institucional de Saneamento Básico do Ministério Público de Santa Catarina. Foi possível avaliar o teor dos Planos, conforme apresentação realizada pelo Consórcio de Empresas que estão elaborando os documentos. Por fim, também foram adotadas, pelos Promotores de Justiça, ações para apurar problemas relativos ao saneamento básico, conforme tabela a seguir:



Espécie	Quantidade
Ações Cíveis Públicas	35
Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas	79
Inquéritos Cíveis/Procedimentos Administrativos Preliminares	236

b.3) na área do Programa de Destinação das Embalagens de Agrotóxicos: foi realizada reunião em 11 de julho de 2011, que contou com a participação de representantes do CME, da Companhia Integrada do Desenvolvimento Agrícola em Santa Catarina (CIDASC), das Associações Gerenciadoras de Centrais de Recebimento de Embalagens de Agrotóxicos e do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), com o objetivo de avaliar o andamento do Programa de Destinação de Embalagens de Agrotóxicos, que visa a criar estrutura para que o agricultor devolva, em revendas ou postos de recebimento, as embalagens de agrotóxicos contaminadas; analisar o baixo crescimento do volume de embalagens devolvidas no Estado de Santa Catarina; verificar como o Ministério Público pode auxiliar na promoção das ações aventadas; averiguar o necessário engajamento de instituições voltadas à proteção ambiental, a fim de estabelecer ações que possibilitem assegurar os resultados e as metas estabelecidas no referido Programa. Além disso, foi realizada a apresentação do Sistema para Monitoramento do Comércio e Uso dos Agrotóxicos do Estado do Paraná (SIAGRO), concluindo-se pela constituição de Pré-Comissão, com a participação da Secretaria da Saúde, CREA/SC, Polícia Ambiental, FATMA, CIDASC e Ministério Público.

c) atividades desenvolvidas

c.1) Programa de Exploração Florestal Sustentável – Reflorestadoras: visando à regulamentação das atividades das empresas Reflorestadoras no Estado de Santa Catarina, nos moldes dos Termos de Ajustamentos de Condutas já efetivados com outras empresas, disciplinando a recomposição da vegetação em áreas já ocupadas com plantio de vegetação exótica (pinus/eucalipto), foram firmados TACs com as empresas Companhia Volta Grande de Papel (CVG) e Celulose Irani S.A. (Iraflor Comércio de Madeiras Ltda.),

respectivamente em 12 e 13 de dezembro de 2011.

c.2) Grupo de Atuação Especial em Defesa dos Direitos Animais (GDDA): o CME, em conjunto com a Administração Superior e os Promotores de Justiça, realizou reunião de trabalho, no dia 08 de julho, com o visio de debater sobre o Projeto de Criação do Grupo de Atuação Especial em Defesa dos Direitos dos Animais, que tem por escopo direcionado às questões afetas à defesa dos direitos dos animais domésticos, domesticados, silvestres e exóticos, especialmente voltado ao auxílio técnico e jurídico à atuação das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente. Busca-se definir prioridades e estratégias de atuação, visando a maior efetividade de atuação dos Órgãos do Ministério Público na defesa dos direitos dos animais no Estado de Santa Catarina.

c.3) Promotorias de Justiça Regionais: o CME atuou junto à Administração Superior para a criação de quatro promotorias regionais ambientais, as quais passariam a ter atuação integrada e por região hidrográfica (Meio Oeste, Planalto Canoinhas, Litoral Centro e Vale do Rio do Peixe), visando à complementação da atuação das Promotorias de Justiça de defesa do meio ambiente.

c.4) seminários: I) Seminário APPs Urbanas em Faixas Marginais: Estratégias de Atuação pelo MPSC: realizado no dia 11 de agosto de 2011, na Procuradoria-Geral de Justiça, o seminário foi voltado à capacitação de Promotores de Justiça com atribuição regional na defesa do meio ambiente, em cumprimento aos objetivos constantes no Ato n. 535/2010/PJ, que dispõe sobre as diretrizes para atuação das Promotorias Regionais de Defesa do Meio Ambiente, em especial no que diz respeito à ordem urbanística, no sentido de estimular programas gerais e setoriais voltados à regularização fundiária urbana e à regularização das áreas de preservação permanente em áreas urbanas consolidadas. Da mesma forma, o Seminário pretendeu também promover debates e a capacitação, nas respectivas temáticas, dos Promotores de Justiça Substitutos aprovados no último Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público de Santa Catarina. II) Seminário Ações de Regularização Fundiária Urbana e de Redução de Riscos de Desastres – uma Abordagem Interdisciplinar: promovido pelo CME, CCF e CEAF e realizado, em 18 e 19 de agosto de 2011, na Procuradoria-Geral de Justiça, o seminário teve por

objetivo trazer aos Membros do Ministério Público, Magistrados, Advogados, Gestores e Servidores Públicos em geral, maiores subsídios e capacitação para o enfrentamento de questões tormentosas relacionadas ao planejamento urbanístico e à política de regularização fundiária, aproximando essas políticas públicas das ações e intervenções desenvolvidas, de forma especial, pela Defesa Civil, na prevenção e combate aos desastres. Para tal intento, foram examinados, com maior ênfase, institutos jurídicos e ferramentas constantes no Estatuto das Cidades (Lei Federal n. 10.257/01), no Programa Federal Minha Casa Minha Vida, (Lei Federal n. 11.977/09) e na Lei Federal n. 12.340/10 e Estadual n. 10.925/98 (Defesa Civil). III) apresentação do Inventário Florístico-Florestal (FURB/FAPESC) e do Levantamento Aerofotogramétrico (SDS) de Santa Catarina: o encontro foi realizado em 30 de setembro de 2011 e pretendeu repassar ao conhecimento dos Promotores de Justiça Regionais do Meio Ambiente ferramentas importantes para a melhor atuação na defesa das diferentes bacias hidrográficas do Estado. IV) Capacitação e Planejamento de Atuação das Promotorias de Justiça Regionais: realizado, no dia 9 de dezembro de 2011, na Procuradoria-Geral de Justiça, o evento buscou capacitar os Promotores de Justiça com atribuição regional na defesa do meio ambiente em relação ao cumprimento dos objetivos constantes no Ato n. 535/2010/PGJ, que dispõe sobre as diretrizes para atuação das Promotorias Regionais de Defesa do Meio Ambiente, em especial no que diz respeito ao planejamento estratégico de atuação, e, ainda, no sentido de estimular e orientar na execução dos programas institucionais e setoriais voltados ao cumprimento do Plano Geral de Atuação previsto para área ambiental.

c.5) convênios: I) Termo de Cooperação Institucional para a Regularização Fundiária do Estado de Santa Catarina: firmado entre o Ministério Público Estadual, o Poder Judiciário e a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Educação, tem por objetivo a conjugação de esforços e ações para viabilizar os procedimentos necessários à concretização da regularização fundiária no Estado de Santa Catarina. II) Termo de Cooperação Institucional sobre Bens Inservíveis: celebrado entre Ministério Público, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Poder Judiciário Estadual, visa à conjugação de esforços e ações para possibilitar a liberação, alienação e destinação dos veículos e materiais inservíveis apreendidos ou recolhidos a depósitos, vinculados a processos judiciais, administrativos ou a inquéritos

policiais no âmbito do Estado de Santa Catarina.

c.6) código Florestal: o CME, por intermédio do Coordenador, participou de reuniões promovidas pelo Conselho Nacional dos Centros de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente (CONCAUMA), para discussão acerca de alterações do Código Florestal.

c.7) atividades de apoio: o CME, atendendo a solicitações de Órgãos de Execução, realizou diversos estudos sobre os mais variados temas ligados ao meio ambiente, tais como: construção em área de preservação permanente, parcelamento do solo urbano e rural, estudo prévio de impacto de vizinhança, saneamento básico, licenciamento ambiental, averbação de reserva legal, crimes ambientais, dentre outros.

8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie:	Quantidade:
Solicitações de apoio recebidas dos Órgãos de Execução	494
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	46
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	520
Pesquisas realizadas	564
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	348
Palestras ministradas	9
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	129
Participação em audiências públicas	1
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	9



Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	22
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	2.091
Pessoas atendidas (do público externo)	134
Outras atividades de apoio	433
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	22

8.3.6.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do consumidor ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção da saúde e segurança do consumidor, do serviço de atendimento ao consumidor, da qualidade dos produtos e serviços e do combate a cláusulas contratuais e práticas abusivas.

8.3.6.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se as seguintes:

a) ações:

a.1) Programa de Combate ao Uso Indiscriminado de Agrotóxicos em Alimentos: o MPSC, por intermédio dos Centros de Apoio Operacional do Consumidor (CCO) e do Meio Ambiente (CME), em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Diretoria de Vigilância Sanitária (VISA/SC), o Laboratório Central (LACEN), o Conselho

Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC), o Centro de Informações Toxicológicas (CIT/SC), a Polícia Militar Ambiental, o Ministério Público do Trabalho e a Secretaria de Estado da Agricultura, responsáveis pela fiscalização do uso e comércio de agrotóxicos, vem desenvolvendo trabalhos de cooperação técnica, como a promoção de medidas conjuntas educativas e repressivas, visando a coibir o uso ilegal de pesticidas em hortifrutícolas produzidas e comercializadas em Santa Catarina.

Para tanto, o CCO, com a cooperação da Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, monitora os resultados das análises de resíduos de agrotóxicos em hortifruticulturas coletadas no mercado consumidor da Grande Florianópolis em decorrência do programa federal PARA, promovido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde. Diante de eventuais irregularidades, o CCO procede à remessa dos referidos relatórios de análises para as Promotorias de Justiça em que as culturas são produzidas, acompanhados de material de apoio, minutas de ofícios, Recomendações e Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Além de potencializar os efeitos do programa PARA, o CCO, em auxílio às Promotorias de Justiça das Comarcas de São José e da Capital, contribui com a implementação e o aperfeiçoamento do Programa de Rastreamento de Produtores/Fornecedores e Monitoramento da Qualidade de Produtos, objeto do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com as Centrais de Abastecimento de Santa Catarina (CEASA), com o intuito de possibilitar o início de um processo de rastreabilidade da origem dos produtos (identificação das propriedades rurais onde são produzidos) e o desenvolvimento de ação prática de combate ao uso indiscriminado de agrotóxico junto ao agricultor e mercado. O CCO é responsável pela organização das coletas mensais de amostras de hortifrutícolas realizadas por coletores da Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual - e eventualmente participa das referidas coletas, realizadas no período noturno -, para monitoramento da qualidade e do rastreamento da origem desses produtos. Realizadas as análises provenientes dessas coletas, os laudos respectivos são mensalmente remetidos ao CCO, que os analisa, compila os resultados e, sendo constatada a presença de agrotóxico proibido nos alimentos, remete-os às Promotorias de Justiça do Estado em que as culturas são produzidas, acompanhados de material de apoio, tais como: minutas de ofícios,

Recomendações e Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Em 2011, houve remessa para as Promotorias de Justiça das Comarcas de Biguaçu e Urussanga. Caso se apure que os produtos são originários de outros Estados da Federação, o CCO providencia o encaminhamento ao Ministério Público respectivo. Houve o envio de laudos de análise e subsídios ao MP/PR (3), MP/SP (6), MP/RJ (1), MP/MG (1), MP/ES (1) e MP/RS (2), referente a produtos impróprios provenientes daqueles Estados.

Diante da análise dos resultados dos laudos advindos do Programa Federal PARA e do TAC firmado com a CEASA/SC, o CCO identifica as regiões nas quais a aplicação indiscriminada de agrotóxicos mostra-se incidente, objetivando o desenvolvimento de ações educativas e repressivas pelos órgãos de cooperação técnica, com o intuito de coibir o uso irregular de agrotóxicos. Em três ocasiões distintas, foram realizadas operações de fiscalização em propriedades rurais localizadas nos Municípios de Antônio Carlos, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado e Palhoça, bem como em estabelecimentos agropecuários dessas regiões, desenvolvidas por equipe formada por representantes da FATMA, CIDASC, MAPA, CREA/SC e Polícia Militar Ambiental, articuladas pelo Ministério Público, por intermédio do CCO.

Com o panorama de risco delineado à saúde do consumidor, do trabalhador rural e do meio ambiente, em virtude do uso ilícito de agrotóxicos, no início do ano de 2011, o CCO, em conjunto com o CME, instaurou o Programa de Combate ao Uso Indiscriminado de Agrotóxicos, visando ao envolvimento das Promotorias de Justiça para a adoção das providências em defesa da sociedade. Além disso, o CCO também realizou reunião com a Associação Catarinense dos Supermercadistas (ACATS), visando a garantir o apoio desta no sentido de fomentar a implantação do rastreamento das horticulturas comercializadas por seus associados e monitorar a qualidade dos produtos, subsidiando a realização de análises, o que de fato já vem ocorrendo em rede de supermercados da Grande Florianópolis. Foram realizadas análises em 123 amostras envolvendo a horticultura de alface (14), banana (5), batata (1), beterraba (5), cebola (5), cenoura (10), couve (10), laranja (5), morango (20), pepino (10), pimentão (13) e tomate (25).

A despeito desse Programa ainda estar na fase inicial, ações rotineiras envolvem parte da equipe do CCO, sobretudo no que tange à realização de reuniões com diversas entidades (FATMA, CIDASC, EPAGRI, ACATS, SESI, CEASA), a fim de estimular execução do Programa, bem como de assegurar a análise mensal de 10 laudos técnicos.

a.2) Programa de Proteção Jurídico-Sanitária de Consumidores de Produtos de Origem Animal: visando a propiciar à população catarinense proteção jurídico-sanitária relativamente à produção e comercialização de produtos de origem animal, são realizadas, pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina e seus parceiros (Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado) operações mensais em diversas regiões do Estado, envolvendo, em média, seis Promotores de Justiça. Nesse sentido, o CCO estabelece contato pessoal com os Promotores de Justiça, articula com os órgãos parceiros a logística das operações (CIDASC, VISA, MAPA, PM, CRMV), prepara e envia material de apoio (peças extrajudiciais e, eventualmente, judiciais) e de informação, para subsidiar a atuação do Órgão de Execução. Em 2011, foi prestado apoio na articulação e organização de 115 fiscalizações promovidas pelos órgãos parceiros do Programa e pelas Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, em vários Municípios catarinenses, a fim de coibir a comercialização de produtos impróprios ao consumo e interditar abatedouros clandestinos, resultando na fiscalização de 782 estabelecimentos (comerciais e de produção) e na apreensão e inutilização de aproximadamente 109.102,76 Kg de produtos impróprios ao consumo. Desses, 47.180,54 Kg são de carnes e derivados não inspecionados (clandestinos). Essas ações já constituem rotina tanto dos órgãos envolvidos quanto das Promotorias de Justiça, as quais orientam as equipes coordenadas pelos médicos veterinários da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Houve o encaminhamento às Promotorias de Justiça, onde ocorreram as ações de fiscalização, de material educativo elaborado pelo CCO, minutas de TAC, modelos de ACP, denúncia, mandado de busca e apreensão e subsídios legislativos e jurisprudenciais. Além disso, foram realizadas sete reuniões com os órgãos parceiros (VISA/



SC, CIDASC e MAPA), visando à padronização das ações do Programa, no que concerne ao beneficiamento de carnes e derivados (fatiamento para reembalagem, adição de temperos, etc.) por açougues, além da revisão, em conjunto, das normas sanitárias para que seja proposta alteração legislativa, caso se repute pertinente.

a.3) expediente de Apoio n. 020/2003, que tem por fim apurar e coibir o excesso de água em frangos congelados: deu-se continuidade às atividades programadas, tendo sido solicitadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) novas operações de coletas de amostras no comércio e na indústria, visando a averiguar o teor de água nos produtos, como forma de monitorar a adição de água nos frangos comercializados ou produzidos no Estado de Santa Catarina e, por consequência, combater a fraude. Em relação ao glaceamento de pescados, foram coletadas e analisadas 106 amostras, dentre aqueles comercializados ou produzidos no Estado de Santa Catarina.

a.4) acompanhamento da água tratada e distribuída: foram atendidas 12 solicitações de apoio das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, referentes a inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados para verificar as condições do controle e vigilância da qualidade da água. Foram ainda analisados diversos laudos técnicos, sobre a qualidade da água tratada e distribuída em 18 Municípios catarinenses. Além disso, procedeu-se à remessa aos Promotores de Justiça de relatórios concernentes à qualidade da água de 22 Municípios, acompanhados de minutas de TACs e modelos de Recomendação. Por fim, deu-se início ao processo de revisão dessa proposta de atuação, objetivando o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público e o fomento da parceria com o Estado, na busca de melhoria da estrutura para fiscalizações e análises laboratoriais.

a.5) Estatuto do Torcedor: em cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica n. 054/2010, que tem por objeto o controle das condições sanitárias e de segurança nos estádios desportivos utilizados em competições organizadas pela Federação Catarinense de Futebol, para o acompanhamento da conformidade dos laudos técnicos exigidos pela legislação, buscando estabelecer uma rotina de trabalho entre os órgãos envolvidos, além da efetiva segurança do consumidor, coibindo partidas em estádios que não apresentem



totais condições de segurança, sanitárias e de higiene e controle preventivo e de combate a incêndio, em conformidade com a Lei n. 10.671/2003, Decreto n. 6795/2009, Portaria n. 124/2009 do Ministério do Esporte (substituída pela Portaria n. 238/2010) e Código de Defesa do Consumidor –, foram encaminhados os laudos às Promotorias de Justiça dos municípios em que estão situados os estádios fiscalizados, em razão de vistorias feitas pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, CREA e VISA, além de minuta de TAC, para adoção das providências eventualmente cabíveis. A esse respeito, interessante destacar a cooperação dos clubes (nos estádios com capacidade superior a 10.000 torcedores) em implementar controle e fiscalização de acesso do público ao estádio e central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente, em observância ao disposto nos artigos 18 e 25 do Estatuto do Torcedor.

a.6) comércio de GLP: tendo em vista o Convênio n. 06/2009 – ANP, celebrado entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com vistas a estabelecer cooperação técnica e operacional para fiscalização das atividades relativas ao setor de revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), assim como o Termo de Cooperação Técnica n. 053/2010 celebrado entre o MPSC e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBM) para promover a atividade de fiscalização da revenda de GLP no Estado, visando à segurança das instalações e dos recipientes, com a proteção do consumidor e da sociedade em geral, na forma da legislação e nas normas brasileiras em vigor, foram analisados 105 laudos técnicos oriundos de operações mensais organizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, com participação do Ministério Público. Após análise e triagem, os respectivos laudos foram remetidos às Promotorias de Justiça dos municípios com situações de irregularidade, além do envio de material de apoio para a realização das medidas eventualmente cabíveis.

a.7) ampliação do Serviço de Atendimento ao Consumidor (PROCON): deu-se continuidade às atividades programadas, com a elaboração e o aperfeiçoamento de projeto estadual para regionalização de Procons Municipais, com troca de informações com o PROCON estadual. A esse respeito, realizaram-se reuniões em Criciúma; acompanhou-se a implementação

do aludido Projeto na Região de Lages, que está trabalhando no legislativo municipal para fortalecer a defesa do consumidor, por meio da criação de uma Secretaria de Defesa do Consumidor; providenciou-se a elaboração de projeto para regionalização, na comarca de Pinhalzinho, de Procons Municipais; e remeteu-se material de apoio para as Promotorias de Justiça de Rio do Campo, Armazém e Garuva.

a.8) Programa Combustível Legal: foram analisados pela equipe do CCO 330 laudos técnicos sobre a qualidade do combustível e conformidade das vendas. Após a triagem (de adequabilidade ou não), todos foram remetidos às Promotorias de Justiça com indicação das impropriedades – quando existentes – como prenúncio de ações extrajudiciais ou judiciais a serem adotadas pelos Órgãos de Execução, com o auxílio do CCO. Além disso, o CCO atuou no gerenciamento das informações prestadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), acerca dos índices de irregularidades na qualidade dos combustíveis e em 360 coletas de combustíveis para análise e remessa dos laudos aos Promotores de Justiça do Estado.

a.9) combate a irregularidades no serviço de telefonia: o CCO procedeu à remessa de material para auxiliar as Promotorias de Justiça no combate a cláusulas contratuais e práticas abusivas no fornecimento do serviço de telefonia e na verificação do cumprimento do plano de metas estipulado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). No segundo semestre, foi dado início a um processo de cooperação com a Anatel objetivando aperfeiçoar a atuação do Ministério Público e o fomento na parceria e melhoria da estrutura para atender às demandas dos consumidores.

a.10) combate a cartéis e demais infrações contra a ordem econômica: atuação com base no Termo de Cooperação Técnica e Operacional firmado com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, visando a reprimir cartéis e outras infrações contra a ordem econômica nas relações de consumo. Foram atendidas solicitações de apoio envolvendo a existência de concorrência desleal, pelo fato de a empresa oferecer benefícios aos estabelecimentos que obtiveram maior número de vendas do produto (uma ocorrência) e práticas de cartel na formação de preço do leite e da gasolina, com elaboração de minuta de representação dirigida à Secretaria de Direito

Econômico do Ministério da Justiça, por eventual caracterização de infração contra a ordem econômica (duas ocorrências).

a.11) acompanhamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQPH): participação nas reuniões quinzenais, que se iniciaram no mês de fevereiro, com o intuito de acompanhar a garantia da qualidade de materiais, componentes e sistemas construtivos; a garantia de qualidade de projetos, obras, formação e requalificação de mão de obra em todos os níveis; o combate à não conformidade intencional de materiais, componentes e sistemas construtivos; e a melhora na qualidade de gestão nas diversas formas de projetos e obras públicas e privadas. No primeiro semestre, o CCO, atendendo solicitação formulada pelo grupo de trabalho que acompanha o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat - PBQPH, analisou todas as ensaios encaminhados pelas empresas de cerâmicas (fabricantes de blocos cerâmicos) dos produtos fabricados sujeitos à Portaria n. 127/05/INMETRO e às NBR 15270-1 e 15270-2. Assim, de posse dessas informações, o CCO comunicou as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor acerca do cumprimento das avenças estipuladas em Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com algumas empresas. Nos casos em que não houve TAC firmado, comunicou-se acerca das irregularidades constatadas, a fim de viabilizar a propositura de acordo e adequação da fabricação desses blocos às respectivas normas técnicas. Por fim, em reunião realizada nas sedes do MPSC, o CCO propôs aos parceiros que fosse aperfeiçoada a metodologia de trabalho, de modo a buscar a otimização e efetividade dos procedimentos e obras como o Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida. Para tanto, sugeriu a atuação fiscalizatória direta e aleatória nos estabelecimentos, além da remessa dos relatórios de ensaio que acusarem irregularidades às Promotorias de Justiça competentes, para a adoção das providências legais cabíveis, tendentes à melhoria dos produtos e serviços. Lembrou-se, ainda, da necessidade de retomar o diálogo com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para o fim de recomendar aos órgãos públicos a observância de normas técnicas na contratação de obras e serviços.

a.12) parecer técnico-jurídico: o CCO, ante as solicitações dos Órgãos de Execução, emitiu parecer e realizou estudos sobre diversos temas afetos aos direitos do consumidor, tais como: abusividade no aumento da passagem de

transporte público coletivo; controle, manutenção e fiscalização de sistema de abastecimento de água; cláusula abusiva em plano de saúde; cobrança de taxa abusiva de esgoto; cobrança de taxas para expedição de diploma em curso técnico; fidelização dos planos de telefonia celular; passagens rodoviárias para idosos; crimes contra às relações de consumo, dentre outros.

8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF)

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	695
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	13
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	683
Pesquisas realizadas	246
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	326
Palestras ministradas	2
Eventos promovidos	2
Participação em reuniões	46
Participação em audiências públicas	1
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	8
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	13
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	
Pessoas atendidas (do público externo)	164
Outras atividades de apoio	206
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	43

8.3.7.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público, por intermédio do CCF, foi voltada, prioritariamente, para prevenir, evitar, impedir ou reduzir o uso ou a dependência de drogas, além do tratamento e da reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

8.3.7.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se as seguintes:

a) programas:

a.1) Programa de Combate à Abusividade de Cobrança no Sistema Único de Saúde (SUS): objetiva reprimir a abusividade de cobrança por serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas à garantia de acesso universal, igualitário, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde do cidadão catarinense. O Programa também possibilita uma visão estatística sobre as demandas dirigidas às Promotorias de Justiça, especialmente pelo Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Estadual de Saúde. A tabela seguinte refere-se ao período de 1996 a dezembro de 2011:

Processos	Quantidade	%
Abertura de PAP	10	1,19%
Abertura de Inquérito Civil	13	1,55%
Requisição de Inquérito Policial	152	18,16%
Ajustamento de Conduta	0	0,00%
Ação Civil Pública	1	0,12%
Denúncia	132	15,77%



Arquivado	93	11,11%
Não informado	436	52,09%
Comunicado a entidade CREMESC	10	1,36%

a.2) Programa de Fiscalização de Internações Psiquiátricas Involuntárias: objetiva proteger as pessoas portadoras de transtornos psíquicos de eventuais abusos e fiscalizar as internações psiquiátricas involuntárias, nos termos da Lei Federal n. 10.216/2001. Além disso, visa a permitir a análise de comunicações de internações, de prorrogações e alta de internações e, nas hipóteses de descumprimento das recomendações, adoção de medidas aptas à proteção dos direitos das pessoas internadas. Tendo em vista a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica n. 012/2008 entre o Ministério Público, o Instituto São José, o Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina - IPq e o Hospital Santa Catarina de Blumenau, que trata do Cadastro de Internações Psiquiátricas Involuntárias (CIPI), o qual objetiva viabilizar o preenchimento das comunicações de internações, de prorrogações e alta de internações pela *Internet*, foram contatadas Promotorias de Justiça da Cidadania de diversas Comarcas e hospitais psiquiátricos e hospitais que possuem leitos psiquiátricos no Estado, sendo firmados Convênios de Cooperação com o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, o Hospital Casa de Saúde Rio Maina Ltda. – Clínica Psiquiátrica, a Fundação Hospitalar de Curitibaanos – Hospital Hélio Anjos Ortiz, o Hospital São Roque Sociedade Beneficente e a Clínica Reviver (estes dois últimos da Comarca de Joaçaba), o Hospital São José, no Município de Bocaina do Sul e o Hospital de Caridade Nossa Senhora dos Prazeres (ambos na Comarca de Lages), possibilitando ao Promotor de Justiça a fiscalização mais ágil das internações psiquiátricas involuntárias. Outros hospitais psiquiátricos ou que possuam leitos psiquiátricos serão igualmente contatados para a celebração de cooperação nos moldes mencionados.

a.3) Programa de Vistoria a Entidades Asilares: consiste na visitação pelo Ministério Público de asilos, clínicas ou similares, realizada em conjunto com a Vigilância Sanitária, Conselho Estadual ou Municipal de Assistência Social, Conselho Estadual ou Municipal do Idoso, Corpo de Bombeiros e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, para fiscalização,



nos termos da Política Nacional do Idoso. Esse Programa encontra-se em fase de execução, e o CCF tem permanentemente auxiliado os Membros do Ministério Público na sua execução, especialmente realizando os contatos com as Instituições, os Órgãos e as Entidades conveniadas para a realização dos objetivos elencados no Programa.

a.4) Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações: objetiva gerenciar o Banco de Dados de Fundações, criado pelo Ato n. 00059/MP/2002, que normatizou e padronizou a forma de prestação de contas anual das fundações privadas ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina. O Programa utiliza sistema informatizado elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), denominado Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP). A situação atual das fundações privadas cadastradas no SICAP é a seguinte: 192 estão ativas (45 na Capital e 147 no interior); 40 foram extintas; e 28 estão em processo de extinção. Prestaram contas, em relação ao ano-base de 2010, 126 fundações. Foram apresentadas, ainda, outras 65 prestações de contas retificadoras de exercícios anteriores.

a.5) Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida: objetiva promover a adequação dos espaços públicos e privados às normas relativas à acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e obstáculos, de modo a garantir o acesso livre e com autonomia àquelas. Em 2011, foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica n. 031/2011, entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de promover o intercâmbio e a cooperação técnica, científica e operacional entre as partes celebrantes, visando estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização de forma a assegurar o cumprimento das normas de acessibilidade nos passeios públicos e nas edificações de uso coletivo em Santa Catarina, envolvendo a elaboração de requisitos e a sua operacionalização, por intermédio de ações preventivas, educativas e fiscalizatórias. Em anos anteriores, com a mesma finalidade, já haviam sido firmados os Termos de Cooperação Técnica n. 069/2009 e 071/2009, dos quais são signatários o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a

Federação Catarinense dos Municípios, a Ordem dos Advogados do Brasil - seccional de Santa Catarina, a Universidade do Estado de Santa Catarina, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais, a Fundação Catarinense de Educação Especial e a União dos Vereadores de Santa Catarinense.

a.6) Programa de Orientação e Vistoria às Comunidades Terapêuticas: objetiva a realização de vistorias e, se for o caso, correções pelo Ministério Público, em conjunto com a Vigilância Sanitária Estadual - eventualmente com a Municipal -, Corpo de Bombeiros Militar (CBMSC), Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), das atividades desenvolvidas em comunidades terapêuticas e outros estabelecimentos que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, com o intuito principal de fazer com que tais estabelecimentos exerçam suas atividades em consonância com as normas contidas na Resolução RDC n. 29/2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado, ao espaço para atividades e às rotinas de funcionamento e tratamento. Em 2011, foram realizadas inspeções em todas as 97 comunidades terapêuticas localizadas no Estado, visando ao diagnóstico e à correção das irregularidades apuradas.

a.7) capacitação dos Membros e Servidores sobre o combate às drogas ilícitas: criação, no âmbito do Ministério Público, de cursos de capacitação para enfrentamento da problemática das drogas ilícitas no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de orientar Membros e Servidores do Ministério Público no que diz respeito às drogas e aos seus efeitos sobre a mente e o próprio desenvolvimento físico de pessoas menores de 18 (dezoito) anos de idade.

b) ações:

b.1) dengue: diante de informações enviadas pela Secretaria de Estado da Saúde, foi verificada a necessidade de acompanhamento contínuo do Programa de Controle Sanitário da Dengue no SUS, razão pela qual o CCF, desde 2007, vem promovendo ações de prevenção epidemiológica e informando todas as Promotorias de Justiça com atuação na Cidadania sobre as condições

encontradas em suas Comarcas. Além disso, o CCF tem alertado sobre os riscos da proliferação do inseto e sugerido o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos Municípios no combate ao mosquito e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, caso necessário, com a disponibilização de minutas de Recomendação, Termos de Ajustamento e Ações Civas Públicas. Durante o ano de 2011, o CCF prosseguiu no acompanhamento dos números no Estado, remetendo às Promotorias de Justiça relatórios de irregularidades enviados pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde, auxiliando os Órgãos de Execução do Ministério Público no que concerne à implementação das medidas de prevenção necessárias (Recomendações, TAC ou ACP) para impedir a evolução dos casos de dengue em Santa Catarina.

b.2) acessibilidade: objetivando dar efetividade aos Termos de Cooperação Técnica aludidos no item “a.1” deste, foi realizado, em Chapecó, no dia 29 de abril de 2011, o primeiro Seminário do Projeto SC Acessível, capitaneado pelo Ministério Público de Santa Catarina, onde foram apresentadas à população da região do meio oeste, oeste e extremo oeste do Estado diversas palestras enfocando temas relativos aos direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e dos deveres do Poder Público e da sociedade. Ainda, por conta dos mencionados Termos de Cooperação, representantes das instituições signatárias reuniram-se no CCF para tratar sobre questões relativas ao tema acessibilidade.

b.3) defesa Civil: o CCF acompanhou e prestou apoio técnico-jurídico às Promotorias de Justiça com atuação nas comarcas onde estão situados os municípios atingidos por desastres naturais no ano de 2011, encaminhando estudos e peças processuais referentes ao dever do Poder Público quanto ao ordenamento urbano, especialmente na proibição de ocupação de áreas de risco e assistência à população atingida.

b.4) fundações: o CCF, no ano de 2011, diante da necessidade de fiscalização dos atos de instituição e dos estatutos das entidades fundacionais privadas, orientou os Promotores de Justiça na apreciação de minutas dos atos de criação e de propostas de estatutos, visando a assegurar o atendimento das normas relativas à viabilidade e concretização das finalidades das fundações, especialmente para atendimento do Ato PGJ n. 125/2005, para a proteção ao patrimônio e interesses sociais associados àquelas entidades.

b.5) acesso universal e integralidade da assistência no Sistema Único de Saúde (SUS): deu-se continuidade às ações de suporte aos Promotores de Justiça, visando a garantir ao cidadão o acesso universal, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com integração das Promotorias de Justiça com atribuição na defesa da saúde aos órgãos públicos de saúde, notadamente da Secretaria Estadual da Saúde.

b.6) reuniões, palestras e outros eventos: o CCF participou de reuniões, palestras e outros eventos para tratar de diversos assuntos relacionados às atividades do Centro de Apoio Operacional, sobretudo aquelas referentes à prestação de serviços de saúde pública e à acessibilidade.

8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON)

O Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	120
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	34
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	86
Pesquisas realizadas	117
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	54
Palestras ministradas	2
Participação em reuniões	23
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	2
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	5
Pessoas atendidas (do público externo)	20
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	6

8.3.8.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do controle de constitucionalidade ocorreu de modo a dar continuidade a ações que visam à harmonização das atividades dos diversos Órgãos de Execução do Ministério Público, no que tange ao aforamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, estimulando-os, a partir do exercício ordenado e sistemático do controle concentrado de constitucionalidade, a manter os ordenamentos jurídicos municipais e estaduais dentro dos parâmetros definidos pelos princípios e pelas normas constitucionais.

8.3.8.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se as seguintes:

a) ações:

a.1) controle de constitucionalidade de leis e atos normativos estaduais: deu-se continuidade à averiguação constante das normas editadas no âmbito estadual, mediante leitura e análise do diário oficial do Estado, a fim de identificar leis e atos normativos contrários à Constituição do Estado de Santa Catarina.

a.2) apoio a Órgão de Execução: durante o ano de 2011, o CECCON prestou suporte técnico e jurídico aos Órgãos de Execução, quer realizando estudos, pesquisas e minutas de peças jurídicas, quer orientando e elaborando teses sobre temas afetos à constitucionalidade das leis, auxiliando nas funções próprias de acompanhamento da constitucionalidade. Pode-se afirmar que os temas mais recorrentes objetos das solicitações de apoio continuam a referir-se às leis que versam sobre a criação de cargos e funções comissionadas sem atribuição, bombeiros voluntários, contratações temporárias, remuneração



de Servidores, matéria tributária, separação de poderes, vício de iniciativa, alteração de normas urbanísticas sem prévia audiência pública e sobre meio ambiente ecologicamente equilibrado.

a.3) Programa Efetividade das ADIns: tem por objetivo controlar o efetivo cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade, constatando eventual dano ao erário, necessidade de desfazimento de atos de efeitos concretos ou a adoção de outras medidas, tudo conforme a Portaria n. 002/2009/CECCON. No período de janeiro a dezembro de 2011, foram expedidos 14 ofícios a Prefeitos Municipais e instaurados 16 procedimentos administrativos destinados à verificação do cumprimento de decisões judiciais proferidas em sede de controle abstrato. Dos aludidos procedimentos, sete já foram arquivados em virtude de resposta indicativa de que houve o efetivo cumprimento. Ainda quanto à efetividade das ADIns, ressaltam-se as medidas quanto ao cumprimento das decisões envolvendo licitação para o serviço de táxi e do Mercado Público da Capital.

a.4) pareceres na condição de *custos legis*: o CECCON, atuando por delegação do Procurador-Geral de Justiça, emitiu pareceres, na condição de fiscal da lei, em 146 processos envolvendo o controle concentrado de constitucionalidade, além de ter aforado 29 ações diretas, sendo 26 em face de atos legislativos municipais e três contra normas estaduais. Dessas, uma já foi julgada procedente (ADI n. 2011.019723-5), duas foram extintas sem resolução do mérito por perda superveniente do objeto (ADIs n. 2011.017090-9 e n. 2011.024965-1) e o restante está em andamento.

a.5) representações ao Procurador-Geral da República: foram elaboradas minutas de Representações de inconstitucionalidade para serem enviadas à Procuradoria-Geral da República, versando sobre a Lei n. 15.381/2010 (Lei da Ficha Limpa Estadual) e sobre a Lei Complementar Estadual n. 477/2009, que dispõe a respeito de serviços notariais e registro público.

a.6) vale mencionar, ainda, a atuação do Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade nas questões atinentes à inserção dos Bombeiros Voluntários na realidade fático-jurídica catarinense. Em especial, registra-se que foram propostas ações diretas em face de leis municipais que não



se coadunavam com a Constituição Estadual quando da disciplina da matéria. Ademais, diversas reuniões com representantes do Corpo de Bombeiros Militar e do Corpo de Bombeiros Voluntários foram realizadas no intuito de solucionar juridicamente o embate de atribuições entre aqueles.

a.7) por fim, sublinha-se a atuação direta da Coordenadoria-Geral do CECCON perante o Supremo Tribunal Federal, consistente em reunião com o Ministro José Antônio Dias Toffoli e ajuizamento de agravo regimental e impugnação à Reclamação n. 11.613.

8.3.9 Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP)

O Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	832
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	47
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	347
Pesquisas realizadas	11.829
Palestras ministradas	2
Participação em reuniões	155
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	61
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	8
Outras atividades de apoio	191



8.3.9.1 Atividades realizadas e resultados obtidos

a) ações

a.1) pesquisas científicas, perícias ambientais, estudos e vistorias: em 2011, o CIP recebeu 645 solicitações de assessoramento técnico, dentre as quais se destacam: I) na área da Arquitetura e Urbanismo: as avaliações de imóveis urbanos e as perícias em edificações de uso público ou coletivo para verificação das condições de acessibilidade; II) na área das Ciências Biológicas: a aplicação dos conhecimentos técnicos na resolução de conflitos e questionamentos relacionados ao meio ambiente, sobretudo na identificação de áreas protegidas e de relevante interesse ecológico, na caracterização dos tipos vegetacionais presentes no Estado e dos estágios de regeneração de remanescentes da Mata Atlântica; na identificação de impactos e degradação ambiental; no fornecimento de sugestões e diretrizes quanto à aplicação de medidas compensatórias de caráter indenizatório e à recuperação de áreas degradadas; na avaliação de estudos ambientais e na identificação da fauna; III) na área da Engenharia Agrônômica: a avaliação de imóveis rurais, a avaliação econômica e a adequação do uso de máquinas e equipamentos, a utilização de agrotóxicos, a identificação de espécies cultivadas, a utilização de agrotóxicos, as perícias em reflorestamentos e beneficiamento de produtos florestais e as atividades pecuárias; IV) na área da Engenharia Cartográfica: a análise e interpretação de imagens de satélite, atuais ou históricas, associadas a toda natureza de informações cartográficas, com o fim de realizar o mapeamento das atividades antrópicas sobre áreas de preservação, áreas públicas, áreas envolvidas em irregularidades ou projetos de interesse público; V) na área da Engenharia Sanitária e Ambiental: o gerenciamento e a disposição final de resíduos sólidos; a avaliação da eficiência de sistemas de tratamento e abastecimento públicos de água e verificação de análises da potabilidade; as avaliações da eficiência de sistemas de coleta e tratamento de efluentes líquidos, a exemplo de esgotos sanitários e industriais; a verificação de projetos e obras hidráulicas, tais como o dimensionamento de canais de drenagem urbana; e a avaliação de medidas de controle da poluição atmosférica e outros aspectos relacionados ao saneamento ambiental; VI) na área da Geologia: a definição do grau de risco de ocorrência de deslizamentos e inundações, com sugestões de planejamento urbano e



implementação de obras de contenção para minimizar os risco de desastres naturais no Estado; VII) na área da engenharia civil: vistorias para a verificação de conformidade entre projeto e obras efetivamente executadas, análises de edificações e de viabilidade de obras públicas ou privadas; e VIII) na área das ciências contábeis: análise de prestação de contas e viabilidade econômica de planos orçamentários e de instituição de entidades fundacionais e realização de cálculos em liquidação de sentença, dentre outras perícias.

a.2) investigações especiais, inteligência, contra-inteligência e segurança Institucional: no que diz respeito a essas atividades, o CIP realizou inúmeras tarefas, seja na deflagração de operações, seja na participação conjunta com os Promotores de Justiça em investigações, visando ao combate ao crime organizado, especialmente nas áreas afetas à moralidade administrativa, aos crimes de natureza violenta (com uso de armas de fogo) e à sonegação fiscal, as quais, por conta da necessidade de manter-se sigilo, não podem ser divulgadas. Além disso, o CIP teve atuação efetiva na proteção e segurança da Instituição e de seus Membros.

8.4 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, como Órgão Auxiliar, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Apoios operacionais oferecidos a eventos promovidos diretamente por outros órgãos internos e externos	518
Análises de pedidos de apoio financeiro para participação em eventos de capacitação e aperfeiçoamento	37
Expedição de certidões e certificados	1.418
Participação em reuniões de trabalho internas e externas	140
Elaboração de minutas para publicações diversas	8

Eventos realizados	Participantes	Período	Carga horária
Conhecendo a Instituição – Café com PGJ	300	2011	-
Reunião de Trabalho da Comissão Permanente de Adoção de Medidas de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais	25	10 e 11 de fevereiro	16h/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV – 3º Módulo: Conselhos e Movimentos Sociais	21	10 e 11 de fevereiro	16h/a
<i>Workshop</i> Excelência em Gestão Pública	150	15 de fevereiro	3h
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV – 4º Módulo: Noções ao Gerenciamento de Promotorias de Justiça	21	17 e 18 de março	16h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC 2011	390	abril a dezembro	384h/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV – 5º Módulo: Crimes Cibernéticos – da Prevenção à Investigação	21	11 e 12 de abril	16h/a
Curso: Crimes Cibernéticos – da Prevenção à Investigação	83	11 e 12 abril	16h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Planejamento Estratégico	30	12, 13, 14, 15 e 19 de abril	20h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Gestão por Processos (Módulo Condensado)	30	28, 29 e 30 de abril	30h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Gestão de Almoxarifado e Patrimônio	30	10, 11, 12 de maio, 7, 8 e 9 de junho	24h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Fundamentos em Gerenciamento de Projetos	30	16, 17, 23, 24, 25, 26, 30 e 31 de maio	32h/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV – Acompanhamento Psicológico dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório	21	18 de maio	-

Seminário de Aperfeiçoamento Profissional das Assistentes Sociais do Ministério Público de Santa Catarina	17	18, 19 e 20 de maio	26h e 30m/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV – 6º Módulo: Redação Jurídica	21	19 e 20 de maio	16h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Planejamento Estratégico (Nova Turma)	30	13, 15, 20, 27 e 29 de junho, 4 e 6 de julho	28h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Excelência em Gestão Pública	30	14, 16, 21, 28 e 30 de junho, 5, 7, 12 e 14 de julho	36h/a
Encontro de Informação e Orientação sobre Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA/SC	200	16 de junho	6h/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV – 7º Módulo: Encontro de Informação e Orientação sobre Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA/SC, Técnicas de Perícia Fonética e Temas afetos à atuação criminal e a atuação dos GAECOS	21	16 e 17 de junho	16h/a
I Seminário Nacional Ministério Público, Memória e Cidadania e II Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público	120	21 e 22 de julho	16 h/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV – 8º Módulo: Seminário Nacional Ministério Público, Memória e Cidadania	21	21 e 22 de julho	12h/a
Seminário A Lei n. 12.403/2011 e seu Impacto sobre a Atuação do Ministério Público	200	29 de julho	7h/a
Curso de Ingresso na Carreira do MPSC: XXXV Concurso	16	1º a 26 de agosto	160 h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Fundamentos em Gerenciamento de Projetos – Nova Turma	30	3, 5, 8, 10, 12, 15, 17 e 19 de agosto	32h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC - 2011 Curso: Liderança para Gestores	30	3, 4, 9 e 11 de agosto	20h/a
Custos Rodoviários, Ferroviários, Aquaviários e de Edificações - SICRO 3	30	9 e 10 de agosto	16h/a

Seminário APPS Urbanas em Faixas Marginais: Estratégias de atuação pelo Ministério Público de Santa Catarina	20	11 de agosto	8h/a
<i>Workshop</i> Jurisdição Constitucional: Abordagem Teórico e Prática sobre Recursos Especial e Extraordinário	15	12 e 16 de agosto	8h/a
Seminário Ações da Regularização Fundiária Urbana e de Redução de Riscos de Desastres – uma Abordagem Interdisciplinar	242	18 e 19 de agosto	20h/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV - 9º Módulo: Seminário Ações da Regularização Fundiária Urbana e de Redução de Riscos de Desastres – uma Abordagem Interdisciplinar	21	18 e 19 de agosto	8h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Redação Oficial e Assessoria (Módulo Condensado)	30	1º, 2 e 3 de setembro	30h/a
Curso de Ingresso dos Servidores do Ministério Público de Santa Catarina 2011	60	14 e 15 de setembro	13h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Gestão por Processos – Nova Turma	30	20, 22, 23, 27, 29 e 30 de setembro e 4, 6 e 7 de outubro	36h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: Redação Oficial	32	11, 13, 18, 20, 25, 27 de outubro e 1º e 3 de novembro	24h/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXIV - 10º Módulo: Media <i>Training</i> e Políticas Públicas da Saúde e da Assistência Social	48	20 de outubro	16h/a
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC – 2011. Curso: <i>Excel</i> Intermediário	30	25 e 27 de outubro, 1º, 3, 8, 10, 17 e 22 de novembro	32h/a
Dia do Servidor – Palestra Um Toque de Harmonia: Qualidade de Vida no Trabalho, na Família e na Sociedade	100	27 de outubro	2h/a
Lançamento e sensibilização do Planejamento Estratégico MPSC 2012 – 2022. Palestra Desafios da Mudança	150	3 de novembro	2h/a

Curso Atualização e Prática do Tribunal do Júri	120	3 e 4 de novembro	12h/a
Curso de Vitaliciamento – Concurso XXXV - 1º Módulo: Curso Atualização e Prática do Tribunal do Júri	16	3 e 4 de novembro	12h/a
Planejamento Estratégico MPSC 2012 – 2022. Encontros Regionais	1.148	novembro e dezembro	4h/a por encontro
II Programa de Preparação e Capacitação para Servidores do MPSC - 2011. Curso: Contratação de Obras e Serviços de Engenharia	30	7, 9, 11, 16, 18, 21, 23 e 25 de novembro	32h/a
<i>Workshop</i> Abordagem Teórico-Prática Sobre Orçamento Público	17	17 e 24 de novembro	7h/a
Palestra A Educação a Distância como Alternativa na Capacitação Corporativa	10	7 de dezembro	2h/a
Dia Internacional contra a Corrupção <i>Campanha O que você tem a ver com a corrupção ?</i>	500	9 de dezembro	8h/a
Capacitação e Planejamento de Atuação das Promotorias de Justiça Regionais do Meio Ambiente	20	9 de dezembro	6h/a
Dia Nacional do Ministério Público	80	14 de dezembro	2h/a

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional realizou, ainda, a organização, estruturação e publicação de duas edições da Revista Atuação, além de outras atividades relacionadas aos seguintes projetos e programas:

a) ações

a.1) Projeto de Acompanhamento Psicológico dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório: planejamento e execução do projeto para acompanhamento psicológico dos Membros do Ministério Público durante o estágio probatório, referentes aos aprovados nos 35º e 36º Concursos de Ingresso na Carreira do MPSC, por meio de Psicólogas do quadro de pessoal do Ministério Público de Santa Catarina;

a.2) Projeto Memorial do Ministério Público de Santa Catarina: foram realizados o planejamento e a elaboração da 2ª etapa do Projeto, a reimpressão

da obra Histórias de Vida: os Procuradores-Gerais e a realização do I Seminário Nacional Ministério Público, Memória e Cidadania e II Encontro Nacional de Memoriais do Ministério Público, em Florianópolis, nos dias 21 e 22 de julho de 2011. Além disso, garantiu-se a continuidade das entrevistas relacionadas ao Programa de História Oral, para a edição do 2º volume da Série Histórias de Vida, prevista para o ano 2012, e das pesquisas no acervo institucional e em outros órgãos, para a composição do sistema de banco de dados dos inativos e de imagens. Ainda no âmbito do Projeto do Memorial, no 2º semestre de 2011, iniciou-se a pesquisa, escolha, edição e revisão da primeira obra da Série Memória Viva de Santa Catarina: Memórias do General Vieira da Rosa, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), mediante Termo de Cooperação n. 41/2011. Em decorrência dessa parceria, já está prevista a realização do Seminário Regional sobre os Cem Anos do Contestado, em agosto de 2012, com o lançamento da obra, tendo sido realizada, em 12 de dezembro de 2011, a primeira reunião do Grupo de Trabalho para a organização do evento. Por fim, consigna-se a contribuição do Projeto Memorial para a elaboração da minuta do ato de constituição do Grupo Especial de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural, no âmbito do MPSC (Ato n. 30/2012/PJ).

a.3) Projeto Expansão do CEAF: como etapa inicial do Projeto, foi elaborada a proposta de reestruturação mínima do CEAF. Além disso, deu-se seguimento às tratativas visando à cessão de terrenos para a construção de sede própria junto ao Centro de Inovação Sapiens Parque S.A, localizado em Canasvieiras, no Município de Florianópolis. A nova edificação abrigará o Centro de Educação e Treinamento do MPSC, indispensável ao desenvolvimento e crescimento da Instituição.

a.4) II Programa de Preparação e Capacitação para os Servidores do MPSC: foram oferecidos aos Servidores 14 cursos na área de gestão, ministrados ao longo de todo o ano, por intermédio da Escola Nacional de Administração (ENA) Brasil, num total de 390 vagas presenciais. Além disso, foram realizados estudos que culminaram na elaboração de proposta de normatização da política oficial de aperfeiçoamento do MPSC.

a.5) Projeto Conhecendo a Instituição: desenvolvido e executado em

parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social, o Projeto tem por fim promover a integração do Procurador-Geral de Justiça com os Servidores e demais colaboradores do MPSC. Em 2011, foi implementado o primeiro módulo do Projeto, denominado Café com o Procurador-Geral de Justiça, tendo sido realizados 12 encontros, durante os quais foram apresentadas sugestões para o aprimoramento das atividades institucionais.

a.6) Centro de Educação a Distância: Planejamento e elaboração de projeto de implantação do Centro de Educação a Distância, no âmbito do MPSC, com a realização de curso-piloto.

a.7) Programa de Concessão de Auxílio-Financeiro para Aperfeiçoamento: deu-se continuidade aos objetivos do Programa, com o custeio parcial de mensalidades de cursos de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado, para Membros e Servidores do MPSC.

a.8) Curso de Preparação e Aperfeiçoamento ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MPSC: foi executada a segunda fase do curso, para os aprovados no 34º Concurso de Ingresso na Carreira do MPSC, com a realização de 8 módulos. Em relação aos aprovados no 35º Concurso, foram feitas a estruturação curricular, o planejamento e a execução de curso de ingresso, com atividades diárias pelo período de 20 (vinte) dias úteis, contemplando orientações e palestras, no período da manhã, e, no período da tarde, atividades relacionadas ao Estágio Orientado, que abrangeu a elaboração de peças processuais em processos previamente selecionados pela Corregedoria-Geral, além do acompanhamento das atividades nas Promotorias de Justiça da Capital e região metropolitana, com ênfase na atuação criminal e na área da infância e juventude, e da participação em sessões plenárias do Tribunal do Júri, sob a orientação de Promotores de Justiça Titulares e dos Orientadores da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

a.9) Sistema de Agendamento de Salas e Auditório: desenvolvimento e planejamento do sistema de agendamento de salas multiuso e do Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, por meio da *Intranet*, facilitando a avaliação da disponibilidade dos espaços por parte dos órgãos internos e as providências logísticas necessárias à realização dos eventos. Em 2011, foram finalizadas as

discussões e os estudos para a proposta de disciplinamento do uso das salas e do auditório do Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, objetivando estabelecer os fluxos e as responsabilidades decorrentes da cessão a entidades externas. Além disso, a organização e execução dos eventos pelo CEAF passou a contar com o apoio do Cerimonial da Assessoria Militar do MPSC.

8.5 Comissão de Concurso

No primeiro semestre de 2011, a Comissão de Concurso, dando continuidade ao 35º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, realizou as demais etapas desse certame (provas discursivas, exame psicotécnico, apresentação oral, entrevista, prova oral e prova de títulos), tendo sido homologado o resultado final do concurso com a aprovação de 16 candidatos. A seguir, apresentam-se os dados relativos às etapas eliminatórias do concurso:

35º Concurso de Ingresso na Carreira do MPSC	
Espécie	Quantidade
Candidatos inscritos	2.275
Candidatos aprovados no processo preambular objetivo	166
Candidatos aprovados nas processo seletivo discursivo	19
Candidatos aprovados na prova oral	16

Ainda em 2011, foi lançado o Edital de Concurso n. 001/PGJ/2011, que abriu, no período de 15 de agosto a 14 de setembro, as inscrições para o 36º Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para provimento de 24 cargos vagos de Promotor de Justiça Substituto. Inscreveram-se nesse certame, no prazo final determinado, 1.805 candidatos, que realizaram as provas do processo seletivo preambular objetivo e discursivo ainda nos meses de outubro e dezembro de 2011. A seguir, apresentam-se os dados relativos às etapas eliminatória já realizadas:

36º Concurso de Ingresso na Carreira do MPSC	
Espécie	Quantidade
Candidatos inscritos	1.805
Candidatos aprovados no processo preambular objetivo	191
Candidatos aprovados nas processo seletivo discursivo	9

As demais etapas do certame (inscrição definitiva, exame psicotécnico, apresentação oral, entrevista, prova oral e prova de títulos) serão realizadas do decorrer do primeiro semestre de 2012, segundo o cronograma do concurso.

8.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

Sob o comando da Secretaria-Geral do Ministério Público, as atividades técnicas e administrativas são executadas por intermédio da **Coordenadoria de Auditoria e Controle (COAUD)** e da **Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo (COGER)**, que compreende 8 (oito) Coordenadorias e 15 (quinze) Gerências, conduzidas quase exclusivamente por Servidores efetivos, conforme segue:

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (COENG)

Gerência de Manutenção (GEMAN)

Gerência de Patrimônio (GEPAT)

Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIN)

Gerência de Contabilidade (GECON)

Gerência de Finanças (GEFIN)

Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD)

Gerência de Compras (GECOMP)

Gerência de Almoxarifado (GEALM)

Gerência de Transportes (GETRAN)



Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (COPAG)

Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais (COPEO)

Gerência de Informações e Projetos (GEPROJ)

Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas (COPIJ)

Gerência de Arquivos e Documentos (GEDOC)

Gerência de Processos Jurídicos Digitais (GEPROD)

Gerência de Biblioteca (GEBIB)

Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH)

Gerência de Legislação de Pessoal (GELPE)

Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC)

Gerência de Desenvolvimento (GEDES)

Gerência de Rede e Banco de Dados (GERED)

Gerência de Suporte (GESUP)

Também atuam no apoio técnico e administrativo da Administração Superior do Ministério Público, com subordinação à Procuradoria-Geral de Justiça, a **Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO)** e a **Assessoria Militar**.

Resultados obtidos por meio da área administrativa

Em 2011, a gestão administrativa liderada pela Administração Superior do Ministério Público inovou os processos gerenciais e a forma como eles são realizados. Para isso, o sistema de tomada de decisão incorporou a boa prática de ouvir as pessoas que querem, em sua maioria, dar contribuição para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Os resultados obtidos por meio da área administrativa, demonstram que



é possível gerenciar de forma democrática, participativa e comprometida com o social.

Destacam-se, a seguir, as principais ações empreendidas que permitirão ao Ministério Público catarinense assumir seu destino de pioneirismo em ações inovadoras e modelo de gestão.

a) ações estruturais de gestão

a.1) Planejamento Estratégico: Construindo Nosso Futuro 2012 – 2022, teve início em novembro de 2011 e conta com a participação de todos os Membros e Servidores do Ministério Público. O Produto final desse processo, previsto para junho de 2012, dará novamente um norte para a Instituição e um mapa estratégico para a gestão atuar na busca dos melhores resultados para a sociedade.

a.2) ferramentas de *Business Intelligence*: foram adquiridos os *softwares* BS3 e *Click View*, para análise do ambiente organizacional e o desenvolvimento de percepções sociais, necessárias às atividades ministeriais, e visando a permitir uma tomada de decisão pautada em informações.

a.3) rede de Informação Social Catarinense (RISC) em 2011, foi finalizado o projeto, cuja finalidade se propõe a operar no nível das redes sociais, limitada ao território catarinense; irá permitir analisar a forma como as organizações públicas desenvolvem as suas atividades e os resultados da ação dos Entes do Estado, para com os diferentes públicos de interesse, de forma a propiciar à sociedade catarinense, o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços na busca de objetivos comuns, visando ao fortalecimento da sociedade civil, em um contexto de maior participação democrática e mobilização social. Com a implantação da RISC, o MPSC, juntamente com os seus *stakeholders*, pretendem agregar um novo valor a ser percebido pela sociedade, relativo a produtos ou serviços públicos monitorados, de forma a transformar para sempre a forma de relação do Estado para com o cidadão.

a.4) Pesquisa de Clima Organizacional: no mês de novembro de 2011, o Ministério Público disponibilizou o questionário de uma pesquisa de

clima para conhecer melhor a opinião das pessoas que formam a Instituição. Os dados estão sendo analisados e fornecerão subsídios para o Planejamento Estratégico. A pesquisa foi respondida por 720 participantes, em um universo de 2.437 pessoas. Enviaram suas opiniões 100% dos Servidores à Disposição; 68,48% dos Servidores Efetivos; 45,83% dos Procuradores de Justiça; 42,07% dos Promotores de Justiça; 38,42% dos Servidores Comissionados; 7,19% dos Bolsistas; 6,26% dos Estagiários; e 2,42% dos Contratados. As respostas ficaram divididas entre 50,28% de mulheres e 49,72% de homens. Quanto à escolaridade, completa ou incompleta, 45,17% dos que responderam têm especialização; 36,60%, nível superior; 9,67%, ensino médio; 7,46%, mestrado; e 1,10%, doutorado.

a.5) Pesquisa de Satisfação da Sociedade: foi autorizada a contratação, em 2011, de empresa para realizar Pesquisa de Satisfação junto a sociedade catarinense, para descobrir questões estratégicas relacionadas com a imagem da Instituição. O resultado dessa pesquisa também servirá de subsídio para o Planejamento Estratégico.

b) ações estruturais operacionais

b.1) ampliação da estrutura administrativa: a proposta de criação de novas Coordenadorias, Gerências e cargos administrativos, submetida ao crivo do Colégio de Procuradores de Justiça, possui o escopo de especializar áreas de atendimento às demandas da Instituição, que permitirão um melhor controle de resultados e a identificação de responsabilidades.

b.2) ampliação da estrutura de circunscrição e comarcas: finalizado o estudo que será submetido ao CCPPI, busca-se estabelecer critérios de padronização e distribuição de cargos de apoio administrativo, para as estruturas de Comarcas, Regionais e Circunscrição do Ministério Público, para 2012.

b.3) ampliação de espaços físicos: a aquisição do Edifício Campos Salles para abrigar unidades administrativas e Promotorias de Justiça, a aquisição de imóvel na Comarca de Lages para ampliação do espaço físico destinado às Promotorias de Justiça, a finalização do Edital de construção da Promotoria de Justiça de Jaraguá do Sul e a locação de novos espaços para

Promotorias de Justiça do interior foram ações estruturais empreendidas para assegurar ambientes dignos e necessários para a realização das atividades pelos Membros e Servidores do Ministério Público.

b.4) modernização da estrutura de tecnologia da informação: a rede doméstica (MPLS), sem QoS (qualidade de serviço) e garantia de banda, foi, em 2011, transformada em uma rede 100% profissional (MPLS), com QoS, classe 4 de serviços (voz, vídeo, dados, dados expressos), com banda simétrica, com equipamentos na Comarcas de *wireless* profissional, visando a, com esse investimento, garantir uma melhor qualidade dos serviços de tráfego de dados. Os Servidores de rede adquiridos em 2011 também são de última geração.

b.5) sistema de Gestão Administrativa: foi finalizada, em 2011, a análise de todos os processos e requisitos para o desenvolvimento do sistema contratado. O processo deverá ser finalizado em 2012 e proporcionará uma melhor transparência em todas as etapas de aquisição de bens e serviços da Instituição.

b.6) Cartão de Pagamento: foi aprovado o projeto de implantação do “Cartão e Pagamento”, que visa a tornar o processo de aquisição de determinados produtos ou serviços mais ágil e simplificado, principalmente para as demandas das Promotorias de Justiça do interior do Estado. No início de 2012, será testado o sistema em três Comarcas-Piloto, devendo o projeto ser implementado até junho de 2012.

b.7) microfilmagem de documentos do Arquivo: todos os documentos existentes no Arquivo do Ministério Público serão microfilmados. A microfilmagem visa a converter documentos de papel para o formato digital, sob a forma de arquivos que podem, por sua vez, ser lido num computador. O objetivo principal desse processo é tornar acessíveis as informações existentes nos documentos já arquivados e proteger a história da Instituição.

b.8) ISO 9001 e 14001: aprovado projeto que busca estabelecer um padrão de qualidade para os processos administrativos do Ministério Público, visando a atender os anseios dos clientes internos e externos. As normas da família ISO 9000 são referenciais para a implementação de Sistemas de Gestão

da Qualidade (SGQ), que representam um consenso internacional sobre boas práticas de gestão e com o objetivo de garantir, da primeira e em todas as vezes, o fornecimento de produtos ou serviços que satisfaçam os requisitos dos clientes e/ou estatutários e/ou regulamentares, bem como a prevenção dos problemas e ênfase na melhoria contínua. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA ISO 14001) permite à organização demonstrar que tem uma preocupação com o ambiente. Apesar da norma ser voluntária, o mercado tem exigido a sua utilização. A sua implantação também proporcionará economia, por meio da redução do desperdício e do uso dos recursos naturais. A ISO 14000 dá ênfase ao melhoramento contínuo, o que proporcionará economia crescente à medida que o sistema estiver em funcionamento.

b.9) frota de veículos: renovação e ampliação da frota de veículos do Ministério Público, com aquisição de nove novos veículos, sendo sete motocicletas e duas *pick-up*, para atender às necessidades dos Órgãos Institucionais.

c) Ações de comunicação social

c.1) Projeto VideO Seu Direito: a produção de vídeos do Ministério Público hoje está dividida em duas áreas: a TV WEB e o Projeto VideO Seu Direito, ambas sob a responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO). Em 2011, nesse Projeto, a COMSO produziu dez programas Alcance (incluindo uma edição gravada em dezembro para a exibição em janeiro de 2012), dois vídeos institucionais nos formatos documentário e vídeo-reportagem e 74 entrevistas. No total, foram produzidos cerca de 460 minutos de conteúdo em vídeo, com a participação de 20 Procuradores de Justiça e Promotores e um consultor do MPSC. Os temas abordados nos vídeos foram a atuação do MPSC nas seguintes áreas: combate ao crime organizado; acessibilidade; *bullying* e violência escolar; discriminação e preconceito; Direito de Família; mudanças no Código de Processo Penal; Memorial do MPSC; Moralidade Administrativa; Tribunal do Júri; e Lei Seca.

c.2) canal do MPSC no YouTube: a fim de otimizar o acesso ao conteúdo no ambiente virtual (*web*), os vídeos produzidos são editados em diferentes versões para a publicação no canal do MPSC no *YouTube* (www.youtube.com).

youtube.com/ministeriopublicosc). Dessa forma, o público pode acessar as versões integrais dos programas e vídeos institucionais ou assistir apenas às partes que o interessem mais. No ano de 2011, foram publicados 108 vídeos inéditos no canal institucional no *YouTube*. O total de exibições do conteúdo do canal, no período, incluindo aí os vídeos publicados nos anos anteriores, chegou a 35.654, um crescimento de 219% em relação ao ano anterior. A audiência diária chegou a uma média de 97 visualizações, com um pico de 276 exibições em um único dia (7/11/11). Com isso, o canal do MPSC terminou o seu terceiro ano de atividade com um total de 63.225 exibições.

c.3) *Media Training*: os Jornalistas da Coordenadoria de Comunicação desenvolveram e ministraram, em 2011, curso de *media training* para os novos Promotores de Justiça. O treinamento teve como objetivo auxiliá-los a entender a dinâmica das redações e a desenvolver uma relação estratégica com os meios de comunicação. Compreender o funcionamento da mídia, de seus processos e do sistema em que está inserida, também é ainda mais necessário, no atual momento, em que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) inserem-se em quase todos os setores da atividade humana.

c.4) *Cartilha de Relacionamento com a Imprensa*: os Jornalistas da Coordenadoria de Comunicação Social produziram a cartilha de relacionamento com a imprensa a fim de aproximar Procuradores e Promotores de Justiça e a Imprensa. O manual também visa a estreitar o relacionamento com a sociedade e a esclarecer ao cidadão a missão institucional reservada ao Ministério Público.

c.5) *MPSC no Twitter*: a página do MPSC no *Twitter* (www.twitter.com/mpsccoticias) continuou sendo alimentada ao longo de 2011 com o resumo de cada notícia produzida a respeito da atuação da Instituição em favor da sociedade. O número de seguidores do *Twitter* do MPSC subiu de 1.488, em dezembro de 2010, para 3.700, no final de 2011. Já somam 989 *posts*.

c.6) *redação de notícias externas e internas*: a demanda para a elaboração e divulgação de notícias para o portal institucional, para os veículos de comunicação e para o público interno do MPSC continua em ritmo acelerado. Em 2011, foram redigidos 719 textos - 450 publicados no Portal da Instituição e 269 publicados na *Intranet*.



c.7) atendimento aos profissionais da mídia: é visível o crescente interesse dos meios de comunicação e da sociedade pelo Ministério Público de Santa Catarina. Os Jornalistas da Coordenadoria de Comunicação Social da Instituição atenderam, em 2011, uma média de oito Jornalistas por dia, sempre seguindo o zelo pela agilidade no atendimento e as diretrizes de eficiência, clareza e interesse público na divulgação de fatos relacionados à atuação ministerial.

c.8) criação: a área de criação do Ministério Público, sob a responsabilidade da COMSO, produziu 614 trabalhos ao longo de 2011. Desenvolvidos por uma *Designer* gráfica profissional e uma Técnica em Editoração Gráfica, ambas Servidoras efetivas do Ministério Público, os trabalhos de criação vão além da elaboração de imagens visualmente atrativas, pois envolvem geração de ideias e aplicação de conceitos de acordo com as necessidades de cada projeto. Os materiais gráficos produzidos compreendem demandas tanto de mídia impressa quanto digital.

c.9) Café com o PGJ: projeto desenvolvido em parceria com o CEAF, o Café com o PGJ é uma iniciativa que reforça a comunicação interna da Instituição com encontros semanais entre Servidores e o Procurador-Geral de Justiça. Os encontros servem para a Administração Superior estreitar as relações com todos os setores, conhecer as suas peculiaridades e trocar informações, buscando melhorar o local de trabalho e a sua atuação. Para os Servidores, é uma oportunidade de conhecer melhor a Instituição em que trabalham e falarem abertamente sobre o seu dia a dia. O Café com o PGJ integra uma série de ações previstas no Projeto Conhecendo a Instituição, que tem como foco aproximar, ainda mais, o MPSC da sociedade.

c.10) reformulação da *Intranet*: para reforçar a comunicação interna do Ministério Público de Santa Catarina, a *Intranet* foi reformulada. Com novo *layout*, passou a receber atualizações diárias com notícias de interesse dos Servidores e Membros da Instituição.





IV – COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Procurador-Geral de Justiça

Lio Marcos Marin

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Antenor Chinato Ribeiro

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais

José Galvani Alberton

Secretário-Geral do Ministério Público

Américo Bigaton

Assessoria do Procurador-Geral de Justiça

Walkyria Ruicir Danielski

Luciano Trierweiler Naschenweng

Abel Antunes de Mello

Fábio Strecker Schmitt

Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Lio Marcos Marin

Anselmo Agostinho da Silva

Paulo Antônio Günther

José Galvani Alberton

Robison Westphal

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

Sérgio Antônio Rizelo

João Fernando Quagliarelli Borrelli
Hercília Regina Lemke
Mário Gemin
Gilberto Callado de Oliveira
Antenor Chinato Ribeiro
Narcísio Geraldino Rodrigues
Jacson Corrêa
Anselmo Jeronimo de Oliveira
Basílio Elias De Caro
Aurino Alves de Souza
Paulo Roberto de Carvalho Roberge
Tycho Brahe Fernandes
Guido Feuser
Plínio Cesar Moreira
Francisco Jose Fabiano
André Carvalho
Gladys Afonso
Paulo Ricardo da Silva
Vera Lúcia Ferreira Copetti

Lenir Roslindo Piffer
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Ricardo Francisco da Silveira
Gercino Gerson Gomes Neto
Francisco Bissoli Filho
Newton Henrique Trennepohl
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Norival Acácio Engel
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Ivens José Thives de Carvalho
Walkyria Ruicir Danielski
Alexandre Herculano Abreu
Durval da Silva Amorim
Ernani Guetten de Almeida
Vânio Martins de Faria
Américo Bigaton
Eliana Volcato Nunes - *Secretária*

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Lio Marcos Marin
Paulo Ricardo da Silva

Representantes do Colégio de Procuradores

Humberto Francisco Scharf Vieira
Jacson Corrêa

Representantes da Primeira Instância

Pedro Sérgio Steil
Antenor Chinato Ribeiro
Narcísio Geraldino Rodrigues
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Secretário: Américo Bigaton

Corregedor-Geral do Ministério Público

Paulo Ricardo da Silva

Subcorregedora-Geral do Ministério Público

Lenir Roslindo Piffer

Promotor de Justiça Secretário da Corregedoria-Geral

Marcelo Wegner

Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral

Monika Pabst

Rafael de Moraes Lima

Thais Cristina Scheffer

Coordenadoria de Recursos

Fábio de Souza Trajano - Coordenador-Geral da área cível

Aurino Alves de Souza - Coordenador-Geral da área criminal

Promotores Assessores do Coordenador de Recursos

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Gustavo Wiggers

Ouvidor

Guido Feuser

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Helen Crystine Corrêa Sanches - Diretora

Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações

Luis Suzin Marini Júnior - Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

Walkyria Ruicir Danielski - Coordenadora-Geral

Maury Roberto Viviani - Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Marcelo de Tarso Zanellato - Coordenador

Centro de Apoio Operacional Criminal

Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Priscilla Linhares Albino - Coordenadora

Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas

Odil José Cota - Coordenador-Geral

Adalberto Exterkötter - Coordenador de Inteligência e Dados Estruturados

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador de Contra-Inteligência e Segurança Institucional

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador do GAECO da Capital

Fabiano David Baldissarelli - Coordenador do GAECO de Chapecó

Marcelo Gomes Silva - Coordenador do GAECO de Joinville

Eduardo Paladino - Coordenador do GAECO de Criciúma

Joel Furtado Júnior - Coordenador do GAECO de Lages

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

Júlio Fumo Fernandes - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

Vera Lúcia Ferreira Copetti - Coordenadora-Geral

Davi do Espírito Santo - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

Murilo Casemiro Mattos - Coordenador

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Representante do Segundo Grau:

Ivens José Thives de Carvalho

Representantes do Primeiro Grau:

1ª Região - Extremo Oeste

2ª Região - Oeste

3ª Região - Meio Oeste

4ª Região - Planalto Serrano

5ª Região - Alto Vale do Itajaí

6ª Região - Médio Vale do Itajaí

7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas

8ª Região - Grande Florianópolis

9ª Região - Planalto Norte

10ª Região - Norte

11ª Região - Sul

12ª Região - Extremo Sul

Maycon Robert Hammes

Eraldo Antunes

Jorge Eduardo Hoffmann

James Faraco Amorim

Caroline Moreira Suzin

Fabiano Henrique Garcia

Ary Capella Neto

Rui Arno Richter

Pedro Roberto Decomain

Fernando da Silva Comin

Janir Luiz Della Giustina

Leonardo Felipe Cavalcanti

Lucchese

Assessoria Militar

Cel. Rogério Martins

Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo

Adauto Viccari Júnior

Coordenadoria de Auditoria e Controle

Fernando Fabro Tomazine

Coordenadoria de Comunicação Social

Silvia Pinter Pereira

Coordenadoria de Finanças e Contabilidade

Márcio Abelardo Rosa

Gerência de Contabilidade

Nelcy Volpato

Gerência de Finanças

Ivania Maria de Lima

Coordenadoria de Operações Administrativas

Doris Mara Eller Brüggmann

Gerência de Almoxarifado

Luís Antônio Buss

Gerência de Compras

Samuel Wesley Elias

Gerência de Transportes

Júlio Cesar Sodré

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Maria Inês Finger Martins

Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais

Isabel Cristina Silveira de Sá

Gerência de Informações e Projetos

Luís Morais Neto

Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas

Denis Moreira Cunha

Gerência de Arquivo e Documentos

Selma de Souza Neves Machado

Gerência de Biblioteca

Terezinha Weber

Gerência de Processos Jurídicos Digitais

André Edésio da Silveira

Coordenadoria de Recursos Humanos

Silvana Maria Pacheco

Gerência de Cadastro e Legislação de Pessoal

Janete Aparecida Coelho Probst

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Oldair Zanchi

Gerência de Desenvolvimento

Giorgio Santos Costa Merize

Gerência de Rede e Banco de Dados

Alexandre Tatsch

Gerência de Suporte

Rodrigo de Souza Zeferino

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

Fabrcio Kremer de Souza

Gerência de Manutenção

Rômulo César Carlesso

Gerência de Patrimônio

Ângelo Vitor Oliveira

Promotores de Justiça, por Entrância e Antigüidade na Carreira

Entrância Especial

Ernani Dutra
 Donaldo Reiner
 Saulo Torres
 Moacir José Dal Magro
 James Faraco Amorim
 Paulo Roberto Luz Gottardi
 Genivaldo da Silva
 Janir Luiz Della Giustina
 Aor Steffens Miranda
 Sandro José Neis
 Mário Luiz de Melo
 Lio Marcos Marin
 Rogério Antônio da Luz Bertoncini
 Rui Arno Richter
 Cristiane Rosália Maestri Böell
 Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti
 Murilo Casemiro Mattos
 Sidney Eloy Dalabrida
 Fábio Strecker Schmitt
 Neori Rafael Krahl
 Monika Pabst
 Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
 Marcílio de Novaes Costa
 Jorge Orofino da Luz Fontes
 Onofre José Carvalho Agostini
 Carlos Alberto de Carvalho Rosa
 Rogê Macedo Neves
 Jayne Abdala Bandeira
 Abel Antunes de Mello
 Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
 Carlos Henrique Fernandes
 Davi do Espírito Santo
 César Augusto Grubba
 Rui Carlos Kolb Schiefler
 Henrique Limongi
 Ary Capella Neto
 Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol

Hélio José Fiamoncini
 André Fernandes Indalencio
 Paulo Antonio Locatelli
 Alex Sandro Teixeira da Cruz
 Cid Luiz Ribeiro Schmitz
 Protásio Campos Neto
 Rosemary Machado Silva
 Vera Lúcia Coro Bedinoto
 Flávio Duarte de Souza
 Marcelo Truppel Coutinho
 Margaret Gayer Gubert Rotta
 Ângela Valença Bordini
 Ricardo Marcondes de Azevedo
 Miguel Luís Gnigler
 Marcelo Wegner
 Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
 Sérgio Ricardo Joesting
 Andreas Eisele
 Leonardo Henrique Marques Lehmann
 Gustavo Mereles Ruiz Diaz
 Fernando Linhares da Silva Júnior
 Maristela Nascimento Indalencio
 Thais Cristina Scheffer
 Darci Blatt
 Maury Roberto Viviani
 Eduardo Paladino
 Júlio César Mafra
 Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
 Felipe Martins de Azevedo
 Daniel Paladino
 Francisco de Paula Fernandes Neto
 Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
 Vânia Augusta Cella Piazza
 Fabiano David Baldissarelli
 Assis Marciel Kretzer
 Joubert Odebrecht
 Andrey Cunha Amorim
 Julio André Locatelli
 Marcelo Brito de Araújo

Juliana Padrão Serra de Araújo
Rafael de Moraes Lima
Luiz Augusto Farias Nagel
Joel Rogério Furtado Júnior
Rogério Ponzi Seligman
Helen Crystine Corrêa Sanches
Geovani Werner Tramontin
George André Franzoni Gil
Kátia Rosana Pretti Armange
Luciano Trierweiller Naschenweng
Rosângela Zanatta
Cristina Balceiro da Motta
Maria Luzia Beiler Girardi
Anelize Nascimento Martins Machado
Fabrício Nunes
Nazareno Bez Batti
Affonso Ghizzo Neto
Celso Antonio Ballista Junior
Fabrício José Cavalcanti
Marcelo Gomes Silva
Diana Spalding Lessa Garcia
Fabiano Henrique Garcia
Wilson Paulo Mendonça Neto
Benhur Poti Betiolo
Fernando da Silva Comin
Silvana Schmidt Vieira
Ana Paula Cardoso Teixeira
Alexandre Piazza
Ricardo Paladino
Hélio Sell Júnior
Carlos Alberto Platt Nahas
Jackson Goldoni
Luciana Rosa
André Otávio Vieira de Mello
Mauricio de Oliveira Medina
Jádel da Silva Júnior
Márcia Aguiar Arend
Raul de Araujo Santos Neto
Vera Lúcia Butzke
Cláudia Mara Nolli
Leda Maria Hermann

Debora Wanderley Medeiros Santos
Rosan da Rocha
Ricardo Luis Dell'Agnolo
Álvaro Luiz Martins Veiga
Andréa da Silva Duarte
Alexandre Wiethorn Lemos
Mário Vieira Júnior
Sandro Ricardo Souza
Sandro de Araujo
Jonathan Augustus Kuhnen
Maria Amélia Borges Moreira Abbad
Gilberto Polli
João Carlos Teixeira Joaquim
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
José de Jesus Wagner
Jean Michel Forest
Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
Rodrigo Silveira de Souza
Amélia Regina da Silva
Milani Maurilio Bento
Gustavo Wiggers
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Marcelo Mengarda
Simone Cristina Schultz
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Rafael Alberto da Silva Moser
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Alan Boettger
Max Zuffo
Mauro Canto da Silva
Caio César Lopes Peiter
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
Vânia Lúcia Sangalli
Odair Tramontin
Adalberto Exterkötter
Cléber Augusto Hanisch
Giovanni Andrei Franzoni Gil
Heloisa Melo Enns
Renee Cardoso Braga
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck

Deize Mari Oechsler
Leonardo Todeschini
Luis Suzin Marini Júnior

Entrância Final

Aristeu Xenofontes Lenzi
Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
Elizabeth Mason Machado
José Eduardo Cardoso
Alexandre Schmitt dos Santos
Cristina Costa da Luz Bertoncini
Alexandre Daura Serratine
Rodrigo Millen Carlin
Gustavo Viviani de Souza
Márcio Conti Junior
Aurélio Giacomelli da Silva
Pedro Roberto Decomain
Eraldo Antunes
Karla Bárdio Meirelles Menegotto
Viviane Gastaldon Damiani Silveira
Mira
José Orlando Lara Dias
João Carlos Linhares Silveira
Cristian Richard Stahelin Oliveira
Douglas Alan Silva
Laudares Capella Filho
Sandra Goulart Giesta da Silva
Ricardo Viviani de Souza
José Renato Côrte
Alexandre Carrinho Muniz
Rodrigo Kurth Quadro
Marco Antonio Schütz de Medeiros
Alicio Henrique Hirt
Susana Perin Carnaúba
Jussara Maria Viana
Andréa Machado Speck
Daniel Westphal Taylor
Murilo Adaghinari
Cristiano José Gomes

Wagner Pires Kuroda
Marcio André Zattar Cota
Andrea Gevaerd
Rafael Meira Luz
Ana Cristina Boni
Jorge Eduardo Hoffmann
Jadson Javel Teixeira
Cássio Antonio Ribas Gomes
Priscilla Linhares Albino
Marcelo de Tarso Zanellato
Fabrício Franke da Silva
Caroline Moreira Suzin
Luciana Uller
Cristine Angulski da Luz
Eduardo Chinato Ribeiro
André Teixeira Milioli
Marcionei Mendes
Fernanda Crevanzi Vailati
Victor Emendörfer Filho
João Alexandre Massulini Acosta
Cesar Augusto Engel
Carla Mara Pinheiro Miranda
Nataly Lemke
André Braga de Araújo
Diógenes Viana Alves
Guilherme Luis Lutz Morelli
Jean Pierre Campos
Rodrigo Cunha Amorim
Tatiana Rodrigues Borges Agostini
Samuel Dal-Farra Napolini
Belmiro Hanisch Júnior
Raul Gustavo Juttel
Glauco José Riffel
Carlos Eduardo Cunha
Carlos Renato Silvy Teive
Germano Krause de Freitas
Luciana Schaefer Filomeno
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
Eduardo Sens dos Santos
Júlio Fumo Fernandes
Henrique da Rosa Ziesemer

Diego Rodrigo Pinheiro
Alexandre Estefani
Mônica Lerch Lunardi
Henrique Laus Aieta
Alessandro Rodrigo Argenta
Arthur Koerich Inacio
Patricia Dagostin Tramontin
Felipe Prazeres Salum Müller
Marcelo Sebastião Netto de Campos
Elaine Rita Auerbach
Roberta Magioli Meirelles
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
Fred Anderson Vicente
Fernanda Broering Dutra
Caroline Cristine Eller
Maycon Robert Hammes
Larissa Mayumi Karazawa Takashima
Ouriques
Eder Cristiano Viana
Aline Dalle Laste

Entrância Inicial

Cristina Elaine Thomé
Nilton Exterkoetter
Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro
Silvana do Prado Brouwers
Lenice Born da Silva
Gláucio José Souza Alberton
Lara Peplau
Luis Felipe de Oliveira Czesnat
Cláudio Everson Gesser Guedes da
Fonseca
Ernest Kurt Hammerschmidt
Fabiano Francisco Medeiros
Mirela Dutra Alberton
Grazielle dos Prazeres Cunha
Débora Pereira Nicolazzi
Marcio Gai Veiga
Caroline Sartori Velloso

Andréia Soares Pinto Favero
Barbara Elisa Heise
Anderson Adilson de Souza
Márcia Denise Kandler Bittencourt
Massaro
Karilyn Zanette Vitoria
Giselli Dutra
Chimelly Louise de Resenes Marcon
Rejane Gularte Queiroz Beilner
Marina Modesto Rebelo
Andreza Borinelli
Claudine Vidal de Negreiros da Silva
Gabriel Ricardo Zanon Meyer
Greicia Malheiros da Rosa Souza
Guilherme Schmitt
Luciana Cardoso Pilati
Daniel Granzotto Nunes
Caroline Cabral
Rodrigo Andrade Viviani
Candida Antunes Ferreira
Ariadne Clarissa Klein Sartori
Cristhiane Michelle Tambosi
Fiamoncini Ferrari
Elizandra Sampaio Porto
Carlos Eduardo Tremel de Faria
Giancarlo Rosa Oliveira
Cyro Luiz Guerreiro Júnior
Guilherme Brodbeck
Fabiana Mara Silva Wagner
Gilberto Assink de Souza
Alan Rafael Warsch
Marcelo Francisco da Silva
Fernando Wiggers
Rodrigo Cesar Barbosa
Diego Roberto Barbiero
Filipe Costa Brenner
João Luiz de Carvalho Botega
Roberta Ceolla Gaudêncio
Felipe Schmidt
Júlia Wendhausen Cavallazzi
Fernando Guilherme de Brito Ramos

Átila Guastalla Lopes
Diogo Luiz Deschamps

Promotores de Justiça Substitutos

Raul Rogério Rabello
Henriqueta Scharf Vieira
Mário Waltrick do Amarante
Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes
Analú Librelato Longo
Thiago Carriço de Oliveira
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Alceu Rocha
Tehane Tavares Fenner
Sandra Faitlowicz Sachs
Letícia Baumgarten Filomeno
Rafael Pedri Sampaio
Rachel Urquiza Medeiros Santos
Lara Zappellini Souza
Viviane Soares
Marcela Hülse Oliveira

